



Instituto de
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Felipe de Melo Alvarenga

MEMÓRIA MILITANTE:

A construção de identidade em relação ao Partido Comunista do Brasil
(PCB) nas lembranças de uma militância experimental nos sertões cariocas
(Baixada Fluminense, 1950-1964)

Rio de Janeiro

2015

MEMÓRIA MILITANTE:

A construção de identidade em relação ao Partido Comunista do Brasil
(PCB) nas lembranças de uma militância experimental nos sertões cariocas
(Baixada Fluminense, 1950-1964)

Felipe de Melo Alvarenga

Instituto de História / CFCH

Bacharelado em História

Orientador(a): Manoela da Silva Pedroza

Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP)

Rio de Janeiro

2015

MEMÓRIA MILITANTE:

A construção de identidade em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) nas lembranças de uma militância experimental nos sertões cariocas (Baixada Fluminense, 1950-1964)

Felipe de Melo Alvarenga

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.

Aprovada por:

Prof^a. Dr^a. _____

Prof^a. Dr^a. Manoela da Silva Pedroza (Orientadora)

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. Carlos Fico da Silva Júnior (Instituto de História da UFRJ)

Prof^a. Dr^a. _____

Prof^a. Dr^a. Marieta de Moraes Ferreira (Instituto de História da UFRJ)

Rio de Janeiro

2015

ALVARENGA, Felipe de Melo.

Memória militante: A construção de identidade em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) nas lembranças de uma militância experimental nos sertões cariocas (Baixada Fluminense, 1950-1964) / Felipe de Melo Alvarenga – Rio de Janeiro, 2015.

x; 114 p.:

Monografia (Bacharel em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de História, 2015.

Orientadora: Manoela da Silva Pedroza.

1. Militantes comunistas. 2. Partido Comunista do Brasil (PCB). 3. Memórias e experiências. 4. História – Monografias. I. PEDROZA, Manoela da Silva (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de História. III. Memória militante: A construção de identidade em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) nas lembranças de uma militância experimental nos sertões cariocas (Baixada Fluminense, 1950-1964).

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a todos os militantes, seja de algum partido ou de algum movimento social, que lutaram/lutam por uma sociedade brasileira mais justa e mais igualitária.

AGRADECIMENTOS

São tantas pessoas a quem devo agradecer. Primeiramente, à minha irmã e à minha família que me apoiaram e me deram suporte, tanto moral/psicológico quanto material, e me ajudaram a concluir minha graduação. Aos meus amigos e companheiros de luta que sempre estiveram ao meu lado, seja nas discussões formais ou informais, e nos espaços para além dos muros da universidade. Especificamente, aos meus colegas de trabalho, Henrique de Bem Lignani e Bárbara Barbalho, e entre tantos outros que participaram do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS) e que me ajudaram a compreender a importância do trabalho em equipe, principalmente no âmbito da pesquisa científica e das atividades de Extensão. As discussões e ciclos de leitura no laboratório foram importantes espaços de formação, tanto no que tange a minha trajetória pessoal quanto na de meus amigos e colegas de trabalho. A parceria foi sempre perceptível: agradeço, por exemplo, a Felipe Aguiar Damasceno pela tradução de alguns textos que foram mobilizados nesta pesquisa. Além da contribuição do trabalho “acumulado” do laboratório, que me ofereceu acesso a um banco de dados produzido durante anos de pesquisa, fruto do comprometimento com o trabalho em equipe. E, por fim, à minha orientadora, que foi bastante “paciente” e sempre me impulsionou a fazer escolhas. Suas contribuições foram bastante significativas para o resultado desta pesquisa que aqui apresento. Mas não só neste quesito: Manoela me ajudou a perceber que a prática historiadora não se destoa da vida e da militância política. A importância do vínculo entre teoria e prática foi mais do que esclarecida pela sua atuação tanto nos ambientes acadêmicos quanto em períodos de ativismo político.

RESUMO

ALVARENGA, Felipe de Melo. **Memória militante**: A construção de identidade em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) nas lembranças de uma militância experimental nos sertões cariocas (Baixada Fluminense, 1950-1964). Orientadora: Manoela da Silva Pedroza. Rio de Janeiro: UFRJ / Instituto de História; 2015. Monografia (Bacharelado em História).

O objetivo deste trabalho é analisar a relação de identidade construída entre os militantes comunistas e o Partido Comunista do Brasil (PCB) nas memórias de José Pureza da Silva, Lyndolpho Silva e Bráulio Rodrigues da Silva quando atuaram enquanto mediadores dos conflitos fundiários que começaram a se materializar na região da Baixada Fluminense no final da década de 1940 até inícios da década de 1960.

Palavras-chave: Identidade; Militantes comunistas; Partido Comunista do Brasil (PCB); Baixada Fluminense.

ABSTRACT

ALVARENGA, Felipe de Melo. **Memória militante**: A construção de identidade em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) nas lembranças de uma militância experimental nos sertões cariocas (Baixada Fluminense, 1950-1964). Orientadora: Manoela da Silva Pedroza. Rio de Janeiro: UFRJ / Instituto de História; 2015. Monografia (Bacharelado em História).

The main goal of this project is to analyze the identity relationship built between the communist militants and the Partido Comunista do Brasil (PCB) on the written memories of José Pureza da Silva, Lyndolpho Silva and Bráulio Rodrigues da Silva, when they acted as land dispute mediators in the Baixada Fluminense area, from the late 1940's until the early 1960's.

Keywords: Identity; Communist Militants; Partido Comunista do Brasil (PCB); Baixada Fluminense.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1: Memórias de um militante autônomo (trajetória de vida e de militância nos relatos de José Pureza da Silva, 1947-1964 / 1980)	16
1) Introdução	16
2) De Operário a Camponês	18
3.1) A Primeira Organização Camponesa do Estado do Rio de Janeiro	21
3.2) Desenvolvimento do Trabalho de Organização	24
4) Disputas entre Mediadores	28
5.1) As lutas e as formas de mobilização na década de 1950	33
5.2) Alguns casos de lutas pela terra na década de 1960	36
a) Em São Lourenço	37
b) Na América Fabril	39
c) Luta na Fazenda do Largo	40
d) No Imbé: O “Povo da Reforma”	43
e) As formas de luta pela terra na década de 1960 e o golpe de Estado de 1964	47
6) Discurso <i>antipartido</i> na década de 1980	48
7) Conclusão	50
Capítulo 2: Memórias de um militante em ascensão (trajetória de vida e de militância nos relatos de Lyndolpho Silva, 1924-1964)	52
1) Introdução	52
2) Os primeiros contatos com o PCB e o trabalho de base	54
3) As primeiras críticas ao PCB	57
4) Titubeações e contradições: a militância de Lyndolpho nos órgãos nacionais	60

5) Atualizações da linha política do PCB e cristalização do discurso militante	65
6) Lyndolpho Silva visto pelos “outros”	70
7) Conclusão	73
Capítulo 3: Memórias de um militante apartidário (trajetória de vida e de militância nos relatos de Bráulio Rodrigues da Silva, 1923-1970)	75
1) Introdução	75
2) O militante “sem ficha”	76
3) As lutas pela terra na década de 1950	78
a) Pedra Lisa	79
b) Fazenda São Pedro	83
c) A ocupação do Imbé	84
d) Santa Alice	84
e) Magé	85
4) O Trabalho de Organização: as associações e a FALERJ	86
5) Relação com o PCB	88
6) A ditadura e a repressão	89
7) Conclusão	93
Considerações finais	95
Fontes	100
Referências bibliográficas	102
Anexo	111

Introdução

Mais de 500 famílias de camponeses do município de São José da Boa Morte, no Estado do Rio de Janeiro, estão ameaçadas de serem expulsas das terras onde trabalham por grileiros gananciosos protegidos pelas autoridades estaduais. Reina um ambiente de terror na região, principalmente em virtude das violências e arbitrariedades cometidas pela polícia estadual a serviço dos grileiros. Mais de 30 famílias de posseiros já foram expulsas das terras que desbravaram e à custa de suor e sacrifício conseguiram lavrar durante vários anos.¹

Em 1961, o jornal *Terra Livre* divulgava esta notícia na manchete da sua edição de março, noticiando a situação de angústia vivenciada por diversas famílias de lavradores fluminenses, que logo seriam despejadas pelas forças policiais e pelos chamados “grileiros”, interessados na apropriação daquelas terras, desbravadas e ocupadas durante muito tempo pelos “posseiros”. Quem são os grileiros? Quem estava sendo expulso das terras e por quê? Houve resistência? Estas e outras perguntas só podem ser respondidas se direcionarmos o nosso olhar retrospectivo para a primeira metade do século XX na região conhecida como Baixada Fluminense, localizada no Estado do Rio de Janeiro, onde se assistiu a uma dinâmica social conflituosa. Quem sabe, poder-se-ia melhor compreender o conteúdo da notícia citada anteriormente a partir destas considerações.

Entre fins do século XIX e inícios do século XX, a região da Baixada Fluminense foi tida como área decadente e abandonada por conta da crise da economia cafeeira e da abolição da escravidão que comprometeram as atividades econômicas que ali tiveram espaço, interrompendo seu “passado de ouro” (GRYNSZPAN, 1987; PEDROZA, 2003; 2010). As grandes extensões de terras que constituíam as antigas grandes fazendas de café foram aos poucos sendo desocupadas e desmembradas. Este abandono, acompanhado pelo desinteresse, resultou na insalubridade daquelas terras; muitas delas se encontravam “cansadas” e algumas delas “alagadas”, com fortes riscos de contaminação e de transmissão de doenças, como a malária, por exemplo.

Porém, mesmo com esta descrição infeliz da condição das terras na localidade da Baixada, presenciou-se a chegada de novos personagens que começaram a ocupar a região entre as décadas de 1920 a 1950 (GRYNSZPAN, 1987, pp. 38-40). Muitos deles foram atraídos pela possibilidade de cultivar e de estabelecerem posses para o próprio

¹ Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de março de 1961, nº 98, p. 1.

autossustento ou, até mesmo, por oportunidades reais de emprego, como na produção de laranjas em Nova Iguaçu. Segundo Manoela Pedroza:

a noção de ‘decadência’ e de ‘abandono’ da Baixada Fluminense deve ser usada entre muitas aspas. Para outro grupo social, esse ‘abandono’ abriu novas possibilidades de trabalho autônomo, já que o desinteresse dos grandes produtores e proprietários permitia que pequenos agricultores sem posses (arrendatários, parceiros e posseiros) pudessem mais facilmente viver e trabalhar naquelas terras (PEDROZA, 2010, p. 106).

Mario Grynspan chegou mesmo a dizer que a contínua fragmentação das antigas propriedades “abandonadas”, transformadas em lotes menores de acordo com o processo de ocupação da região por estes “posseiros” que chegavam, contribuiu para a diversificação da produção no Estado do Rio, o que potencializou a maior produção de alimentos, principalmente no setor da fruticultura e da lavoura de gêneros alimentícios (GRYNSZPAN, 1987, pp. 28-40).

Mas, a partir do final da década de 1930 e início da década de 1940, a situação mudou. O governo federal, interessado em criar um “cinturão verde” na Baixada com o intuito de abastecer a região metropolitana do Rio de Janeiro e criar condições propícias para uma colonização “dirigida” daquelas terras, investiu em obras de saneamento. Contudo, estes investimentos estatais, ao invés de incentivarem a produção agrícola e “absorverem” o fluxo populacional que se esperava, ajudaram a alimentar a especulação imobiliária, que tomou conta da região e acirrou a disputa no que tange à apropriação daquelas terras valorizadas (GRYNSZPAN, 1987).

A valorização das terras fluminenses não foi um exemplo isolado desta época. Segundo José de Souza Martins (1981), a valorização seria concretamente o aparecimento da renda territorial “onde ela não existia”, com a extração de lucros extraordinários para os indivíduos que se aproveitavam dela, reverberando na reação dos camponeses de todo o país contra o avanço do capital. Nestes termos, o capital transforma a terra (ou o seu uso) em mercadoria e a própria licença para a exploração da terra depende do pagamento ao seu proprietário; este pagamento é a renda capitalista da terra. Deste modo, Martins entendia que “de fato, o que em todos eles [movimentos de luta pela terra] estava em jogo não era propriamente a propriedade da terra e sim a renda capitalista da terra” (MARTINS, 1981, p. 79).

Por este motivo, afirmou categoricamente que “as diferentes formas de lutas e os diferentes movimentos expressavam uma só coisa: a luta dos camponeses contra a renda

da terra” (MARTINS, 1981, p. 80). A emergência do campesinato e a luta de resistência pela permanência na terra foram acompanhadas pela visibilidade destes grupos sociais subalternos que “apareceram” no processo político mais amplo.

Os conflitos de terra na região da Baixada Fluminense começaram a surgir ainda no final da década de 1940 e início da década de 1950. O local foi considerado palco privilegiado de uma mobilização camponesa, mais especificamente, de um grupo de lavradores que reivindicavam a posse de terras que estavam sendo alvo de especulação imobiliária.

Mais do que a Baixada Fluminense, foram as regiões de fronteira as mais afetadas pelo avanço do capital especulativo (VELHO, 1982). Foi por este motivo que Manoela Pedroza (2003) esboçou o conceito de *sertões cariocas* para sinalizar justamente aquela região na qual se passava a “linha” que dividia o que era interessante para o Estado e para o capital especulativo-imobiliário do que não era até então interessante, isto é, a região onde se instalaram os posseiros e onde a especulação começou a se fazer presente; foi justamente onde se materializariam os conflitos entre quem já vivia e quem agora queria lucrar.

Uma região que foi considerada “fronteira aberta”, desbravada por homens livres e pobres e posseiros de uma maneira geral, e que sofria os impactos de seu “fechamento” pelos interesses especulativos que buscavam lucrar devido à valorização daquelas terras. Neste sentido, o interesse pelas relações sociais dinâmicas se torna mais profícuo do que o interesse por meras fronteiras fisiográficas/geográficas².

Segundo Grynszpan (1987) e Pedroza (2003), as décadas de 1950 e 1960 foram significativas, pois durante este período histórico uma classe camponesa-posseira encontrava-se em processo de formação, constituindo-se como classe social

² Um dos primeiros trabalhos referentes ao tema foi o dos geógrafos Pedro Geiger e Myriam Mesquita que interpretaram a extensa região da Baixada Fluminense como àquela compreendida entre as altas encostas da serra do Mar e o oceano. Ver: GEIGER, Pedro; MYRIAM, Mesquita. *Estudos rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1956, p. 5. Já Frederico Araújo preferiu utilizar o termo “Baixada da Guanabara”, compreendendo àquela região que se situava no entorno da cidade do Rio de Janeiro, da malha e da fronteira urbanas. Ver: ARAÚJO, Frederico. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1982. Mario Grynszpan utilizou genericamente o termo “Baixada”, já que segundo ele, a Baixada Fluminense possuiria uma conotação urbana, abrangendo bairros com características bem diversas. Ver: GRYSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

(THOMPSON, 1987, pp. 9-14). As identidades se construíram de maneira conflituosa, mas não deixando de ser um processo de caráter relacional: de um lado, os posseiros ameaçados de expropriação, de outro, os chamados grileiros interessados na apropriação daquelas terras (GRYNSZPAN, 1987).

Foi por conta desta inserção política do campesinato fluminense que se tornava cada vez mais “visível” na localidade em questão que a imprensa começou a noticiar casos de conflitos fundiários nos sertões cariocas. Grupos e partidos políticos de matrizes ideológicas diversas se direcionaram para a região a fim de disputar a representação política deste grupo de lavradores que lutavam pela permanência na terra.

Um destes atores históricos foi o Partido Comunista do Brasil (PCB), mais especificamente, alguns militantes comunistas que começaram a atuar neste território com o intuito de mediar as lutas pela terra que se travavam. Outros agentes sociais também se tornaram presentes: a Igreja Católica e os Círculos Operários Fluminenses (COF), a figura do ex-deputado udenista Tenório Cavalcanti que aspirava se tornar governador do Estado do Rio de Janeiro, as Ligas Camponesas fluminenses, o governo estadual com seu Plano Piloto de Ação Agrária (PPAA), o governo federal, principalmente na época do mandato de João Goulart (1961-1964), com a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) interessada na desapropriação das terras para fins sociais, entre outros.³ Estes eram os chamados mediadores que buscavam representar o campesinato fluminense.

Segundo Grynszpan (1987), se travou uma verdadeira disputa pela representação política para falar para/pelo campesinato fluminense em luta pela terra nestes sertões. Quanto mais se disputava esta representação, ou melhor, o monopólio da representação do mundo social destes lavradores mais ligada aos interesses de quem buscava realizar este trabalho representativo (BOURDIEU, 1977; 1989), mais as lutas se radicalizavam no território em estudo. A dinâmica de formação da classe camponesa produziu rearranjos e instabilidades no campo da política e das forças sociais presentes. Não foi à toa que o autor disse que a Baixada era um verdadeiro “barril de pólvora” prestes a explodir a qualquer momento (GRYNSZPAN, 1987, p. 365).

³ Ver especialmente o capítulo 4 intitulado “As forças em cena”. In: GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1987, pp. 222-285.

Isto se traduziu nas pressões das bases camponesas e nas organizações dos lavradores: as resoluções espontâneas tiradas do próprio movimento camponês muitas das vezes ultrapassavam os limites programáticos estabelecidos pelos mediadores. Um reflexo disso se materializou nos conflitos internos entre o Partido Comunista do Brasil (PCB) e a sua militância (GRYNSZPAN, 1987, pp. 343-357).

Tendo em vista esse contexto e conhecendo essa bibliografia, a inquietação desta pesquisa foi entender a relação entre a prática de mediação destes conflitos de terra realizada pelos militantes comunistas e as diretrizes teóricas e/ou teses programáticas nacionais do Partido Comunista do Brasil (PCB) para o campo. Na literatura sociológica e antropológica sobre o tema, até se reconheceram os conflitos e as discontinuidades existentes entre a prática cotidiana de mediação dos conflitos no campo e a teoria do PCB, porém a análise particularizada e detalhada destes conflitos não foi devidamente “historicizada”, já que tal relação não foi tratada como um objeto específico de estudo atento às mudanças, continuidades e rupturas ao longo do tempo.

Esta questão foi novamente “despertada” na leitura dos livros de memórias biográficas dos militantes comunistas que atuaram na região, isto é, José Pureza da Silva (1982), Lyndolpho Silva (2004) e Bráulio Rodrigues da Silva (2008). Outra problemática me chamou a atenção na leitura destes relatos de memória: a relação de identidade construída em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) nas lembranças da militância das décadas de 1950 e 1960, quando estes militantes realizaram o trabalho político de organização e de mediação das lutas pela terra na Baixada Fluminense. Os pesquisadores que trabalharam com o tema da mobilização camponesa fluminense trataram as memórias destes militantes comunistas e os seus depoimentos de maneira bastante instrumental. É interessante notar que as passagens e os “ditos” dos militantes foram citados simplesmente para exemplificar alguma luta e/ou conflito de terra. Em alguns casos, as memórias foram mobilizadas como recursos meramente descritivos de tais lutas pela terra.

Por este motivo, justifica-se esta pesquisa no sentido de complexificar a relação de identidade entre o militante e o seu Partido construída nos relatos de memória destes indivíduos. A relação entre a prática, respaldada ou não, pelas diretrizes partidárias se tornou um objetivo específico para os fins desta pesquisa.

* * *

“A necessidade de memória é uma necessidade da história.”⁴

Como apoio teórico para mais bem analisar o objeto de estudo apontado anteriormente, as discussões sobre a relação entre a *memória* e a *identidade* e a importância das *memórias subterrâneas* e/ou *individuais* que se opõem à *memória oficial* (neste caso, institucional do Partido Comunista do Brasil) foram significativas para problematizarmos o processo de construção e de “arrumação” da memória destes indivíduos no que tange a sua identidade em relação ao PCB.

Foi Michael Pollak (1989) que procurou relativizar a suposta conciliação entre a memória *coletiva* e/ou nacional e a memória *individual*, onde o papel desta última era simplesmente compor uma lembrança que pudesse ser reconstruída sobre uma base comum, de acordo como era tratada pela tradição durkheimiana e pelos trabalhos de *sociologia da memória* (HALBWACHS, 2004). De acordo com Pollak (1989), esta interpretação da memória *coletiva* ganha um estatuto de força quase institucional, que garantiria a perpetuação, a duração, a continuidade e a estabilidade desta mesma memória coletiva no tempo: uma espécie de “entificação” da dimensão coletiva ou de uma “ontologização” dos fatos sociais (CATROGA, 2001). Segundo Pollak, o que tal visão pode indicar seria uma forma específica de dominação ou violência simbólica em nome de uma “comunidade afetiva”, onde se adere afetivamente a um grupo social.

Privilegiando-se a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias *subterrâneas* que se opõem à memória oficial. Ou, como Enzo Traverso (2012) pontuou, a importância de memórias “fracas” que relativizam as memórias “fortes”, àquelas que possuem força, visibilidade e reconhecimento durante o tempo. Neste sentido, “a memória entra em disputa” (POLLAK, 1989, p. 4), aflora em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados, e prossegue seu trabalho de subversão no silêncio (imbuído de significado) e de maneira quase imperceptível. No campo da memória, os objetos de pesquisa, segundo Pollak, podem ser escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.

⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Traduzido do francês por Yara Aun Khoury. In: *Les lieux de mémoire*. I La République, Paris, Gallimard, 1984, p. 14. Acesso em 06/04/15: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>.

Além disso, Pollak (1992) também analisou o trabalho de *enquadramento das memórias* e das lembranças das vivências individuais a fim de compreender a complexa relação entre *memória* e *identidade*. Segundo ele, a memória é fruto de um trabalho de construção interior, na qual os indivíduos não registram todos os fatos e constroem sua identidade a partir de um verdadeiro trabalho de organização da memória individual. Neste caso, operações de seleção (acompanhadas também pelo silenciamento) dos fatos mais ou menos representativos para uma determinada pessoa são características substanciais deste processo relacional e intersubjetivo conhecido como *memória* (CATROGA, 2001).

Por isso, a memória não é um “armazém”, um registro, mas uma retenção afetiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. É uma espécie de revivificação quente, na qual o sujeito atualiza a unidade do seu eu, diferenciando-se ou não dos outros. No percurso biográfico, através do processo de lembrar e de “ser lembrado” o indivíduo constrói/reconstrói sua identidade, fruto de um trabalho psicológico que forma sua personalidade (CATROGA, 2001, pp. 20-24).

A relação da memória com o presente também é de suma importância, pois a rememoração é sempre marcada pelos interesses atuais de quem busca lembrar algum fato pretérito. A memória do passado é uma “ação criadora” efetivada no presente, associada às heranças e às expectativas dos indivíduos que ora buscam se legitimar ora buscam subverter o silêncio do “recalcado” (CATROGA, 2001; TRAVERSO, 2012).

Espera-se esclarecer a partir destas considerações teóricas a relação de identidade que foi construída entre o militante e o seu Partido nas memórias de José Pureza da Silva, Lyndolpho Silva e Bráulio Rodrigues da Silva e captar este processo inconcluso, porque itinerante, que move o trabalho do historiador: compreender as narrações (recordações) contadas por outros e reconhecer este “outro”, pois o ato de alteridade é inevitável no processo de construção dessas memórias (CATROGA, 2001).

A história não é uma fábrica para a manufatura da Grande Teoria, como um Concorde do ar global; também não é uma linha de montagem para a produção em série de pequenas teorias. Tampouco é uma gigantesca estação experimental na qual as teorias de manufatura estrangeira possam ser ‘aplicadas’, ‘testadas’ e ‘confirmadas’. Esta não é absolutamente sua função. Seu objetivo é reconstituir, ‘explicar’, e ‘compreender’ seu objeto: a história real (THOMPSON, 1981, p. 57).

Outra contribuição teórica pode ser mobilizada nos âmbitos desta pesquisa, principalmente no campo da história social inglesa, com as considerações do historiador britânico Edward Palmer Thompson. Em *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (1981), Thompson criticou as postulações de Louis Althusser, entendendo seu excessivo teorismo como sendo praticamente ahistórico e estruturalista. A relação entre os objetos materiais “reais” e a própria representação conceitual dos mesmos foi secundarizada nas análises de Althusser, nas quais a categoria ganhava primazia sobre seu referente material e a própria estrutura conceitual pairava sobre o ser social e o dominava (THOMPSON, 1981, p. 22). Neste sentido, a redução do “real” ao pensamento e à teoria foi confirmada nas análises althusserianas e a própria realidade se dissolvia numa ficção idealista.

Segundo Thompson, Louis Althusser negligenciou o diálogo entre o ser social e a própria consciência social que o mesmo indivíduo poderia potencialmente formar em sua vivência no mundo material (THOMPSON, 1981, p. 17). Neste caso, os indivíduos são determinados pela estrutura e pela teoria e a agência no mundo material não é colocada em questão. A história seria um “processo sem sujeito”, colaborando para expulsar da história a ação humana e apresentando a consciência e a prática humana como coisas automotivadas (THOMPSON, 1981, p. 92).

A alternativa que Thompson ofereceu foi a de um “termo ausente” neste marxismo althusseriano: a *experiência*, onde “a estrutura é transmutada em processo e o sujeito reinserido na história” (THOMPSON, 1981, p. 188, grifos meus). Partindo desta via de interpretação, os sujeitos históricos não seriam meramente determinados e a sua *agência e experiência* poderiam modificar até mesmo os rumos da história. São os próprios seres sociais que determinam sua consciência social, mesmo entendendo que são específicas de cada tempo histórico, à medida que a experiência humana se impõe ao pensamento e o pressiona para a ação (THOMPSON, 1981, p. 34).

Para escapar desta concepção estruturalista, mas sem abandonar as condições materiais de existência que são impostas aos indivíduos pela estrutura, Thompson resgatou a cultura de homens e mulheres comuns que viveram suas vidas e racionalizaram suas ações de acordo com sua própria consciência e a partir da reflexão do que acontecia a eles e ao seu mundo (THOMPSON, 1981, p. 16). Por outro lado, é importante salientar que não se trata simplesmente de uma perspectiva “culturalista”

stricto sensu. O conceito de *experiência* “é exatamente o que realiza a junção entre cultura e não cultura, ficando uma metade dentro do ser social (experiência I – experiência vivida) e a outra metade no âmbito da consciência social (experiência II – experiência percebida).” Logo, para Thompson, “o conceito de experiência é um *junction-concept* – conceito mediador.” (ALVES & ARAÚJO, 2013, p. 58). Assim,

quando analisada pela concepção estruturalista, as ações coletivas empreendidas pelos sujeitos sociais perdem-se em meio a dados estéreis. Por outro lado, pensar as ações sociais apenas pelo viés cultural é dissolver o sujeito humano no contexto enquanto categoria explicativa. Desse modo, a explicitação dos fundamentos ontológicos da experiência histórica em Thompson contribui para afastá-la não apenas da miséria do estruturalismo, mas dos vieses culturalistas, pós-estruturalistas e pós-modernistas (ALVES & ARAÚJO, 2013, p. 56).

Mesmo reconhecendo esta potencialidade teórica que permite compreender a história de indivíduos comuns vivendo sua própria história, “nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e deshistorizada do que a categoria de classe social”, nos escreveu Thompson. Segundo ele, trata-se de uma questão simples, mas que foi deturpada pelo marxismo althusseriano estruturalista: “uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores, mas os vetores.” (THOMPSON, 1981, p. 57). Sua proposta, elucidada em outro livro, analisava a classe social como sendo uma categoria histórica e relacional, que homens e mulheres reais “experienciavam” situações e vivências aparentemente desconectadas e descontínuas, cujos interesses se inter-relacionaram e se contrapuseram a outros interesses considerados seus antagônicos (THOMPSON, 1987, pp. 9-14).

Com estas considerações acredito que o conceito de *experiência histórica* pode auxiliar na compreensão das ações dos militantes comunistas. As condições materiais que vivenciaram no campo e as dificuldades objetivas que, muitas das vezes, impossibilitavam a reprodução das práticas de mediação dos conflitos de terras na Baixada, acabaram por incidir diretamente na percepção de mundo destes atores (os militantes). Por isso, uma espécie de negociação “rica” entre aspectos da cultura popular tradicional e rebelde dos posseiros que lutavam pela terra e alguns elementos “modernos” de ação política destes militantes que vivenciaram outra realidade nas cidades foi conformada (PEDROZA, 2003).

Este sincretismo, como Manoela Pedroza (2003) expressou, ocorria a cada nova ameaça/pressão para que os camponeses saíssem da terra: uma criação de um processo único de aprendizado (tanto por parte do mediador quanto por parte do posseiro), no qual certa transformação das táticas tradicionais para meios modernos de ação eram perceptíveis dentro do campo de possibilidades realizáveis em determinados locais.

Foi por este motivo que Thompson disse que até mesmo “alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências.” (THOMPSON, 1981, p. 16). A meu ver, tais militantes interpretaram as condições do momento a partir da percepção de mundo “modificada” pelas novas experiências que vivenciaram no campo, em contato com a cultura popular tradicional e rebelde destes posseiros que lutavam pela terra, e racionalizaram suas atitudes de acordo com estas premissas. O diálogo entre o ser social e a consciência social construída em determinado momento da história de vida de uma pessoa comum confirma as postulações de Thompson, visto que o pensamento e o ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos, não sendo “separados” como o marxismo althusseriano propunha (THOMPSON, 1981, p. 27).

Entender como eles pensavam e como eles agiam pode também ser produtivo para os fins desta pesquisa, visto que analisarei como se constrói o Partido Comunista do Brasil (PCB) pela sua “base”, ou seja, preza-se, aqui, a história institucional do PCB *vista de baixo*, vista pelos seus militantes atuantes e não pela cúpula partidária. Resgatar estas *experiências* também pode ser uma boa maneira de complexificarmos o objeto de estudo: a identidade do militante em relação ao seu Partido construída nas memórias de luta e de militância cotidiana nos sertões cariocas.

* * *

“O historiador precisa sempre perceber como uma pergunta está sendo respondida da perspectiva de uma outra pessoa.”⁵

Ante todo o exposto, procura-se acessar, mesmo que indiretamente, a agência e a experiência humana destes militantes comunistas e compreender a memória *individual* e *subterrânea* que estes indivíduos construíram em relação ao Partido Comunista do

⁵ In: THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 179.

Brasil (PCB) na prática de mediação dos conflitos de terra que se travavam nos *sertões cariocas*.

Trata-se de, em cada capítulo desta monografia, analisar as trajetórias de vida e de militância de José Pureza da Silva, Lyndolpho Silva e Bráulio Rodrigues da Silva. Cada capítulo é dedicado à história de cada um destes militantes citados acima, retrospectivamente. Comparações e diferenças entre eles serão estabelecidas no decorrer do desenvolvimento dos capítulos.

É interessante pontuar três observações: a primeira diz respeito à área-objeto. Como disse anteriormente, tratam-se dos *sertões cariocas* (PEDROZA, 2003), localidades que possuíram uma dinâmica social própria e conflitiva. Porém, há que se reconhecer que destes três militantes, dois atuaram na região geográfica da Baixada Fluminense *stricto sensu*. Lyndolpho Silva militou num curto espaço de tempo na região do *sertão carioca*⁶ - região rural da cidade do Rio de Janeiro (que foi também contemplada no conceito no plural, visto que a preocupação não é o limite fisiográfico) -, mas aos poucos foi sendo direcionado para atuar na União dos Lavradores e Trabalhadoras Agrícolas do Brasil (ULTAB) e, posteriormente, como presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A priori, poder-se-ia pensar que o seu “caso” não deveria ser objeto de análise desta pesquisa. Por outro lado, justifica-se a existência de um capítulo próprio para a trajetória de Lyndolpho, pois o processo de construção da sua memória possui elementos importantes que nos ajudam a problematizar como a ascensão na militância pode ser explicativa no que tange as diferenças de construções identitárias em relação ao PCB entre Lyndolpho e os outros dois militantes que continuavam sua militância na “base” nos *sertões cariocas*.

A segunda observação diz respeito à temporalidade. O recorte cronológico para esta pesquisa se insere no tempo em que a mobilização camponesa se tornou presente e no momento em que estes militantes começaram a atuar enquanto mediadores deste movimento: ou seja, a década de 1950 até o ano de 1964, quando se assistiu a uma clara desmobilização do movimento camponês e a perseguição política que foi vivenciada

⁶ Para mais informações sobre este conceito, ver: SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Niterói, 2005.

pelos militantes comunistas por conta do golpe civil-militar. Embora isto esteja claro, reitero que se tratam de memórias, que possuem uma temporalidade própria e singular, “muitas vezes desrespeitadora da cronologia” (TRAVERSO, 2012, p. 26).

Em alguns casos, os militantes recordavam de situações anteriores mesmo que relatando os acontecimentos do período da ditadura militar, por exemplo. Enrijecer a análise a somente àquilo que supostamente me interessa, isto é, o período de 1950 a 1964, é, na verdade, perder de vista esta temporalidade da lembrança de que nos fala Enzo Traverso (2012). E, mais do que isso: é perder o processo de construção da identidade destes militantes em relação ao partido, que é o foco de análise desta pesquisa. Por este motivo, o recorte temporal de cada capítulo é variável de acordo com o conteúdo das memórias presentes em cada livro biográfico. Neste caso, a temporalidade da lembrança é singular para cada indivíduo, mas a preocupação analítica é a mesma.

Terceiro ponto: as fontes para a análise e as suas limitações. Primeiramente, consultou-se material periódico, os jornais e periódicos comunistas produzidos durante as décadas de 1950 a 1960 no Brasil. O jornal *Terra Livre* foi de importância significativa, porque estava voltado para as questões estritamente relacionadas ao campo brasileiro. Produzido em São Paulo, buscava noticiar os vários conflitos de terras que se desenrolavam nas várias regiões do Brasil; inclusive àqueles que contaram com a participação “especial” dos militantes que são preocupação desta monografia.

Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro consta um acervo que compreende a circulação deste jornal durante 10 (dez) anos: de 1954-1964. Isto se deve a dificuldade de circulação do jornal, já que o Partido Comunista do Brasil (PCB) era considerado ilegal durante todo o período de sua circulação, o que pode ser exemplificado até mesmo nas irregularidades de suas edições, nas quais em determinados anos eram circulados quinzenalmente ou mensalmente e em outros anos eram somente publicados edições esporádicas e sem um fluxo constante. Outros jornais expedidos pelo PCB como *A Classe Operária*, *Imprensa Popular*, *Voz Operária* e *Novos Rumos* foram considerados materiais de caráter consultivo, pois se reconhecem que são jornais mais dedicados às questões urbanas.

Os documentos partidários e institucionais do PCB são fontes históricas importantes para acessar os programas e as diretrizes partidárias concernentes às lutas

sociais no Brasil de uma maneira geral. O *Manifesto de Agosto* de 1950 e a *Declaração de Março* de 1958 foram privilegiados nesta pesquisa, já que comportaram as diretrizes teóricas do PCB em dois momentos considerados cruciais, nos quais houve uma clara atualização das propostas programáticas.

De um lado, o *Manifesto* representava a linha política “sectária” do PCB frente ao chamado “governo de ‘traição nacional’ do general Dutra”, logo após ter sido posto sob ilegalidade, esboçando uma proposta de não-alinhamento em relação a diversos setores sociais da sociedade brasileira. E, de outro, a *Declaração* que explicitava a linha política mais branda que autorizava a realização de amplas alianças e permitia os usos da legislação a fim de mediar os conflitos que se travavam por todo o Brasil. Outras linhas e programações teóricas do PCB, manifestadas em congressos estaduais e/ou nacionais, onde se reformularam as programações, mesmo que de maneira “tímida”, puderam ser encontrados nos jornais e periódicos citados anteriormente.

Estes documentos foram importantes para entrecruzarmos com a própria prática dos militantes relatada nos livros de memórias, que ora respaldavam ora criticavam as resoluções partidárias; na maioria das vezes (excetuando-se o caso de Lyndolpho Silva), a autonomia da prática foi valorizada a ponto dos militantes nem se darem o trabalho de citar o que foi decidido pelo partido.

Os livros de memórias biográficas dos militantes comunistas José Pureza da Silva (1982), Lyndolpho Silva (2004) e Bráulio Rodrigues da Silva (2008) são as fontes privilegiadas para os fins desta pesquisa. São fontes históricas e escritas produzidas pelo procedimento metodológico de história oral, mediante entrevistas que foram feitas com estes militantes por investigadores que pesquisavam as lutas pela terra na Baixada Fluminense nas décadas de 1950-1960.

Além destes livros de memórias, pesquisei prontuários policiais (principalmente para o caso de Bráulio Rodrigues da Silva) no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e documentação de natureza variada: desde o vídeo-documentário com a entrevista de Josefa Paulino da Silva (esposa de José Pureza da Silva) até discursos proferidos por estes militantes, acompanhados por relatórios, fichas e, inclusive, o *site* eletrônico que busca cultivar a memória de Lyndolpho Silva.

Nos livros de memórias biográficas, reconheci alguns problemas: todas as memórias e depoimentos coletados nas entrevistas foram transformados numa narrativa “transcrita” pelos investigadores, produzindo-se, assim, fontes no formato de “memórias escritas”. Neste caso, a *transcrição* se difere da *transcrição*, já que foram os próprios investigadores que criaram a narrativa final, suprimindo todas as perguntas que foram feitas e a oralidade própria daqueles que foram entrevistados.

Por este motivo, Paul Thompson acreditou que “a fita [de gravação] é um registro muito melhor e mais completo do que jamais se encontrará nas anotações rascunhadas ou no formulário preenchido pelo mais honesto entrevistador (...)” (THOMPSON, 1992, p. 147). Neste caso,

a palavra falada pode facilmente ser deformada ao ser passada para o papel e, depois, para uma página impressa. Existe desde logo uma perda inevitável do gesto, ou expressão facial, do tom e do ritmo; e são necessárias, no interesse da legibilidade, algumas alterações deliberadas para eliminar pausas e hesitações perturbadoras ou falsos começos. Muito mais grave é a distorção que ocorre quando a palavra falada é enquadrada na disciplina da prosa escrita, mediante a imposição de formas gramaticais padronizadas e uma sequência lógica de pontuação (THOMPSON, 1992, p. 294).

Tal procedimento metodológico se mostrou problemático, pelo menos para os objetivos desta pesquisa, pois a narrativa final transcrita no livro adotou certa visão teleológica na qual a vida do indivíduo em questão teria “um início, um meio e um fim”. Seria um indivíduo biografado e construído socialmente se distanciando do indivíduo concreto que se quer biografar; uma típica *ilusão biográfica* (BOURDIEU, 1998, p. 190).

Além disso, o próprio discurso do militante comunista se “perdeu”, já que se suprimiram as repetições e as ambiguidades que constituíram o seu próprio “falar”. E as próprias perguntas e o eixo temático que conformaram “onde os entrevistadores ‘queriam chegar’ e o que ‘queriam perguntar’” aos seus entrevistados também se tornaram esvaecidos.

Por continuar sendo sempre exatamente o mesmo, um texto não pode ser definitivamente refutado; essa [é] a razão por que se queimam livros. Um falante, porém, pode ser imediatamente contestado; e, à diferença do texto escrito, o testemunho falado jamais se repetirá exatamente do mesmo modo. Essa autêntica ambivalência o aproxima muito mais da condição humana. Paradoxalmente, em certo sentido, algo dessa qualidade se perde, pela cristalização da fala numa fita gravada (THOMPSON, 1992, p. 147).

Embora o procedimento de história oral nos forneça potencialidades em nossas pesquisas, ele também denuncia um caráter privilegiado da parte de quem busca entrevistar. Enquanto que aqueles que só têm acesso às fontes escritas produzidas por este procedimento, se contentam com as “tradicionais” críticas internas ao documento.

Portanto, são com estas fontes históricas, periódicas, institucionais e biográficas, que se pretende analisar a identidade que foi construída por estes militantes comunistas para com o seu Partido em seu discurso sobre o passado no qual atuaram enquanto mediadores do movimento camponês na região dos *sertões cariocas*. Os capítulos que se seguem procuram dar conta de tal pretensão.

Capítulo 1: Memórias de um militante autônomo (trajetória de vida e de militância nos relatos de José Pureza da Silva, 1947-1964 / 1980)

1) Introdução

Neste primeiro capítulo, buscarei analisar a trajetória de militância e o trabalho político de organização e de mediação das lutas pela terra realizado por José Pureza da Silva nos *sertões cariocas* no final da década de 1940 até o ano de 1964. Meu intuito é compreender como se construiu a relação de *identidade* do militante em relação ao seu partido (PCB) a partir das suas lembranças acerca de sua prática militante. Como a *identidade* é um fenômeno construído, buscarei tratar, ao final do capítulo, do contexto do final da década de 1970 e início da década de 1980, quando Pureza relatou suas memórias.

A partir das entrevistas feitas pela antropóloga Eliane Cantarino O'Dwyer, que na década de 1980 estava realizando uma pesquisa de reconstituição do movimento camponês no Estado do Rio de Janeiro, o entrevistado relatou suas experiências de militância, junto aos lavradores fluminenses. Foi a partir destes relatos de memória que “Pureza ia reconstituindo sua trajetória de líder camponês”. Segundo ela, “os fatos do noticiário eram os mesmos contados por Pureza, mas faltava o sabor dos detalhes e a visão pessoal de quem os viveu.” (O'DWYER, 1981, p. 13). A história oral, muitas das vezes, “pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.” (THOMPSON, 1992, p. 22). Porém, por mais que se reconheçam estas potencialidades, há que se ter em mente que estas memórias são construções históricas passíveis de transformações e não se encontram “congeladas”, prontas para serem reproduzidas de maneira uniforme.

É através dela que se constroem os elementos identitários, tanto individuais como coletivos, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204). Para construir sua identidade enquanto porta-voz dos camponeses, Pureza realizou um trabalho de “rearrumação”/organização de sua memória, selecionando os eventos que seriam externados no momento da entrevista, com o intuito de construir uma trajetória coesa e coerente, mais ligada aos seus interesses do presente. O silêncio e o esquecimento, independente do seu caráter

intencional ou inconsciente, oferecem algumas limitações a nossa análise, mas há que se reconhecer que até mesmo estes indicadores possuem um significado para estas *memórias subterrâneas*, imbuídas de razões políticas, acrescentadas àquelas mais pessoais (POLLAK, 1989, p. 6). Por isso, “recordar é um processo ativo” (THOMPSON, 1992, p. 153).

Diante dessas considerações, buscarei comprovar a hipótese de que José Pureza construiu certa autonomia em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB), o que comprometeu a sua relação identitária com o mesmo. A partir das suas memórias individuais, vemos que o militante valoriza a prática *experimental* do trabalho de organização e de mediação dos conflitos de terra no contexto de formação de uma classe camponesa na região fluminense (THOMPSON, 1987).

É por este motivo que também procurar-se-á caracterizar a natureza desta militância a partir da noção de *experiência* proposta por Thompson em *A miséria da teoria* (1981). Logo após direcionar-se para o campo, José Pureza da Silva teve que lidar com uma nova realidade diferente daquela citadina e “aprender” a viver na zona rural. As dificuldades objetivas e a falta de apoio logístico por parte de sua instituição (o PCB) impuseram limitações ao seu trabalho político de organização dos lavradores fluminenses, limitações estas que só podem ser compreendidas a partir da estrutura dominante da sociedade brasileira daquela época: a ilegalidade ao seu Partido e a situação de clandestinidade, mais sensível à sua trajetória pessoal. Foram estas relações de exploração, dominação e apropriação que deram forma a todos os aspectos da vida social em conjunto e o tempo todo, exercendo pressão sobre o ser social e histórico (WOOD, 2011, p. 61). Por este motivo, a interpretação de Pureza sobre a realidade social foi lida de acordo com estas condições materiais de existência (ou quem sabe, de “sobrevivência”), o que fê-lo construir uma consciência específica baseada nestes termos.

(...) o uso principal que ele [Thompson] faz dessa palavra é como um ‘termo intermediário necessário entre o ser social e a consciência social’, o meio em que o ser social determina a consciência (...). Nesse sentido, *experiência* é precisamente ‘a experiência da determinação’ (WOOD, 2011, p. 90).

Esta *experiência* do militante, em contato direto e dialógico com a dinâmica da classe social camponesa fluminense em formação, era mais sensível aos interesses mais imediatos deste grupo social, não reproduzindo a lógica de um Partido “guiado pela ‘ciência’ marxista, que estava melhor capacitado a decidir quais eram os melhores

interesses para a classe” (THOMPSON, 1981, p. 192). Por este motivo, acredito que caracterizar esta militância como *experimental* auxilia e conduz a confirmação de minha hipótese lançada acima.

Primeiramente, procuro elucidar o caminho que o “levou ao campo”, suas razões e consequências. Logo após, discuto o trabalho organizativo impulsionado pelo líder camponês e as dificuldades que foram surgindo no intuito de lutar pelo direito de se organizar no campo (situação bem diferente da encontrada nas cidades) e de conseguir a oficialização de suas entidades. A disputa pela representação destes lavradores fluminenses também irá ser analisada, visto que Pureza era um destes mediadores que disputavam a “palavra camponesa”⁷. As primeiras lutas travadas ainda na década de 1950 e as formas de mobilização utilizadas pelos lavradores fluminenses e mediadas pelo militante no começo da década seguinte também serão preocupações deste capítulo. Por fim, analiso o discurso antipartidário na década de 1980 e como José Pureza da Silva avaliou sua militância de maneira geral e conclusiva. Este percurso analítico nos permitirá compreender o processo de construção de sua memória de autonomia em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB).

2) De Operário a Camponês

José Pureza da Silva, natural de Pilar, município de Alagoas, migrou para o estado do Rio de Janeiro⁸ ainda jovem, onde exerceu muitas funções até se especializar na construção civil, como estucador, participando de alguns movimentos operários na cidade (CORRÊA; MACEDO, 2007, p. 369; GRYNSZPAN, 1987, p. 96). Filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB) por volta dos anos quarenta⁹ e resolveu viver no campo no final do ano de 1947, porque “achava que os dois movimentos – campo e cidade – deveriam marchar juntos.” (PUREZA, 1982, p. 17).

⁷ Ver o clássico de Angela de Castro Gomes que estudou a trajetória de apropriação da “palavra operária” nos primeiros tempos da República. Ver: GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

⁸ Em suas memórias, não ficou muito claro o ano em que nasceu muito menos o ano em que migrou para o estado do Rio de Janeiro.

⁹ Segundo relato de sua mulher, Josefa Paulino da Silva (1924-1999), Pureza se filiou ao PCB no ano de 1945. Ver: Vídeo-documentário “Josefa: uma mulher na luta camponesa” de Roberto Maxwell e Luiz Cláudio Lima, 2002.

Segundo ele, foi bastante criticado pela sua decisão de abandonar todo o trabalho na cidade e ir em direção ao campo, até mesmo pelos seus companheiros mais íntimos¹⁰ (PUREZA, 1982, p. 17). Não ficou muito claro se esta decisão foi determinada pelo Partido ou se partiu de uma decisão meramente individual, buscando neste sentido organizar os trabalhadores rurais, visto que os da cidade já contavam com tal prerrogativa. Mas como nos lembrou Mario Grynspan (1987), o deslocamento de ativistas para o campo não foi exclusivo do estado do Rio de Janeiro, correspondendo, isto sim, a uma política nacional impulsionada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB).

Já no seu *Plano de Janeiro* de 1946, o PCB decidia pela necessidade de ‘destacar os melhores e os mais hábeis militantes para o trabalho no campo.’ Era preciso ‘organizar e mobilizar os trabalhadores agrícolas das aldeias e das fazendas, para a luta política, para a luta em favor dos seus direitos.’ E foi dentro desta linha que, nos meses seguintes, foram criadas ‘ligas camponesas’, ‘células rurais e células de fazenda’¹¹. (GRYNSZPAN, 1987, pp. 98-99).

Eliane Cantarino O’Dwyer (1988) esboçou uma hipótese interessante na qual os militantes que se constituíam como lideranças camponesas encontrar-se-iam desgarrados da organização do partido em função da clandestinidade que lhes foi imposta (O’DWYER, 1988, p. 36). No caso de José Pureza da Silva, por exemplo, O’Dwyer acreditou que ele abandonou seu projeto de mobilização operária a ponto de passar pelo difícil aprendizado de se tornar um lavrador (O’DWYER, 1988, p. 37).

Isto permitiu pensar, segundo ela, que a opção pelo campo tinha também o carácter de sobrevivência pessoal e até mesmo política (O’DWYER, 1988, p. 41): uma fuga para o campo pela perseguição que vivenciou na cidade. Quem sabe devido a esta situação clandestina, seu relato acabou por silenciar certas passagens de sua vida/militância e das políticas nacionais impulsionadas pelo PCB que já preconizavam a necessidade de deslocar alguns militantes para o trabalho no campo.

Pureza tomou conhecimento que estavam oferecendo terras na localidade de Xerém (atual distrito de Duque de Caxias) e pediu um pedaço de terra ao senhor Américo Vespúcio de Alvarez, que se dizia dono da fazenda Penha Caixão. Foi acordado que ele lhe daria metade da produção das bananeiras que plantasse (PUREZA,

¹⁰ Segundo ele, sua esposa o teria apoiado enquanto ele tentava se estabelecer em Xerém, porém o relato não corresponde com a entrevista realizada por sua mulher, Josefa Paulino da Silva, que diz que não queria retornar ao campo por conta de más lembranças que vivenciou com a sua família naquele “espaço”. Ver: Vídeo-documentário “Josefa: uma mulher na luta camponesa” de Roberto Maxwell e Luiz Cláudio Lima, 2002.

¹¹ Ver: Jornal *A Classe Operária*, 30/03/1946, p. 15 e 10/08/1946, p. 8.

1982, p. 18). Neste caso, se estabeleceu como meeiro, espécie de agricultor que trabalha em terras que pertencem à outra pessoa, onde o proprietário concede o domínio útil da terra (assim como a moradia) para que o trabalhador reparta a produção com o proprietário ao final do cultivo.

“Fiquei na terra sem instrução nenhuma, sem saber o que fazer (...). Até fome passei nesse período e cheguei ao ponto de roubar aipim para comer. Eu fazia igual a ladrão de aipim, deixava o pé na terra e só tirava a raiz.” (PUREZA, 1982, p. 18). Segundo Pureza, o proprietário sempre alegava que não tinha dinheiro para fazer o pagamento e a dívida do proprietário frente ao trabalho dele ia se acumulando. “Sem ganhar, como é que eu podia comprar alimentos? Por isso comecei a roubar aipim.” (PUREZA, 1982, p. 19).

Sua justificativa para o roubo do aipim foi suficiente para que Pureza “legalizasse” a prática (PUREZA, 1982, p. 19). O costume e a práxis de roubar aipim, com a multiplicação frequente do mesmo ato, adquiriu legitimidade para o militante (THOMPSON, 1998, p. 86), a ponto de afirmar que comeu “tanto aipim que hoje não gosta mais.” (PUREZA, 1982, p. 19).

Estas passagens dialogam bastante com a ideia de O’Dwyer (1988), porque confirmaram que o militante em questão teve que sofrer a *experiência* de se “tornar um lavrador” (com todas as dificuldades vividas por um trabalhador no campo) devido a situação de perseguição política na cidade. Aprendeu, por exemplo, a plantar e a fazer carvão, caçar e comer tatu, construir uma casa coberta de sapê, dentre outras coisas (PUREZA, 1982, pp. 19-21).

Por outro lado, mesmo que tenha ingressado no campo através de relações de subordinação frente ao proprietário rural, este militante não as tinha interiorizado. Segundo O’Dwyer, por causa de sua trajetória de vida anterior como operário, se tornou portador de uma visão da sociedade dividida em classes (O’DWYER, 1988, p. 78). Logo, a sua situação de “camponês” não poderia ser totalmente determinante de sua condição real de vida e de sua visão de mundo.

E isto pode ser percebido a partir da constatação de Pureza: “Descobrimos que o proprietário da fazenda Penha Caixão era um grileiro pequenininho. Começou a surgir na região grileiros poderosos que se diziam donos daquelas terras.” E continuou: “A

primeira casa a ser derrubada na ocasião do despejo em Capivari, foi essa da fazenda Penha Caixão, feita por mim e Percílio.” (PUREZA, 1982, p. 21).

O reconhecimento da figura do(s) grileiro(s) na região em que morava foi suficiente para que o militante iniciasse o devido trabalho de organização a fim de fortalecer os laços daqueles que logo seriam prejudicados pelos interesses destes “novos” personagens. “Naquela época já tínhamos formado uma Comissão de Lavradores em Xerém. Aproveitei a grande afluência de trabalhadores ao terreiro e comecei a arregimentá-los para nossa organização.” (PUREZA, 1982, p. 22).

3.1) A Primeira Organização Camponesa do Estado do Rio de Janeiro

“No fim de 1949, na localidade de Xerém, os grileiros começavam a nos ameaçar de despejo. Foi então que procurei alguns vizinhos e palestrei com eles no sentido de formar uma Comissão de defesa dos lavradores.” (PUREZA, 1982, p. 25). Esta comissão era formada por três pessoas e foi considerada o embrião da organização daquela região.

Grynszpan comprovou que a formação das organizações de lavradores partiu de dois pólos iniciais localizados na Baixada, a saber: Duque de Caxias e Nova Iguaçu, ainda no final dos anos 1940. Em Nova Iguaçu foi criada, em 1948, a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa (região esta que militou Bráulio Rodrigues da Silva)¹²; quanto a Caxias, na região de Xerém, em 1949, era criada esta Comissão de lavradores (GRYNSZPAN, 1987, p. 101).

Como nos lembrou Pureza, “já existia um Sindicato de Trabalhadores Rurais em Campos, mas que só atendia às reivindicações dos assalariados da cana.” Este sindicato, intitulado “Sindicato dos Empregados Rurais”, localizado na região de Campos dos Goytacazes, foi o primeiro sindicato rural fundado no Brasil. “Apesar de só ter sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho em meados da década de 1940, sua criação data de 1938, após uma série de mobilizações por jornada de oito horas de trabalho.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 103). Foi o decreto-lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, regulamentado pela Portaria nº 14 do Ministério do Trabalho e Previdência Social

¹² Ver capítulo 3: “Memórias de um militante apartidário (trajetória de vida e de militância nos relatos de Bráulio Rodrigues da Silva, 1923-1970)”.

(MTPS), de 19 de março de 1945¹³, que assegurou aos assalariados agrícolas e aos colonos de café o direito de organizar seus Sindicatos, os quais deveriam chamar-se “Sindicato Rural” ou “Sindicato de Empregados Rurais”.

Como na região em questão não era predominante o trabalho “assalariado”, o militante reconheceu “a necessidade de formar uma organização que defendesse todas as camadas de camponeses, tais como os posseiros, meeiros, terceiros, arrendatários, pequenos proprietários, peões, colonos, etc.” (PUREZA, 1982, p. 25).

Após uma consulta ao advogado perito em assuntos de terra, o Dr. Heitor da Rocha Farias, Pureza recebeu o conselho de fundar uma organização que atendesse o estado do Rio de Janeiro, em benefício de todo o tipo de lavrador. “Dessa forma foi criada a primeira organização camponesa do Estado do Rio de Janeiro, chamada ‘Associação dos Lavradores Fluminenses’ e registrada como organização civil.” (PUREZA, 1982, p. 26). Mesmo não sendo a “primeira organização camponesa” do Rio de Janeiro, o trabalho de fundar uma associação que defendesse as categorias sensíveis àquela realidade conflituosa foi reforçado no relato de sua memória a fim de valorizar o seu feito.

Mas, mais do que isso, “conta-nos José Pureza que a sugestão para que a organização abarcasse todo o estado do Rio e todas as categorias camponesas partiu, justamente, do advogado, que ali fora chamado para prestar orientação.” (GRYNSZPAN, 1987, pp. 102-103). Segundo Grynszpan, este advogado era ligado ao PCB, mas no relato de memória de Pureza esta informação não ficou clara. Seu discurso buscou minimizar a orientação do advogado pecebista e colocá-la sob a forma de “consulta” ou, quem sabe, de “conselho”.

¹³ Segundo definição do decreto-lei: “São empregados rurais, trabalhadores ou operários rurais aqueles que se dedicam profissionalmente às atividades rurais, em economia individual, coletiva ou de família, na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, com o fito de ganho e por conta de outrem.” Por mais que houvesse uma lei que regulamentasse a sindicalização rural, mesmo que limitada aos assalariados agrícolas, muitos autores reconheceram o tratamento burocrático e pouco ativo do Ministério do Trabalho no que tange ao reconhecimento de sindicatos rurais no Brasil. Por este motivo, até o final dos anos 1950, apenas 5-6 (aproximadamente meia dúzia) sindicatos foram reconhecidos. A situação começou a ser modificada a partir do início da década de 60, principalmente a partir do ano de 1962 (GRYNSZPAN, 1987, p. 119). Para mais informações, ver: *Jornal Terra Livre*, 2ª quinzena de junho de 1956, nº 66, p. 4, 1ª quinzena de julho de 1956, nº 67, p. 6, 1ª quinzena de novembro de 1958, nº 82, p. 1; Decreto-lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, que *dispõe sobre a sindicalização rural*. In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7038.htm>.

Logo após a criação desta associação, em Xerém, Pureza disse que “o delegado de Caxias, chamado Imparato, instalou um posto policial na região para fazer medo aos lavradores.” (PUREZA, 1982, p. 27). Tal constatação dialoga com a hipótese de Leonilde Sérvo de Medeiros (1996), que afirmou que uma das dimensões da violência no campo foi justamente a “violência política”: sendo as iniciativas organizativas dos trabalhadores rurais as principais vítimas do desencadeamento de ações repressivas por parte daqueles que se opuseram em reconhecer os direitos deste setor social, assim como impedir que tais “fatos políticos” se tornassem visíveis (MEDEIROS, 1996, pp. 5-7).

O controle do processo organizativo ou, em outras palavras, o impedimento da reprodução de práticas associativas no campo, sintonizava-se com a dominação arbitrária dos proprietários de terra que buscaram reforçar sua autoridade independentemente das proteções legislativas que reconheciam os direitos daqueles indivíduos. Por este motivo, a violência no campo se tornava naturalizada, já que praticada desde tempos imemoriais, não sendo “iniciada” somente no tempo da ditadura militar. Ou seja, as *memórias subterrâneas* (locais e, neste caso, rurais) reconheceram períodos de violência de longo prazo, não se limitando a recordações de datas ligadas a democracia e/ou a ditadura (CATELA, 2008, p. 179).

Segundo Pureza, “a polícia no Estado do Rio de Janeiro sempre ajudou grileiro. Agiam como seus capangas.” (PUREZA, 1982, p. 67). Neste sentido, os laços de solidariedade entre os que buscavam se organizar deveriam ser fortalecidos. Quando os camponeses eram detidos e levados para a delegacia da polícia, as mulheres dos mesmos acorriam à porta da cadeia, logo no dia seguinte, com o intuito de exigir a libertação dos presos políticos.¹⁴ Assim, resolveram fundar uma “Comissão Feminina”, ligada a ALF (PUREZA, 1982, p. 27). “No campo, a luta sempre envolveu toda a família e as mulheres organizadas podiam melhor encaminhar suas reivindicações nas nossas Assembleias. Plantávamos assim as sementes dos ‘Departamentos Femininos’”

¹⁴ Josefa Paulino da Silva, esposa de Pureza, também confirmou esta atuação das mulheres no seu relato. Ver: Vídeo-documentário “*Josefa: uma mulher na luta camponesa*” de Roberto Maxwell e Luiz Cláudio Lima, 2002. Interessante pontuar como estes departamentos femininos eram considerados meros “apêndices” da luta social, impulsionada majoritariamente por lideranças camponesas masculinas.

da ALF (PUREZA, 1982, pp. 27-28), como era recomendado para todo o território nacional no jornal *Terra Livre*¹⁵.

Com a fundação desta associação (ALF), houve um crescimento da organização dos lavradores nos *sertões cariocas* já no início dos anos cinquenta, visto que se tornou sabido que em vários distritos e municípios fluminenses, muitos lavradores estavam travando lutas e queriam se organizar também.

3.2) Desenvolvimento do Trabalho de Organização

O trabalho de organização dos camponeses consistia na criação de Núcleos da 'Associação de Lavradores Fluminenses', nas diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro. A diretoria da entidade de trabalhadores criada em Xerém recebia chamados dos camponeses desejosos de copiar a nossa organização.¹⁶ Nessas reuniões promovidas pelos companheiros de outras localidades, costumava haver uma intensa troca de ideias e preferíamos ouvir mais do que falar. Os camponeses recorriam à nossa entidade com o objetivo de obter um reforço para sua luta. A participação nossa nos conflitos geralmente se dava depois dos fatos sucedidos. Eram os camponeses, com sua própria iniciativa, que faziam seus movimentos (PUREZA, 1982, p. 35).

Esta passagem é bastante elucidativa. Pureza, além de explicar o processo de organização de maneira sintética, reconheceu que o protagonismo não deve ser retirado dos próprios camponeses em luta e desejosos de se organizar. Neste sentido, “atendendo à convocação dos companheiros e participando das suas reuniões, aprendemos que organização nenhuma deve ser transplantada.” (PUREZA, 1982, p. 35). Não existiria, nestes termos, um modelo de organização moldado “de fora”, a fim de enquadrar as diversas realidades em um estilo único de organização, que pudesse ser “transplantado”.

“No campo, o trabalho de organização era bem diferente ao que existia na cidade”, nos explicitou Pureza. “Os companheiros da cidade fundavam seus Sindicatos, arranjando uma sede e colocando tabuleta: os operários já sabiam que aquela era sua organização.” Era só preciso dirigir-se ao seu Sindicato e “lá colocavam seus problemas e recebiam instruções.” (PUREZA, 1982, pp. 35-36). Por outro lado,

(...) no campo não foi assim. Sempre considerei a organização no campo como as próprias plantações. Se você prepara a terra para plantar, por

¹⁵ Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de julho de 1955, nº 58, p. 2.

¹⁶ O trabalho de divulgação e de “tradução” das realidades vivenciadas pelos camponeses de todo o Brasil (MEDEIROS, 1995) materializado nas divulgações dos exemplares do Jornal *Terra Livre*, nas décadas de 1950 e 1960, ofereceram uma base de informação para que os trabalhadores do campo se inteirassem dos tipos de organização que poderiam ser efetivados a partir da condição de cada categoria e de cada lugar. Para mais informações, ver: “Os três tipos de organização dos trabalhadores do campo”. In: Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de agosto de 1954, nº 46, p. 2.

exemplo, feijão, colhe do que plantar depois. Mas se não teve tempo, ou por algum motivo, não deu o tratamento adequado, vai ter uma colheita fraca, conforme o trabalho que deu. Porém, quando se dá o cuidado que a planta precisa, a safra é boa (PUREZA, 1982, p. 36).

Nesta passagem, a analogia entre organização e plantação oferece uma via de interpretação significativa. Ao mesmo tempo em que o protagonismo não deve ser retirado do camponês em luta e em vias de se organizar, a assistência e o “tratamento adequado” à “terra” para que a plantação (organização) produzisse uma “safra boa” foram valorizados na visão de Pureza.

Mas isto não “durava” muito tempo: “plantava-se o Núcleo e tratava-se dele, discutindo seus problemas, até quando pudesse andar com seus pés.” Assim, “quando o Núcleo estava dominando melhor a situação e tinha consciência suficiente, então descansávamos um pouco de dar aquela assistência mais aguda.” Foi esta tática adquirida na luta com os companheiros, vendo como viviam, discutindo e conversando com eles, “que deu bom resultado não havendo outra forma de se dirigir os camponeses.” (PUREZA, 1982, p. 36).

O critério para quem quisesse ter legitimidade de liderança entre os lavradores era a adesão de fato ao seu modo de vida e aos interesses desses camponeses em permanecerem na terra. Independente do partido, essa pessoa deveria, antes de qualquer coisa, ser um deles, e isso foi na maior parte das vezes exatamente o que aconteceu com os militantes do Partido Comunista do Brasil (O'DWYER, 1988, pp. 112-116; PEDROZA, 2003, p. 191). Esta *experiência* modificava a forma como estes militantes concebiam o mundo e o que girava ao redor deles, principalmente no seu campo de atuação (os *sertões cariocas*), o que configurava uma consciência social construída pelo próprio ser e que incitava determinadas ações lidas a partir da cultura política que ali se conformava (THOMPSON, 1981). Por isso, Thompson “insiste que ideologia e cultura têm uma ‘lógica’ própria que constitui um elemento ‘autêntico’ nos processos sociais e históricos.” (WOOD, 2011, pp. 61-62).

De acordo com este desenvolvimento organizativo análogo a uma “plantação”, os próprios camponeses aprendiam a dirigir seus núcleos e, de acordo com o tempo, o número de associados crescia. Tais núcleos eram transformados em uma nova associação, que normalmente receberia o nome do lugar como “batismo” (PUREZA, 1982, p. 38).

Para ele, “aí estava a diferença do tipo de organização existente na cidade e no campo”: “na cidade, entre quatro paredes, na sede do Sindicato, o dirigente já podia fazer muita coisa. No campo era preciso ir às bases, e não podia ser com passeio de beija-flor, não.” Não seria um militante aquém daquela realidade e que só comparecesse à organização camponesa de maneira esporádica (os passeios de beija-flor, nos seus dizeres) que amadureceria a associação. Para ele, era preciso discutir com os companheiros para tirar conclusões, e mesmo depois delas, era necessário colocá-las em prática: “não inventávamos nenhuma situação para melhorar a luta.” (PUREZA, 1982, p. 36).

Nos sindicatos urbanos, por outro lado, os trabalhadores pagavam o imposto sindical obrigatório e já estariam garantidos, dessa forma, os benefícios materiais e trabalhistas que seriam “concedidos” pela instância do Ministério do Trabalho. As lideranças sindicais intermediariam todo este processo entre “quadro paredes” e a base dos trabalhadores já seria beneficiada. Este modelo de sindicato urbano único, territorial, com imposto obrigatório e benefícios “certos”, que mantinha relações orgânicas com a instituição do Ministério do Trabalho, era a definição característica deste sindicalismo corporativista (GOMES, 1988).

“Ninguém ia com mil realidades no bolso do colete, porque não dava certo. Por tudo isso eu desafio qualquer um que queira organizar camponeses entre quatro paredes. Ele pode fazer ajuntamento de curiosos, que não é a mesma coisa de organização.” Sua crítica aos “intelectuais de gabinete” foi bastante direta. Em contraposição, a militância *experimental*, que conhecia a realidade do lavrador e atuava no sentido da sua situação/reivindicação mais sensível e concreta, foi a mais adequada para este contexto, pois “quando o trabalhador percebe que não saiu nada do seu interesse, nem esclareceu suas ideias, ele aos poucos vai abandonando.” (PUREZA, 1982, p. 37).

Esta militância de caráter *experimental* contribuiu na formação de uma identidade coletiva junto aos próprios lavradores do campo fluminense, ocorrendo, assim, de modo simultâneo, a instituição e o reconhecimento político deste grupo social e de seus porta-vozes (O'DWYER, 1988, p. 85). Segundo Eliane Cantarino O'Dwyer, a hipótese de que estes militantes eram meros executores de uma determinação política do PCB ou que sua escolha como liderança dos lavradores foi consequência de uma mera ação de caráter pedagógico se tornava equivocada, já que a militância exigiu todo um

trabalho prático de organização e de mobilização em defesa de interesses comuns dentro dos espaços de deliberações locais (O'DWYER, 1988, p. 86-87).

Tal interpretação não foi consenso na literatura sobre o tema. José de Souza Martins (1981), por exemplo, acreditou que para o PCB “o que importava era ganhar os órgãos de cúpula” (MARTINS, 1981, p. 87). Enquanto a Igreja Católica se importava em representar os lavradores e os assalariados agrícolas com a organização sindical nas bases locais, o PCB se importava somente com a construção das federações e das confederações sindicais mais amplas. Por este motivo, para José de Souza Martins, o papel dos militantes na sua prática de mediação e de organização dos lavradores sem terra seria secundário; o que importava mesmo era a construção de um determinado número de sindicatos nas bases locais, para assim construir órgãos de cúpula mais abrangentes, como federações e confederações.

A meu ver, esta visão que busca inculcar certo pragmatismo e um suposto papel destes militantes comunistas na base admite uma racionalidade que pode não ser a que necessariamente guiou estes militantes no seu trabalho político de representação e de organização dos lavradores no campo. Além disso, a interpretação do autor nos leva a associar diretamente o militante ao seu Partido, a linha política à sua prática, como se esta relação fosse direta.

Já Mario Grynspan (1987), por exemplo, perseguiu, em sua dissertação, todo o trabalho político de organização na base, com a construção destes núcleos das associações civis em variados locais até a construção das primeiras federações em âmbito estadual. O processo histórico de organização dos lavradores foi valorizado em detrimento de uma suposta intenção teleológica capitaneada pelo Partido Comunista do Brasil. Porém, sua análise pecou ao associar diretamente as pessoas que ajudaram a criar determinada organização na base com a instituição ideológica que fizeram parte estas mesmas pessoas. Simplificando: se esta associação foi criada com o auxílio de José Pureza da Silva, ela supostamente já seria filiada ideologicamente ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Por isso, pontua como principais resultados da atuação do Partido Comunista no campo a fundação de associações e ligas camponesas, controladas ideologicamente pelo PC (PEDROZA, 2003, p. 191).

Analisemos, desse modo, uma situação contada por José Pureza para esclarecermos alguns pontos. Pureza relatou que existiram alguns “aproveitadores” no

interior das organizações camponesas nos *sertões cariocas*. Explico melhor: quando se construía uma ocupação camponesa em alguma região de litígio, a associação distribuía alguns lotes de terras para os lavradores que lá se encontravam. No entanto, existiram, segundo ele, alguns companheiros que se “aproveitavam” dessas situações. “Um dos diretores da ‘Associação dos Lavradores Fluminenses’ queria convencer os demais da legitimidade de cobrarmos um percentual pela venda de posses.” Para Pureza, isso acabaria por transformar a organização dos lavradores em uma espécie de “empresa imobiliária”, “e nós da diretoria seríamos confundidos com um bando de corretores.” (PUREZA, 1982, p. 37).

O resultado desta situação foi o ostracismo destes chamados “aproveitadores”, com a distribuição gratuita dos lotes de terras, como era feito anteriormente: “Não podíamos vacilar diante de situações deste tipo. Com atitudes firmes nossos companheiros afastaram os aproveitadores das organizações camponesas.” (PUREZA, 1982, p. 38).

Neste relato, é interessante perceber como Pureza não citou em nenhum momento o Partido do qual faz parte nem muito menos alguma orientação que recebeu deste. Claramente isto poderia ser um discurso que buscava legitimar suas ações e valorizar os seus feitos individuais enquanto líder camponês daquela região, porém transpareceu na situação relatada um espaço de deliberação local autonomizado, onde “nossos companheiros” (Pureza incluído) decidiram pela expulsão dos ditos “aproveitadores”.

4) Disputas entre Mediadores

Grande impulso à sua organização vem dando nos últimos tempos os lavradores e trabalhadores agrícolas do Estado do Rio de Janeiro. A I Conferência, realizada em agosto do ano passado, contou com mais de 500 pessoas, sendo criada nessa reunião a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Entusiasmados com a criação da Federação, seus membros se lançam ao trabalho de organização de novas associações, procurando ainda aumentar o número de associados. Atualmente, a Federação é composta por 13 associações¹⁷, as quais estão com cerca de 16.000 associados já registrados. Esse é um esforço realmente muito

¹⁷ Em outra tiragem do jornal, este número foi “aumentado” por duas novas associações nos seguintes municípios, a saber: Nova Iguaçu, Itaguaí, Vassouras, Cachoeiras de Macacu, Macaé, Casimiro de Abreu, Campos, Trajano de Moraes, Magé, Parati, Angra dos Reis, Japeri, Barra do Pirai, Santo Antônio de Pádua e Duque de Caxias. Ver: Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de abril de 1960, nº 90, p. 2.

grande, para manter unidos os homens do campo daquele Estado, como forma concreta de travar lutas pelos seus direitos e interesses¹⁸.

De associação em associação, a necessidade de coordenar a luta em todo o estado do Rio de Janeiro foi logo materializada na criação da Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ). Segundo Pureza, esta federação não mais seria coordenada pelos camponeses de Xerém (como era o caso da Associação dos Lavradores Fluminenses - ALF), mas teria sua diretoria eleita pelo conjunto das associações de lavradores existentes em diversos municípios que almejavam por uma unidade.

Em contraposição a esta alegação, Grynszpan disse que a FALERJ, na verdade, “reunia os antigos núcleos que haviam sido transformados em associações de lavradores em âmbito municipal e, posteriormente, agregaria a própria associação de Pedra Lisa que, até então, vinha desenvolvendo um trabalho paralelo” (GRYNSZPAN, 1987, p. 108). A diferença percebida foi que “enquanto uma tinha uma atuação mais restrita ao município de Nova Iguaçu, a outra pretendia ser uma associação de todos os lavradores fluminenses” (GRYNSZPAN, 1987, p. 102). Esta necessidade de transparecer uma ideia de que as associações estavam crescendo entre os diversos municípios era uma tentativa antecipada de Pureza de criar um senso de conjunto e de união, ainda não conquistado como podemos notar com a atuação localizada e restrita da Sociedade de Pedra Lisa, pelo menos até o final da década de 1950.

Segundo Leonilde Sérvolo de Medeiros (1995), o Partido Comunista do Brasil (PCB) tentava materializar também o mesmo sentimento a partir da criação de uma linguagem de classe e da criação de um “nós” na sua imprensa, tendo papel de destaque o já citado jornal *Terra Livre*, que buscava a socialização de símbolos e de uma cultura que “politizasse” a questão agrária incitando ações de reivindicação de direitos no campo.

Este intento de unidade foi “buscado” quando da realização da I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, no ano de 1959, na cidade de Niterói. A sede da Federação estadual que foi criada (a FALERJ) se localizaria na mencionada cidade (PUREZA, 1982, pp. 38-39). Segundo Pureza, os dirigentes da

¹⁸ Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de março de 1960, nº 89, p. 2.

FALERJ¹⁹ nunca repetiram cargos à frente da organização, ou seja, “o cargo de diretor não é hereditário, nem vitalício”. Além disso, não havia concorrência por cargos: “não tínhamos nenhuma ganância nesse sentido, nem tão pouco ambição pessoal. Nosso propósito era o de preparar companheiros novos que pudessem nos substituir.” Obviamente, trata-se de um discurso que procurava legitimidade, limpidez e incitar proselitismo para que as associações se filiassem a esta federação, o que foi reforçado na memória sobre a estrutura da FALERJ. Por outro lado, o relato se tornou ambíguo quando disse que “nunca tivemos pretensão de monopolizar o movimento camponês fluminense.” (PUREZA, 1982, p. 40).

Em julho de 1960, foi criada outra federação: a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ)²⁰. Ao que parece, as áreas de litígio que sofreram com o desenvolvimento da atuação do Executivo estadual, capitaneado pelo Plano de Ação Agrária do governo de Roberto Silveira, foram justamente aquelas regiões que assistiram ao processo organizativo de formação de associações (não filiadas a FALERJ), posteriormente congregadas nesta nova federação (GRYNSZPAN, 1987, p. 242). O Plano Piloto de Ação Agrária (PPAA) foi uma tentativa do Executivo estadual do Rio de Janeiro no intuito de solucionar o problema agrário presente na região da Baixada Fluminense, com a proposta de desapropriação das terras em litígio. Em alguns casos, este plano entrava em conflito até mesmo com a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), com os mesmos objetivos e ações, capitaneada pelo governo federal que, muitas das vezes, substituía o raio de ação do PPAA (GRYNSZPAN, 1987, p. 266).

Curiosamente, a diretoria desta nova federação era formada, principalmente, por lavradores de Nova Iguaçu, em particular de Pedra Lisa. Interessante este fato, pois justamente a associação que realizava um trabalho político paralelo até o final da década de 1950, a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, e que se filiou à

¹⁹ Seu primeiro presidente foi o vereador Manoel Marins, substituído por Manoel Ferreira de Lima no ano de 1961, enquanto Pureza assumiu a presidência no ano de 1963. Bráulio Rodrigues da Silva participou, primeiramente, da diretoria de 1961, como secretário, e, em 1963, assumiu a vice-presidência da entidade (PUREZA, 1982, p. 40).

²⁰ Segundo Grynspan, foram sete as suas entidades fundadoras: Associação dos Lavradores de Japeri, Associação dos Lavradores de Macaé, Associação dos Lavradores de Virgem Santa, Associação Municipal dos Lavradores de Trajano de Moraes, Associação dos Lavradores de Itaguaí, Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados de Vassouras. Ver: GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1987, pp. 241-242.

FALERJ, pelo menos no ano de sua fundação, se filiaria depois a FLERJ, como comprovou Grynszpan (1987, pp. 241-242). O próprio Bráulio Rodrigues da Silva, como se verá no capítulo 3, foi filiado a esta federação (a FLERJ), mesmo que durante um curto espaço de tempo.

A sintonia entre o Governo e esta Federação foi clara nas memórias de Pureza: “O executor do ‘Plano Agrário’ do governo Bagder Silveira²¹ era, em verdade, o grande responsável pela existência desta ‘Federação’ concorrente.” (PUREZA, 1982, p. 39). O que é interessante notar foi como Pureza identificou esta federação “concorrente”: segundo ele, não passava de uma Federação “fantasma” de breve existência, na qual não havia controle efetivo das verbas pela diretoria (sendo feito direto pelo executor do Plano Agrário). “Em vista disso, as ‘Associações’ separadas da FALERJ resolveram filiar-se à FALERJ, terminando assim a breve existência da ‘Federação fantasma’.” (PUREZA, 1982, p. 39).

Na realidade, o que estava em jogo era uma disputa pelo monopólio de representação do mundo social do campesinato fluminense (BOURDIEU, 1977, p. 2); uma competição por falar para/pelo campesinato em luta pela terra nos *sertões cariocas*. E os mediadores exerceram um papel fundamental nesta disputa. Logo, não ter a intenção de “monopolizar” o movimento camponês fluminense foi um discurso retórico porque, na prática, o que se percebia era uma luta para desqualificar o outro, como apareceu na carga que a palavra “fantasma” trazia para identificar a outra federação concorrente.

Na dissertação de mestrado de Mario Grynszpan (1987), o autor nos ofereceu o panorama de luta e de competição política pelo campesinato fluminense, apresentando os atores que disputavam este grupo de lavradores: a FALERJ e o PCB, a FLERJ e o governo estadual, a Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF) e os próprios Círculos Operários Fluminenses (instituições influenciadas pela Igreja Católica), a SUPRA e o governo federal, a figura de Tenório Cavalcanti (deputado ex-udenista que buscava angariar *capital político* para candidatar-se para o cargo de

²¹ Irmão de Roberto Silveira, que morreu num acidente de helicóptero, e governador do Rio de Janeiro logo após os mandatos de Celso Peçanha (vice-governador que assumiu após a morte de Roberto Silveira), José Janotti e Luís Miguel Pinaud.

governador), e até as Ligas Camponesas no estado do Rio de Janeiro.²² Como dito anteriormente, pareceu que o autor concebia uma relação direta entre a instituição que buscava representar o movimento camponês e a filiação ideológica que mobilizava esta representação, ou seja, a FALERJ seria necessariamente filiada ao PCB, não possuindo qualquer margem de autonomia; autonomia esta pelo menos percebida por Eliane Cantarino O'Dwyer (1988).

Para ele, esta competição política em torno do campesinato fluminense, realizada pelos diversos mediadores que disputavam entre si a representação do mundo social dos lavradores sem terra, acabou por “alargar” os objetivos programáticos estabelecidos por cada um. Nestes termos, a competição política terminou por alimentar a mobilização camponesa. E a politização da questão agrária e o reconhecimento paulatino do campesinato como ator político acabou por produzir rearranjos e instabilidades no campo da política e das forças sociais presentes, onde a Baixada Fluminense se tornou um verdadeiro “barril de pólvora” prestes a explodir a qualquer momento (GRYNSZPAN, 1987, pp. 343-357).

Podemos dizer que esta competição refletiu-se até mesmo em conflitos internos entre a militância e as orientações do PCB, pois os objetivos programáticos pré-estabelecidos precisavam ser reatualizados para a realidade do conflito em questão, que agora passava a ser disputado também por outros mediadores ali presentes. A disputa pela conquista de uma desapropriação de terra para os lavradores foi apontada por Grynszpan (1987) como um exemplo significativo desta complexa luta de representação.

Outro exemplo para esclarecer como se dava esta luta representativa seria a busca pela legalização das entidades e pela sindicalização rural (transformação das associações civis em sindicatos rurais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho). A pressão do movimento sindical se fez mais presente, obrigando o Estado brasileiro a reconhecer legalmente as instituições, a ponto do Ministro do Trabalho e Previdência Social, João Pinheiro Neto, em 1962, assinar “no dia 20 do mês de novembro passado, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, no Rio de Janeiro, a

²² Ver especialmente o capítulo 4 intitulado “As forças em cena”. In: GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1987, pp. 222-285.

portaria que regulamenta a sindicalização do trabalhador rural”²³. Esta portaria previa a reunião dos trabalhadores rurais em quatro categorias, o que era benéfico para o movimento já “que aí atingia não só os assalariados, como a Lei nº 7.038 previa, mas todos os camponeses e posseiros” como nos bem lembrou Lyndolpho Silva (SILVA, 2004, p. 99).

No final do ano de 1963, a FALERJ conseguiu sua “carta sindical”, documento que oficializava o reconhecimento legal da entidade por parte do Ministério do Trabalho, passando a ser chamada de Federação dos Pequenos Lavradores e Trabalhadores Autônomos do Estado do Rio de Janeiro²⁴. Uma grande manifestação nas ruas de Niterói, no mês de novembro, com a presença de uma multidão de cerca de 10.000 camponeses, foi programada em virtude da entrega da carta de reconhecimento desta federação, levada a efeito no Sindicato dos Operários Navais²⁵. O fato de ter sido a única federação que conseguiu este reconhecimento potencializou o trabalho de organização impulsionado pela mesma, o que foi decisivo para desqualificar àquelas federações que não conseguiram tal suporte (ARAÚJO, 1982). E não é à toa lembrar que ela seria uma das federações que constituiriam a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)²⁶, criada ainda no final do ano de 1963.

Todo este trabalho organizativo requereu um esforço por parte de Pureza e de seus companheiros dirigentes (como Bráulio Rodrigues da Silva, por exemplo), sendo possível acessá-lo e torná-lo inteligível à luz de uma *memória subterrânea* (POLLAK, 1989), da *memória individual* de uma militância pragmática e *experimental*, posto que em contato com a dinâmica de uma classe social em processo de formação (THOMPSON, 1987). A conquista de um órgão superior em nível nacional só pode ser entendida a partir desta história institucional do Partido *vista de baixo*, do PC das bases, isto é, de práticas, por vezes, sem respaldo na orientação da direção partidária do PCB.²⁷

5.1) As lutas e as formas de mobilização na década de 1950

²³ Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de dezembro de 1962, nº 117, p. 1.

²⁴ Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de novembro de 1963, nº 128, p. 4.

²⁵ Jornal *Terra livre*, 1ª quinzena de dezembro de 1963, nº 129, p. 8.

²⁶ Relatório sobre a Fundação da CONTAG de novembro de 1965. In: CUNHA, Paulo Ribeiro (org.). *O camponês e a história*. A construção da Utlab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004, pp. 185-270.

²⁷ Para entender a existência dos dois PCs, de um lado, as linhas políticas e as diretrizes gerais do Partido e, de outro, a prática da militância comunista em contato com as reivindicações mais imediatas do movimento de classe, ver: SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

Acontece que, nesse período, também os grileiros começaram a se articular e a grilagem a aumentar. Tornou-se assim inevitável a luta entre os camponeses e os grileiros, que apresentavam títulos falsos de propriedade. Houve também proprietários de terras que desejosos de formar verdadeiros latifúndios terminavam praticando a grilagem cartorial (PUREZA, 1982, p. 26).

Feitas as análises do processo organizativo, parte-se agora para o melhor entendimento das lutas e das formas de mobilização nas memórias de José Pureza. Como bem apontou o militante, a figura do grileiro e o seu aparecimento, como elemento externo que começaria a interferir na vida camponesa fluminense, foi a explicação mais coerente para se compreender o surgimento da luta entre dois grupos sociais.

Para Mario Grynszpan, esta luta compreendia o grupo dos posseiros, interessados na luta pela permanência na terra e criando sua identidade a partir desta, e o dos grileiros, interessados em lucrar com a valorização das terras ocupadas há muitos anos pelos posseiros (GRYNSZPAN, 1987, pp. 60-90).

O estopim das lutas ou o fator catalisador delas era materializado no despejo, que seria a expulsão da terra, a expropriação violenta que era sofrida por tais posseiros. Segue abaixo a descrição de um destes atos, dos lavradores de Capivari, que incluía até mesmo a fazenda Penha Caixão, onde Pureza trabalhava com a família:

Os despejos eram horríveis, assistíamos nossas crianças serem jogadas pelos braços para o terreiro e perdíamos o pouco que tínhamos. As casas dos camponeses em Xerém foram derrubadas e suas telhas levadas pela polícia. Roubaram de tudo: o milho já debulhado, o que estava na roça para colher, e até máquina de costura das nossas mulheres, adquirida com tanta dificuldade. Não tínhamos o direito de ficar nem com a criação de galinha e outros bichos. (PUREZA, 1982, p. 30).

O despejo era interpretado como injusto pelos lavradores (GRYNSZPAN, 1987, p. 69) já que o acesso à terra considerado costumeiro (THOMPSON, 1998, pp. 13-24) era agora “cortado”, assim como a reprodução de sua condição camponesa e, conseqüentemente, de uma série de relações sociais, de família e de valores (GRYNSZPAN, 1987, p. 65). Esta possibilidade de descrever um modo de produção em termos econômicos, sem deixar de lado as normas, a cultura, os conceitos críticos em torno dos quais se organiza nos permite entender como a atividade de produção material é uma atividade consciente e, que por ser consciente, possui uma lógica própria de funcionamento (WOOD, 2011, p. 65). Quando esta lógica de funcionamento é posta à

prova por meio de pressões objetivas estruturais, podemos então analisar como os seres sociais ativos e conscientes respondem ao problema. Por este motivo,

o argumento não pretende negar nem reduzir a importância dos efeitos determinativos do modo de produção, mas, ao contrário, reforçar a proposição de que eles são ‘operacionais o tempo todo’ e em toda parte. Em outras palavras, é possível que o materialismo de Thompson atinja seu ápice no exato momento em que ele se recusa a privilegiar a ‘economia’ em relação à ‘cultura’ (WOOD, 2011, p. 62).

O despejo dos lavradores em Xerém foi decretado pelo juiz de Caxias. A autoridade judicial tomou a decisão mesmo depois de provada que a documentação do grileiro em questão era falsa (PUREZA, 1982, p. 31). A relação de sintonia entre o poder judiciário e a grilagem (tanto impulsionada pelos pretensos proprietários quanto pelos proprietários legais que buscavam expandir suas posses), assim como entre as forças da repressão, foi sempre apontada nas memórias dos militantes e nas tiragens de jornais.

A ALF arregimentou os lavradores em direção à Niterói, onde fizeram um acampamento no Campo de São Bento durante mais ou menos um mês, aguardando que o governo estadual os assentasse. O governo cedeu umas glebas de terra em Casimiro de Abreu (PUREZA, 1982, p. 31). “Passado mais de um ano de nossa chegada a Casimiro de Abreu, novamente fomos molestados e despejados pela polícia do lugar, mancomunada com o prefeito do município.” (PUREZA, 1982, p. 32). Tiveram que retornar a Xerém, mas agora reatualizando os métodos de luta, pressionando não mais o poder Judiciário que coadunava interesses com a grilagem e com os proprietários de terra, mas sim o poder Executivo pela garantia de desapropriação das terras em litígio (GRYNSZPAN, 1987, p. 193):

Nessa ocasião, nos reunimos e modificamos o método de luta. Até então, para se contrapor aos despejos, nossos advogados reclamavam, em juízo, o usucapião que prescrevia o direito de propriedade após a posse ininterrupta da terra durante mais ou menos dez anos. A decisão do nosso movimento a partir daí foi substituir a reclamação de usucapião por uma luta pela desapropriação das terras em litígio²⁸ (PUREZA, 1982, p. 32).

²⁸ Porém, não se deve supor que conquistada a decretação de uma desapropriação, o conflito de terra se resolvesse fácil e rapidamente. Segundo o *Levantamento Histórico dos Conflitos de Terra no Estado do Rio de Janeiro (1950-1990)*, coordenado pelo pesquisador já citado Mario Grynszpan (1990), em diversos conflitos o decreto de desapropriação nem mesmo representava uma solução duradoura. O litígio poderia se desenvolver durante o tempo e a solução postergada de maneira negligente. Houve casos, inclusive, de execução de mais de um decreto de desapropriação para o mesmo território! Ver: GRYSNZPAN, Mario (Coord.). *Levantamento Histórico dos Conflitos de Terra no Estado do Rio de Janeiro (1950-1990)*. Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1990.

O que é interessante notar foi que, segundo Pureza, a nova orientação da luta pela terra foi “tirada” do próprio movimento, não fazendo nenhuma menção ao papel do Partido Comunista do Brasil (PCB) nesta empreitada. A autonomia do movimento de luta pela terra em relação às diretrizes teóricas e programáticas do Partido foi construída a partir da memória de práticas que buscavam contornar o problema, avaliá-lo nos espaços autonomizados de decisão e, enfim, partir para a luta auxiliada pelo método recém-discutido. É por este motivo que Manoela Pedroza (2003) disse que:

numa conjuntura crítica de conflitos e problemas, exigindo dedicação e soluções rápidas, as entidades organizadas mesmo por comunistas deveriam ter sua eficácia comprovada na prática para serem legitimadas pelos posseiros, e não somente seguirem linhas programáticas do Partido que não respondessem àquelas necessidades (PEDROZA, 2003, p. 191).

A demanda pela desapropriação das terras e sua entrega definitiva aos camponeses foi garantida a partir da pressão aos parlamentares na Assembleia Legislativa e às autoridades do governo estadual e federal (PUREZA, 1982, p. 41). Esta pressão acabou por dar visibilidade pública às reivindicações dos posseiros, sendo que o Poder Executivo, tanto estadual quanto federal, não pôde ficar “paralisado” diante do problema.

A criação do Plano Piloto de Ação Agrária (PPAA), iniciativa do governo de Roberto Silveira no estado do Rio de Janeiro, e da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), iniciativa do governo de João Goulart na presidência do Brasil, foram reflexos destas mobilizações a fim de intervir no grave problema agrário que se apresentava no Estado do Rio e em outras localidades do Brasil.

Para obter estas desapropriações, Pureza explicitou que os camponeses tiveram que, em determinados casos, lutar e se defender até mesmo com armas nas mãos. “Participei de muitos episódios desse tipo, em que a luta assumia uma dramaticidade tal, só compreensível para quem conhece o significado que tem para o camponês a posse do seu pedaço de terra.” (PUREZA, 1982, p. 42).

5.2) Alguns casos de lutas pela terra na década de 1960

Sabe-se que, no ano de 1961, realizou-se o I Congresso Camponês Nacional na cidade de Belo Horizonte, que reuniu diversas forças sociais que buscavam mobilizar o campesinato brasileiro na luta pela Reforma Agrária no Brasil. Não se tratava de uma

resolução específica do Partido Comunista do Brasil (PCB), assim como este não obtinha o controle sobre as deliberações que seriam ali retiradas, visto que outras entidades também compuseram o referido Congresso que se tornaria um significativo “fato político” *a posteriori* (MEDEIROS, 1989).

A resolução deliberada foi o acréscimo da palavra radical à reforma agrária, na famosa palavra de ordem daquela época: “reforma agrária, na lei ou na marra”.²⁹ O papel das Ligas Camponesas neste fato político foi significativo, pois a “radicalidade” foi uma demanda programática advinda deste setor participante do Congresso. Foi justamente esta nova orientação que reatualizaria as resoluções tiradas na *Declaração de Março* de 1958, que defendia um caminho para o socialismo direcionado pela pressão pacífica das massas e pela acumulação de reformas parciais adquiridas pela institucionalidade e pela legalidade.³⁰

Eliane Cantarino O’Dwyer (1988) relativiza a ideia de uma luta especificamente “elevada” calcada no radicalismo político, porque isso abriria espaço para interpretações gradualistas que definiriam a evolução de “pequenos eventos” caracterizados por reivindicações imediatas e baseados em formas legais de luta que procurariam conquistas parciais para lutas de caráter mais “elevado”, propondo reivindicações mais radicais e imbuída de uma consciência política mais arguta. Para ela, “o encaminhamento legal (jurídico e administrativo) das questões de terra continuava ocorrendo *pari passo* com as lutas caracterizadas como radicais”, mesmo depois deste Congresso que definiu a “nova orientação” das lutas (O’DWYER, 1988, p. 214).

Procura-se, neste sentido, analisar as memórias individuais de José Pureza da Silva a fim de compreender se as lutas foram influenciadas pela orientação “radical” do Congresso de Belo Horizonte ou se a hipótese de O’Dwyer nos oferece algumas indicações de como esta luta era construída na prática pelo militante, independente das resoluções citadas acima.

a) Em São Lourenço

²⁹ Em algumas memórias do evento, ora se afirmava que houve um conflito de propostas entre as Ligas Camponesas, que defendiam a radicalidade para a efetivação da reforma agrária, e o Partido Comunista do Brasil (PCB), que defendia a luta parcial e democrática por esta reforma, ora se silenciavam as divergências e se valorizava o trabalho conjunto destas duas forças.

³⁰ Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil ou Declaração de Março de 1958. In: *Jornal Voz Operária*. Rio de Janeiro, 22 de março de 1958, nº 459, pp. 5, 6, 7 e 8.

Na Fazenda São Lourenço, em Caxias, uma ordem de despejo foi decretada pelo juiz, em agosto de 1961. Os advogados da FALERJ, que estavam atuando no processo judicial, não conseguiram evitar a “rotina das decisões judiciais sempre favoráveis aos pretensos proprietários de terras e contra os camponeses.” Com o despejo decretado, Pureza recorreu à prefeitura de Duque de Caxias, à Assembléia Legislativa e ao Palácio do Governo em Niterói. (PUREZA, 1982, p. 53).

Os camponeses já haviam procurado a Federação (FALERJ) e tinham até mesmo conversado com Pureza. Mesmo assim, fizeram uma escavação na entrada da fazenda a fim de impossibilitar a penetração do contingente policial. Entrincheiraram-se e, inclusive, atiraram, “derrubando o alcaguete.” (PUREZA, 1982, p. 54).

Depois de ter ouvido a notícia do combate pela rádio, Pureza saiu às pressas, decidindo procurar Tenório Cavalcanti³¹, figura política expressiva da região da Baixada Fluminense, que buscava angariar apoio para sua candidatura como governador, se aproveitando de algumas situações para dizer que “ao seu lado haviam trinta mil camponeses fluminenses.” (PUREZA, 1982, p. 55). Ou seja, a aliança e o pedido de apoio não excluía a disputa e o monopólio pela representação dos lavradores mais condizentes com os seus próprios interesses (BOURDIEU, 1977, p. 2).

A resposta dos trabalhadores foi: “(...) a ordem é não deixar passar ninguém.” (PUREZA, 1982, p. 55). “Argumentei que os camponeses tinham seu próprio comando e nossa presença era para evitar coisas piores.” (PUREZA, 1982, p. 55). Pureza reconheceu a legitimidade do comando dos camponeses e até mesmo a decisão tirada pelos mesmos. A mediação do conflito não feria o protagonismo da classe em luta; só estaria ali para evitar alguma situação catastrófica.

“Político temido na região, que se impunha aos adversários pela valentia, Tenório, com certeza, tinha condições de convencer o juiz sobre a necessidade de suspender o despejo.” (PUREZA, 1982, p. 55). O governador Celso Peçanha decidiu enviar seu Secretário do Interior e Justiça, que, em declaração ao juiz, externou o interesse do governo pela área com fins de desapropriação (PUREZA, 1982, pp. 55-56).

³¹ Sobre a trajetória de Tenório Cavalcanti, ver: BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

Se não fosse a pressão espontânea daqueles posseiros, o governo não conheceria a realidade do conflito na Fazenda São Lourenço.

b) Na América Fabril

“A resistência armada nem sempre demonstrou ser a forma mais adequada para evitar os despejos. Noutras situações, os camponeses preferiram fazer passeatas e pressionar as autoridades através de manifestações públicas” (PUREZA, 1982, p. 57). E isto foi elucidativo se tratamos de uma região como a de Magé, que segundo Felipe Augusto dos Santos Ribeiro (2014), contou com uma participação política e parlamentar bastante ativa por parte do Partido Comunista do Brasil (PCB), mesmo sob ilegalidade, visto que muitos vereadores comunistas utilizavam as legendas de outros partidos para se candidatarem e, assim, aprovar medidas consensuadas em um “programa mínimo” (RIBEIRO, 2014, pp. 229-258).

Porém, mesmo os comunistas conseguindo institucionalizar o discurso por meio destas instâncias legais (RIBEIRO, 2014, p. 257), o caso da grilagem da Fazenda América Fabril, que possuía apenas 11.650 metros quadrados de terra, localizada no sexto distrito de Magé, mas que vinha se apoderando das terras próximas chegando a atingir “um total de 2.000 alqueires do Estado”³², acabou por proibir a entrada de lavradores para o cultivo da terra. Os posseiros foram buscar a Associação de Lavradores de Caxias, mas como o problema se passava em outro município, foi encaminhado para Pureza já que este pertencia à Federação que englobava as associações de todo o estado (a FALERJ).

“Já era véspera do despejo e a polícia estava concentrada no portão da América Fabril (...). A ‘Federação’ e o ‘Sindicato de Trabalhadores Rurais de Magé’³³ deram o encaminhamento da luta.” A resolução do movimento foi denunciar em praça pública a violência contra os lavradores que no dia seguinte não teriam onde morar, nem como alimentar suas famílias (PUREZA, 1982, p. 58).

Dirigiram-se à Niterói, com a ajuda dos operários da cidade e com a solidariedade de diversas categorias (PUREZA, 1982, p. 59). Realizaram reclamações

³² Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de janeiro de 1963, nº 118, p. 6.

³³ “A ‘Associação’ (de Magé) recebeu a carta sindical lá pelo mês de novembro de 1962 e o conflito da América Fabril ocorreu em janeiro de 1963.” (PUREZA, 1982, p. 58).

no Palácio da Justiça que foi ocupado pelos lavradores, mesmo com a providência dos funcionários do lugar que fecharam a água e os banheiros do prédio (PUREZA, 1982, p. 60).

O juiz se prontificou a conversar com o governador. Saiu às pressas do Tribunal e, segundo suas palavras, o governador resolveu assinar a desapropriação das terras e prometeu que no dia seguinte o juiz da comarca de Magé suspenderia o despejo até então decretado, pedindo para desocuparem a casa da Justiça (PUREZA, 1982, p. 61). Exigiram transporte para o retorno de todos e foram atendidos.

“No outro dia o juiz não apareceu em Magé (...) chegou-se à seguinte resolução: voltar a Niterói e concentrar os lavradores em frente à casa do juiz.” (PUREZA, 1982, p. 62). Pediu-se para que ficassem quietos na ocupação em Icaraí (residência do Juiz) com medo de não conseguirem o apoio dos moradores de lá. “E assim o povo fez. O pessoal quieto passou a noite toda em frente à casa do juiz.” Explicaram o despejo para os moradores, que começaram a mandar leite, sopa, café e oferecer as dependências sanitárias para as mulheres e crianças (PUREZA, 1982, p. 62).

O juiz chegou e seguiu rumo a Magé: “Em Magé, o juiz assinou a suspensão do despejo e foi pessoalmente recolher as tropas da fazenda. Acabava-se assim com o mandato do despejo.” (PUREZA, 1982, p. 63). No dia seguinte, saiu publicado o decreto de desapropriação da fazenda pelo governo estadual.

c) Luta na Fazenda do Largo

Porém, nem sempre o movimento “colhe vitórias”. O caso da luta na Fazenda do Largo no ano de 1961 foi bastante elucidativo, pois os companheiros não conseguiram evitar o despejo dos lavradores na localidade de São João da Barra (PUREZA, 1982, p. 64). Antes mesmo deste contexto instável, em 1955, o jornal *Terra Livre* já havia divulgado uma notícia na qual os posseiros começaram a ser obrigados a pagar arrendamentos pela utilização das terras ocupadas há anos. Segundo constou:

A princípio, os posseiros estavam desorganizados e pagavam a renda exigida. Criada, no entanto, o núcleo da Associação dos Lavradores Fluminenses na Fazenda do Largo, os posseiros, agora unidos e mais esclarecidos, deixaram de pagar os arrendamentos ilegais aos falsos donos de terra. Com a resistência dos posseiros em não pagar a renda, os grileiros passaram a

cometer, com a efetiva participação da polícia, tendo à sua frente o bandido Cabo Jumento, as maiores arbitrariedades e violências³⁴.

A situação concreta reforçou a ideia de José de Souza Martins de que foi a valorização da terra que criou a renda “capitalizada” da mesma, fazendo com que elementos que buscavam lucrar com tal advento cobrassem com o intuito de extrair duas ou até três vezes o valor pela utilização da terra. Esta seria sua explicação para compreender a emergência da luta e da resistência do campesinato no Brasil e o seu aparecimento no processo político mais amplo (MARTINS, 1981, pp. 79-80).

Embora os posseiros tenham resistido ao não pagamento da renda, na década de 1960, esta mesma região presenciaria outra instabilidade fundiária. Pureza contou que as propriedades de terra eram “legalizadas” e se localizavam muito próximo das áreas dos posseiros. A única injustiça foi justamente o fato de que os latifundiários procuravam adquirir as propriedades contíguas às terras da União, com o objetivo de ampliar suas posses. Foi Pureza quem descreveu melhor a situação:

Quando cheguei lá a coisa estava no seguinte pé. O juiz havia dado um despacho favorável a um proprietário para construir uma cerca. Os lavradores queriam derrubá-la (...). Aconselhei que não fizessem isto, porque aquela era uma cerca judiciária e as consequências dessa ação seriam bem diferentes da derrubada de cercas arbitrárias, feitas pelos grileiros. Os camponeses estavam decididos. Eles alegavam que as terras não pertenciam ao proprietário e a cerca, legal ou não, representava a grilagem de uma parte das suas terras (PUREZA, 1982, p. 64).

O conselho de Pureza foi acatado pelos posseiros, mesmo que por determinado tempo, decidindo levar a questão suscitada para o juiz: “apresentei-me como representante da ‘Federação’ e os companheiros eram nossos associados, em dificuldades na Fazenda do Largo, por causa de uma cerca.” (PUREZA, 1982, p. 66). A partir disso, o juiz mandou tirar a cerca onde lhes estivesse importunando, arrematando: “podem ir, a cerca será retirada e não haverá por enquanto nenhum despejo judicial.” (PUREZA, 1982, p. 66).

O líder camponês, não reconhecendo a legitimidade de tal discurso, quem sabe já acostumado com a difícil realidade de pressionar, de maneira incisiva, para que um ato judicial seja realmente revogado, alertou aos camponeses que a luta não estaria encerrada a partir daquele pronunciamento, visto que as autoridades do poder Judiciário terminariam sempre auxiliando os interesses dos latifundiários. E até mesmo políticos

³⁴ Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de julho de 1955, nº 58, p. 4.

(como deputados e vereadores) que supostamente estariam do “lado dos posseiros” acabariam por referendar os interesses daqueles grupos sociais dominantes (PUREZA, 1982, pp. 64-66).

José Pureza recordou-se da figura de um deputado estadual, nomeado Simão Mansur, grande proprietário de terras, que era considerado o “pai da localidade” pelos posseiros: “o esperto deputado conseguia angariar simpatias apoiando, aparentemente, a luta dos camponeses contra outros grileiros.” (PUREZA, 1982, p. 64). Por isso, Pureza disse para os camponeses que este tal Simão Mansur estaria iludindo os companheiros, assim como o vereador Jorge Abreu, também da região (PUREZA, 1982, p. 66).

Mais uma vez, a luta pela representação política do campesinato apareceu de maneira clara nas memórias deste militante que buscava, ele próprio, construir desqualificações e desaprovações em relação ao projeto de representação do “outro” (BOURDIEU, 1977). Diante desta situação, Pureza relatou o desagrado da população ao escutar este discurso desfamiliarizador, entendendo que, em alguns casos, “era preciso dizer a verdade.” (PUREZA, 1982, p. 66).

Obviamente, esta “verdade” estaria mais relacionada aos seus interesses, fruto de um trabalho de representação que buscava a imposição de certa visão do mundo social ligada à avaliação da conjuntura de quem pretendia realizar este trabalho representativo. Neste sentido, este *poder simbólico* de nomear os “inimigos” da classe “representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo.” (BOURDIEU, Pierre, 1989, p. 142).

Os posseiros começaram a sofrer perseguição da polícia que rondava aquelas terras. A prática de “tocaia” dos policiais para observar toda e qualquer ação, principalmente nos locais de reunião, também era frequente (PUREZA, 1982, p. 68). Por tal motivo, Pureza foi novamente chamado na Federação para auxiliá-los.

Lá, escutou a saudação dos camponeses: “- A gente chegou à conclusão que o amigo do povo daqui é a Federação. O deputado Simão Mansur acabou jogando a polícia em cima da gente e por causa dele teve muito companheiro espancado e preso.” Outro camponês argumentou: “- O Pureza tinha razão, o juiz realmente não cumpriu o que disse e está querendo nos despejar.” (PUREZA, 1982, p. 68).

Para Pureza, o núcleo de lavradores daquela região estava adquirindo a “consciência” de classe, na qual “só através de sua organização podiam resistir às ameaças.” O amadurecimento da “plantação” estava dando “bons frutos”. “Decidimos na reunião promovê-lo à condição de ‘Associação dos Lavradores’³⁵.” (PUREZA, 1982, p. 68).

Apesar de toda a luta e de toda a pressão, o movimento não logrou evitar que os grileiros derrubassem a casa de Satiro (o presidente da associação). Recorreu-se até mesmo ao Plano Agrário do estado do Rio de Janeiro e ao executor do órgão do governo estadual, na época o Dr. Airton Pereira da Silva (PUREZA, 1982, p. 71).

Mesmo com a intervenção do Executivo estadual e do executor do Plano Agrário do estado, “os despejos na Fazenda do Largo aumentavam dia a dia e, com pouco tempo, quase todos os camponeses foram expulsos. Um ano depois carreguei parte da turma da Fazenda do Largo, curtida pela luta, para a batalha do Imbé.” (PUREZA, 1982, p. 72).

d) No Imbé: O “Povo da Reforma”

*Com a ‘Pureza’ do José
De lá da Serra das Almas
No acampamento do Imbé
Onde as horas não são calmas
Para os humildes posseiros
Que lutam contra usineiros,
Recebam as nossas palmas!*³⁶

Quem sabe esta tenha sido a luta mais recordada e valorizada tanto nas memórias dos militantes comunistas quanto nas tiragens de jornais da época. E a exaltação da liderança de Pureza no processo de mediação foi comemorada como forma

³⁵ Satiro, posseiro mais antigo, foi nomeado presidente da Associação. O interessante foi que a Federação não havia recomendado seu nome, porque ele não sabia nem ler muito menos escrever; como se necessitava de um presidente que soubesse assinar e ler documentos, não era produtivo que o mesmo fosse encarregado deste cargo. Por outro lado, os camponeses rejeitaram tal proposta de colocar outra pessoa no lugar de Satiro. O impasse foi contornado pela Federação que seria encarregada de ajudar em determinados casos, mas mantendo a figura costumeira que foi efetivada no cargo. “Mesmo não sabendo ler, Satiro aprendeu a assinar o nome dele com dificuldade.” (PUREZA, 1982, p. 69).

³⁶ Jornal *Terra Livre*, junho de 1963, nº 123. In: PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 49.

a identificá-lo como o principal responsável pelo feito. Até mesmo Bráulio Rodrigues, seu companheiro militante, afirmou: “O trabalho lá era muito sacrificado. Zé Pureza! Honra seja feita!” (RODRIGUES, 2008, p. 30).

A título de introdução, a “história” se iniciou no município de Campos dos Goytacazes, onde já existia um núcleo da organização, na localidade denominada “Segundo Norte do Imbé”. Os trabalhadores decidiram procurar a Federação em Niterói para pedir providências contra os usineiros que haviam tomado posse das terras dos trabalhadores da cana³⁷.

Segundo ele, “(...) a maior parte da área, que atingia cerca de 210 mil hectares, era constituída de terras férteis devolutas.” (PUREZA, 1982, p. 76). A “grilagem” dos usineiros do Imbé (das usinas Cupim, Tocos, Santa Cruz e Sapucaia, por exemplo) coincidiu com uma grave crise na indústria açucareira de Campos, no ano de 1963. Com a expulsão destes trabalhadores das terras assinaladas, o quadro se agravou: desemprego em massa e evasão para as cidades, aumentando o número de famintos.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, que já existia desde 1938, atuava no local com o interesse de estender a legislação trabalhista para o campo e exigir seu cumprimento pelos patrões. Em contrapartida, Pureza expôs que “nós da FALERJ achávamos necessário apoiar também uma luta pela distribuição de terras aos trabalhadores desempregados.” (PUREZA, 1982, p. 75).

A partir daí, ocorreu uma ocupação das terras, com a concentração de lavradores em uma pequena propriedade que “chegou a ter umas 300 pessoas e depois cresceu ainda mais.” (PUREZA, 1982, p. 77). Só em princípios do mês de abril de 1963 que o movimento de ocupação do Imbé começou a ser amplamente noticiado nos jornais da época.

O objetivo “era obter do governo a desapropriação das terras griladas pelas usinas. Só depois poderíamos entrar nas terras e distribuir suas parcelas com as famílias que ali estavam e outras que por certo iriam vir, como de fato aconteceu.” (PUREZA, 1982, p. 77). Além disso, o movimento já construía um decálogo que os camponeses reconheciam como sendo as “Leis do Imbé”³⁸, que regeria a sociedade formada pelas

³⁷ Ver: Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de maio de 1963, nº 122, p. 5.

³⁸ “São os seguintes os 10 artigos da ‘Lei do Imbé’: 1) – As terras serão distribuídas pelo grupo de trabalho organizado pela ULTAB, sem discriminação de raça, cor ou religião; 2) – Entrega imediata pelo

famílias que receberiam as terras distribuídas pelo governo estadual, através da Superintendência da Reforma Agrária, em colaboração com a ULTAB.

O delegado de polícia de Campos, Ivo Barroso Graça, por ordem do governador Bagder Silveira, foi enviado para dissolver o acampamento. Ao entrar no lugar, convenceu somente dois lavradores a abandonarem o lugar, por livre e espontânea vontade. O acampamento permaneceu firme diante da “visita”, mas o resultado foi “que o delegado levou as espingardas da gente”³⁹ (PUREZA, 1982, p. 79).

Com a vitória do movimento, o “acampamento virou notícia” e as paixões reverberaram na imprensa. Chegaram, inclusive, dois jornalistas do jornal *Última Hora* para entrevistar os assentados (PUREZA, 1982, p. 79). Os protestos continuaram, junto com os operários de Campos, para fazer a pressão necessária. O governo teve que garantir a remoção do delegado para acalmar os ânimos (PUREZA, 1982, p. 81).

Os lutadores do Imbé também procuraram tecer alianças e apoios para não ficarem isolados na região. Além dos setores citadinos, como expresso anteriormente pela atuação dos operários de Campos, “o apoio dos pequenos proprietários ao nosso movimento era fundamental.” (PUREZA, 1982, p. 82). A justificativa para garantir o apoio deste setor rural foi a de que os posseiros se transformariam em futuros pequenos proprietários assim que as terras conquistadas fossem devidamente e equitativamente distribuídas (PUREZA, 1982, p. 84). Construiu-se, assim, uma identidade de classe mobilizada na luta, potencializada pelo trabalho político do militante.

Devido a algumas dificuldades para manutenção do movimento de ocupação, o acampamento foi deslocado daquela pequena propriedade para uma “casa-grande”, anteriormente propriedade do administrador da usina, muito frequentada por jagunços armados que defendiam os limites das terras griladas. Como consequência desta

Governo Estadual, de títulos legais de posse; 3) – Fica terminantemente proibida a venda das terras a terceiros, sem o pleno conhecimento da organização local; 4) – Criação de uma cooperativa agrícola; 5) – Respeito e disciplina entre as famílias dos posseiros; 6) – Criação de uma escola para alfabetização de adultos e crianças; 7) – Legalização de todos os casais que vivem em regime de concubinato, para que a mulher participe dos direitos à terra; 8) – Liberdade absoluta de religião, organização e pensamento; 9) – Assistência médica por parte do governo; 10) – Criação de um Conselho Administrativo através do voto direto.” In: *Jornal Terra Livre*, 1ª quinzena de maio de 1963, nº 122, p. 5.

³⁹ Segundo o *Jornal Terra Livre*, o deputado Mansur haveria acusado os camponeses do Imbé de estarem armados com metralhadoras cubanas. Pureza disse que “desconhecia este fato”; alegou que eles estariam armados “de foice, machado e outros instrumentos de trabalho, que por sinal precisam de mais, para fazer produzir a terra conquistada.” Ver: *Jornal Terra Livre*, 1ª quinzena de novembro de 1963, nº 128, p. 5.

deliberação, os usineiros reagiram mandando um batalhão de jagunços bem armados (PUREZA, 1982, p. 81).

O plano foi arquitetado para o ataque à noite, mas os camponeses surpreenderam-lhes cavando trincheiras nos pontos estratégicos de acesso e, como precaução, os posseiros pernотaram no mato. “A cilada evitou o ataque ao acampamento”: adiou-se, assim, o “combate desigual”. (PUREZA, 1982, p. 82).

Conquistaram a desapropriação do território e, logo após a vitória do movimento, “o Povo do Imbé procurou o prefeito de Campos e fez um acordo com ele. Os lotes dos companheiros já estavam sendo medidos com corda e nossa intenção era vender a produção futura diretamente aos consumidores.” Naquela época, havia a figura do atravessador que fixava preços mais caros para as mercadorias. Com a conquista da posse definitiva de terras, os trabalhadores poderiam estabelecer preços mais baratos para os produtos, favorecendo, inclusive, os trabalhadores da cidade, mesmo que fosse no espaço de um pequeno mercado de venda dos produtos da lavoura (PUREZA, 1982, p. 85). O prefeito concordou, decidindo asfaltar a estrada para facilitar o escoamento da produção.

A venda das mercadorias a preços mais baixos faria com que toda a região fosse beneficiada, pois o consumo de vida e de alimentação se tornaria mais acessível. “Com isso mostrávamos que a luta pela Reforma Agrária interessa não apenas aos camponeses.” (PUREZA, 1982, p. 86).

Leonilde Sérvo de Medeiros (1989; 1995) pontuou esses diversos significados que a palavra “Reforma Agrária” buscava construir quando mobilizada pelo PCB. Para ela, fazia parte da estratégia do partido sensibilizar a opinião de diversos setores, tanto do campo quanto da cidade, para criar o consenso de que a reforma agrária seria benéfica a todos.

A possibilidade de um mercado interno dinâmico que relacionasse as atividades de produção no campo às atividades de venda de mercadorias nas cidades era uma forma de produzir um discurso no qual a intenção era a promoção do desenvolvimento da economia nacional. Esta seria mais uma tentativa de construir uma linguagem de classe que se adequasse às diversas realidades do Brasil; que construísse um “nós” (MEDEIROS, 1995).

e) As formas de luta pela terra na década de 1960 e o golpe de Estado de 1964

Ao concluirmos a análise destas formas de luta e de mobilização que se materializaram na década de 1960, percebe-se que as lutas nas quais Pureza se envolveu demonstraram certo “sincretismo”, onde aspectos legais foram concomitantes com algumas atitudes mais incisivas, de acordo com a dinâmica da classe social em formação, auxiliada pela presença de alguns personagens que mediavam os conflitos, articulando-se ações de pressão tanto no meio parlamentar quanto no meio extraparlamentar. Ou seja, tanto formas legais de luta quanto formas “radicais”, que conquistaram a vitória percebida no Imbé, por exemplo, foram identificadas nos relatos de José Pureza da Silva. Logo, o que construiu a luta foi o pragmatismo de analisar a situação, contorná-la e procurar os agentes que poderiam ser influentes no caso.

Estas lutas se estenderam até o ano de 1964. Entretanto, o golpe civil-militar do mês de abril deste ano comprometeu a continuidade desta realidade, modificando a situação no campo. A Federação (FALERJ), recém-reconhecida pelo governo como entidade sindical, e vários dos seus sindicatos filiados foram invadidos e ficaram nas mãos dos dirigentes dos Círculos Operários Católicos fluminenses, ligados à Igreja Católica (PUREZA, 1982, p. 91) e que conspiraram contra a democracia a favor do golpe de 1964. Além disso, as 23 áreas de terras desapropriadas pelo Executivo, tanto estadual quanto federal, foram quase todas devolvidas para seus “pretensos proprietários”.⁴⁰

O quadro de perseguição foi bastante dramático, tanto que “os companheiros camponeses e operários foram presos, espancados, torturados e mortos” (PUREZA,

⁴⁰ Mario Grynspan (1987) apresentou os seguintes números de desapropriações: “Além das fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato, em Nova Iguaçu, em 1958, o Governo estadual decretou, entre 1959 e 1963, através do Plano de Ação Agrária, a desapropriação de dezoito áreas. Destas, onze se localizavam na Baixada e sete fora dela. Das de fora, duas – Paratimirim e Independência – localizavam-se no município de Parati, três – Largo, Ponta do Largo e Atalho – em São João da Barra, uma – Engenho do Mato – em Niterói, e uma – Rio das Ostras – em Casimiro de Abreu. As da Baixada eram: São Pedro e Tenente Pacheco, em Nova Iguaçu; São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; São Lourenço, Capivari, Penha-Caixa e Piranema, em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; Vargem Grande, em Itaboraí e parte em Cachoeiras de Macacu; e Rio do Ouro e Cachoeiras, em Magé. Quanto ao governo federal, foram dez as áreas do estado que tiveram sua desapropriação decretada através da SUPRA, a partir de 1963, apenas duas fora da Baixada. Foram elas: Penha-Caixa, Piranema, Capivari e Mato Grosso, em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; Cachoeirinha e Tocaia, em Magé; Agro-Brasil, em Cachoeiras de Macacu; Floresta, em Paracambi; e Imbé, em Campos.” In: GRYNSPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1987, pp. 195-196.

1982, p. 92). A arbitrariedade imperou e os companheiros foram obrigados a viver na clandestinidade.

6) Discurso *antipartido* na década de 1980

Em março de 1980, Luiz Carlos Prestes escreveu a *Carta aos comunistas*. Abaixo, segue um dos trechos deste documento:

Tornou-se evidente que o PCB não está exercendo um papel de vanguarda e atravessa uma séria crise já flagrante e de conhecimento público (...) a orientação política do PCB está superada e não corresponde à realidade do movimento operário e popular do momento que hoje atravessamos. Estamos atrasados no que diz respeito à análise da realidade brasileira e não temos respostas para os novos e complexos problemas que nos são agora apresentados pela própria vida, o que vem sendo refletido na passividade, falta de iniciativa e, inclusive, ausência dos comunistas na vida política nacional de hoje (...). Ao mesmo tempo, graves acontecimentos tiveram lugar na direção do PCB, que, devido à situação de clandestinidade em que nos encontramos, estou impossibilitado de revelar de público (...) sinto-me no dever de alertar os comunistas para a real situação da atual direção do PCB: uma direção que não funciona como tal e não é capaz de exercer o papel para o qual foi eleita, um Comitê Central em que não é exercido o princípio da direção coletiva – caracterizado pela planificação e o controle das resoluções tomadas pela maioria —, no qual reina a indisciplina e a confusão, em que cada dirigente se julga no direito de fazer o que entende. Na prática, inexistente uma direção do PCB⁴¹.

Por mais que a citação anterior seja um pouco longa, justifico a importância da transcrição de seu conteúdo para os âmbitos desta pesquisa. Como podemos perceber, a crítica seguida de uma autocrítica institucional do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi direta. A direção e as orientações do partido não mais condiziam, no entendimento de Prestes, com as necessidades da conjuntura brasileira daquela época.

Na verdade, esta autocrítica poderia ter sido formulada no período da ditadura militar brasileira e durante o decorrer destes 21 anos sombrios que os comunistas buscavam sobreviver a qualquer custo. Porém, “externá-la” naquele contexto poderia ser um risco sensível, fora a situação de clandestinidade bem lembrada por Prestes. Já na redemocratização, o “acerto de contas” com o “Partidão” poderia ser efetivado, como mostra esta carta datada de 1980. Neste sentido, propõe-se encerrar a análise com algumas passagens finais do livro de memórias biográficas de José Pureza da Silva para entendermos como ele construiu também um discurso crítico em relação ao seu Partido.

⁴¹ Trechos da *Carta aos comunistas* escrita por Luiz Carlos Prestes em março de 1980, no Rio de Janeiro. Ver, na íntegra: <<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>>. Acesso em: 19/10/2005 às 15hs:23min.

Buscou-se, neste capítulo, caracterizar este tipo de militância *experimental* que vivia e compartilhava dos códigos culturais dos representados, neste caso, os posseiros dos *sertões cariocas*. A prática desta militância, como foi visto anteriormente, foi bastante pragmática, pois segundo Pureza “o movimento sindical deve aceitar o apoio e a ajuda de quem quer que seja. A questão é não comprometer a classe com posições político-partidárias.” (PUREZA, 1982, p. 92).

E as memórias desta prática *experimental* não terminaram por aí: “Como dirigente me empenhei a vida toda na política sindical. Mas nunca fui à base pregar política partidária, só a política do trabalhador.” (PUREZA, 1982, p. 92). A memória do depoente se aproximou muito mais das suas *experiências* com os trabalhadores rurais do que com as orientações teórico-programáticas do que ele chamava de “política partidária”. Ou seja, sua identidade em relação ao PCB foi construída a partir de certo afastamento em relação ao mesmo.

Na minha militância fui apenas um companheiro que ajudava os outros, um tarefeiro. Executava as resoluções tomadas pelos camponeses. No Estado do Rio de Janeiro e no Brasil inteiro, jamais houve líder insubstituível. O que fiz junto com os companheiros, outro teria feito do mesmo jeito. Não passamos de uns soldados (PUREZA, 1982, p. 93).

Neste ínterim, me parece bastante inteligível o discurso antipartido construído pelo indivíduo que é o interesse deste capítulo. Não esqueçamos do período em que José Pureza da Silva foi entrevistado por Eliane Cantarino O’Dwyer, ou seja, no decorrer da década de 1970 e com a publicação do livro de memórias biográficas no ano de 1982, momento da abertura política “lenta, gradual e segura” que finalizaria com o período da ditadura militar brasileira.

Como nos disse Fernando Catogra (2001), recordar-se é uma ação de *re-presentificação*. Neste caso, sua crítica contemporânea ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) poderia muito bem ser “re-presentada” no passado a partir de suas lembranças. Pureza buscava, neste sentido, não comprometer sua prática de militância do passado com a “política partidária”. Mas o que isto poderia esconder eram os seus interesses contemporâneos: quem sabe a autonomia buscada (ou já conquistada) no presente tenha sido influente na sua interpretação sobre o seu passado. Como nos comentou Paul Thompson:

Em suma, a história não é apenas sobre eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados

na imaginação. E parte da história, aquilo que as pessoas imaginam que aconteceu, e também o que acreditam que poderia ter acontecido – sua imaginação de um passado alternativo e, pois, de um presente alternativo –, pode ser tão fundamental quanto aquilo que de fato aconteceu (THOMPSON, 1992, p. 184).

A estratégia discursiva de não relatar/lembrar (inconsciente ou propositadamente) as resoluções do PC das direções, mas sim as próprias deliberações tiradas pelos camponeses naqueles espaços autônomos de decisão de que falou Eliane Cantarino O'Dwyer (1988), foi uma forma de criar uma identidade afastada do Partido e de construir a imagem de que ele era uma espécie de militante tarefeiro, valorizado por seu altruísmo e por sua dedicação à causa do trabalhador.

A “receita de bolo” para que uma liderança fosse efetivamente construída reforçou esta memória altruísta, autônoma e pragmática, quando Pureza relatou que o líder não se faz (não se “produz” nos órgãos partidários de decisão), mas “só chega a líder quem tem muito serviço prestado ao povo. A massa faz o líder na luta, na têmpera” e não o contrário (PUREZA, 1982, p. 93).

7) Conclusão

(...) eu só tinha o dinheiro da passagem, nosso movimento não possuía recursos como os Sindicatos de hoje. Viajávamos com o dinheirinho contado de ida e volta. Eu ficava até acanhado quando encontrava um companheiro e não podia oferecer nem um cafezinho (PUREZA, 1982, p. 69).

Primeiramente, como fica claro na passagem citada acima, o movimento de luta pela terra nos *sertões cariocas* nunca contou com grande apoio financeiro e logístico por parte das direções e, no caso de Pureza como militante do PCB, nunca contou com o apoio direto do Partido. Eliane Cantarino O'Dwyer (1988) o reconheceu, por isso, como sendo um militante adscrito. As condições de vida e de militância eram precárias e quase sempre o militante “tinha que se virar” para construir seu trabalho político de organização e de mediação das lutas pela terra no estado do Rio de Janeiro.

Estes fatores objetivos relacionados às difíceis condições de militância no PCB e do isolamento real no campo, agravado pela sua situação de clandestinidade dentro do sistema político mais amplo, influíram nesta condição (O'DWYER, 1988, p. 117). Por este motivo, a militância de caráter *experimental* foi caracterizada neste capítulo, pois nos auxiliou a interpretar como este ser social construiu sua própria consciência baseada nas condições materiais de vida e de sobrevivência no campo e no aprendizado que este

mesmo militante adquiriu em contato com os códigos culturais dos posseiros em luta pela terra.

Foi por conta destas condições precárias não auxiliadas pelo PCB, nas quais o militante compartilhava diretamente com a classe em formação o aprendizado de se “tornar um camponês”, ou, senão, o seu porta-voz, e a construção de uma identidade formada na e pela luta por posse de terras, que praticamente não apareceu em seu relato a palavra “partido” e, muito menos, Partido Comunista do Brasil (PCB) do qual fazia parte desde a sua filiação no ano de 1945.

Por outro lado, a dificuldade da análise também foi limitada por conta dos “não-ditos” de que falou Pollak (1989, p. 8), ao se tratar de uma *memória subterrânea*: não ficou muito claro se o militante rompeu com o PCB e muito menos quando. Independente se desfeitos os laços com a instituição, o que podemos constatar foi que Pureza preferiu não falar sobre.

Por mais que a hipótese de uma autonomia objetiva construída por José Pureza da Silva em relação ao Partido seja dificultada pela ausência de fontes, ela foi bastante perceptível na memória de autonomia que se construiu ou que se pretendeu construir acerca de sua militância no passado. Buscava não recordar-se das orientações ou de qualquer elemento advindo do PCB. O silêncio e o “não-dito” (POLLAK, 1989; 1992) podem comprometer as informações e os fatos mobilizados (ou não) nesta pesquisa, mas podem também esclarecer sentidos que são significativos quando se trata da identidade de um indivíduo em relação a alguma instituição.

Capítulo 2: Memórias de um militante em ascensão (trajetória de vida e de militância nos relatos de Lyndolpho Silva, 1924-1964)

1) Introdução

Neste segundo capítulo, busco investigar a trajetória de vida e de militância de Lyndolpho Silva, que atuou, num curto período de tempo, na região conhecida como o *sertão carioca*⁴², localidade que compreendeu alguns bairros rurais da cidade do Rio de Janeiro. Logo após este trabalho “na base”, o militante foi ocupar cargos em órgãos político-administrativos e/ou organizações de classe influenciados pela ideologia do Partido Comunista do Brasil (PCB), sendo enviado para São Paulo a fim de ser um dos fundadores da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada em 1954. Posteriormente, se tornou presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada no final do ano de 1963.

Em 1990, o cientista social Luiz Flávio de Carvalho Costa realizou uma entrevista com Lyndolpho Silva, na cidade de São Paulo, no Instituto Cultural Roberto Morena, intitulada “A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964”, publicada em 1994 na revista *Estudos Sociedade e Agricultura*⁴³. Trata-se de uma das primeiras fontes escritas produzidas pelo procedimento metodológico de história oral com o indivíduo que nos interessa neste capítulo. Por outro lado, por mais que trabalhemos com algumas passagens desta entrevista, foi com o livro organizado por Paulo Ribeiro da Cunha, intitulado “*O camponês e a história: A construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*” (2004), que procuraremos concentrar nossas atenções, já que se trata de uma coletânea de entrevistas feitas ao longo da vida de Lyndolpho Silva sobre sua militância, desde seu nascimento até os períodos do exílio na ditadura e da volta ao Brasil com a anistia. É interessante pontuar a importância deste processo de redemocratização, pois foi a partir dele que se tornou viável a realização destas entrevistas e a emergência das memórias *subterrâneas* de Lyndolpho Silva

⁴² Para uma análise da região conhecida como *sertão carioca* no “singular”, ver: SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Niterói, 2005.

⁴³ SILVA, Lyndolpho. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964. São Paulo, Instituto Cultural Roberto Morena: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2, junho de 1994, pp. 67-88. Entrevista concedida a Luiz Flávio de Carvalho Costa.

(POLLAK, 1989; 1992) enquanto ações de *re-presentificação* do passado (CATROGA, 2001).

Sua trajetória destoa da de José Pureza da Silva, analisada no primeiro capítulo deste trabalho. Eventos que não apareceram nos relatos de Pureza foram detalhados nas memórias de Lyndolpho Silva: as lembranças dos congressos e de eventos nacionais e/ou internacionais, assim como fatos concernentes à história institucional do PCB. Isto se deve ao fato de que Lyndolpho Silva foi mais do que um militante local do PCB, “tornando-se assim uma liderança importante para o movimento social, principalmente para o movimento social agrário desse país.” Ou seja, foi reconhecido em âmbito nacional (ASSIS, 2008, p. 20).

Esta *memória individual* construiu-se, logo, em diálogo constante com a memória institucional do Partido, neste caso, com uma memória oficial/coletiva. A relação entre a identidade e a memória novamente aparece e, como Pollak (1992) nos expressa, esta relação pode ser negociada. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em relação aos outros e aos critérios de aceitabilidade e/ou credibilidade (POLLAK, 1992, p. 204), afastando da compreensão de que pode ser lida como real essência de uma pessoa ou de um grupo.

Se Pureza não buscava sequer lembrar-se da sua relação com o Partido, Lyndolpho, por outro lado, reforçou estas relações partidárias no que tange à sua militância. Isto permitirá a utilização do método de entrecruzamento das fontes, principalmente aquelas produzidas pelo próprio PCB, isto é, as linhas políticas e os programas, com os relatos de Lyndolpho Silva a partir de sua *memória individual*. Entender a relação entre a prática de mediação dos conflitos ligados à terra realizada pelo militante e as diretrizes teóricas e/ou teses programáticas nacionais do Partido Comunista do Brasil (PCB) para o campo, assim como compreender a relação de identidade e de pertencimento deste militante em relação à instituição da qual fazia parte são os objetivos estabelecidos para este capítulo.

A hipótese que se procura provar é a de que a ascensão na militância de Lyndolpho Silva, que se iniciou na base, em contato com as experiências da classe camponesa, mas que, aos poucos, se direcionou aos órgãos superiores de representatividade nacional do movimento camponês, acabou por fortalecer sua identidade em relação ao Partido. E, mais do que isso: ele construiu um discurso no qual

a diretriz do Partido seria necessária para a prática do militante, sendo que este deveria segui-la a todo e qualquer custo.

Primeiramente, descrevo as suas primeiras lembranças de vida até o seu primeiro contato com o Partido Comunista do Brasil (PCB), para discutir depois a sua atuação no *sertão carioca* da cidade do Rio de Janeiro e as suas primeiras impressões sobre o trabalho que foi lá realizado. Neste ínterim, o militante oferece-nos em suas memórias o primeiro entendimento acerca da relação entre a sua prática e as diretrizes do PCB. No desenvolvimento do capítulo, procura-se discutir a sua trajetória de ascensão na militância, direcionando-se para os cargos dos órgãos representativos superiores influenciados pelo PCB, e como aparecem as reatualizações das linhas políticas do Partido e as suas avaliações individuais sobre as mesmas. Isto nos permitirá compreender, por fim, como Lyndolpho Silva interpretava a relação entre a prática e as diretrizes partidárias e qual era seu sentimento de pertencimento em relação ao Partido. Uma parte final é dedicada aos trabalhos acadêmicos que buscaram analisar a trajetória individual de Lyndolpho Silva, o que permitirá compreender como ele foi visto/interpretado “pelos outros”.

2) Os primeiros contatos com o PCB e o trabalho de base

Lyndolpho Silva nasceu em Barretos (São Paulo), em 1924. Sua família era formada por pequenos trabalhadores rurais pobres que permaneceram em São Paulo até 1930, quando retornaram a Mendes, no Rio de Janeiro – seu lugar de origem – para trabalhar em um sítio em Barra do Piraí. Depois de serem despejados, por volta de 1938, decidiram transferir-se novamente para São Paulo, na cidade de Cruzeiro. Após retornarem novamente para o Rio de Janeiro, em 1940, Lyndolpho decidiu deixar a família e se mudou definitivamente para a cidade do Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio Piedade (Fundação Gama Filho) até o terceiro ano do colegial. Aprendeu o ofício de alfaiate e o exerceu até inícios dos anos de 1950 (ASSIS, 2008, p. 11). Sua trajetória foi marcada pela instabilidade na oferta de empregos e pelo curto período de tempo em que Lyndolpho Silva dedicava sua força de trabalho para cada profissão.

“Eu não tinha nada de política na cabeça” (SILVA, 2004, p. 33), declarava Lyndolpho. Sua percepção sobre as “coisas da política” somente veio à tona com o governo de Getúlio Vargas e com a emergência das questões trabalhistas. Sua “posição

política” era marcada pela “defesa dos interesses do Brasil” de maneira mais ampla e do “patriotismo do povo” (SILVA, 2004, p. 33), principalmente num período de participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial.

Passado o período da redemocratização e da deposição de Getúlio Vargas do governo, Lyndolpho Silva começou a se aproximar do Partido Comunista do Brasil (PCB). Acompanhou a solicitação do registro eleitoral do Partido e comprou o jornal referente à instituição, alegando que ali “estaria o seu negócio!” (SILVA, 2004, p. 38). Logo em seguida, Lyndolpho comprou o *Manifesto Comunista*, sendo o primeiro livro que leu. A partir daí, acompanhava tudo o que acontecia com o PCB, preenchendo a sua “ficha de entrada” em outubro de 1946 (SILVA, 2004, p. 38), iniciando-se assim sua vida “na política”, aos 22 anos de idade (ASSIS, 2008, p. 11).

Seu constante trabalho de leitura e de procura por informação e formação política foi um dos elementos para que Lyndolpho fosse considerado “um cara bom pela direção” (SILVA, 2004, p. 39). É interessante salientar que Lyndolpho construiu esta memória de contínua formação intelectual no seu discurso e, em variados momentos de sua trajetória, ele a resgatou como forma de valorizar o papel de sua militância política.

Em maio de 1947, já com o PCB na ilegalidade e com o seu registro cassado, Lyndolpho foi direcionado para atuar na região de Bangu, para construir células do Partido e formar quadros. Tornou-se secretário do Comitê Distrital da região da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e, a partir de 1952, iniciou seu trabalho político com os lavradores da região de Campo Grande, Santíssimo e Senador Camará (ASSIS, 2008, p. 12). Na tentativa de construir o Partido nestas localidades, Lyndolpho percebeu que a população era essencialmente camponesa, havendo, inclusive, a existência de “um movimento de associação de posseiros” que resistia frente ao processo de expulsão das terras (SILVA, 2004, p. 40). Para ele, não houve grandes dificuldades para a organização⁴⁴ deste movimento, mas, ao mesmo tempo, o problema de continuar trabalhando para sustentar a si mesmo e a sua família impuseram limitações ao seu trabalho de militante.

Segundo ele, “era fácil você defender o direito desse pessoal, inclusive pelo tempo que eles tinham nas terras. O usucapião era trinta anos na época, então isso era

⁴⁴ Ver os “três tipos de organização dos trabalhadores do campo”. In: *Jornal Terra Livre*, 1ª quinzena de agosto de 1954, nº 46, p. 2.

fácil.” (SILVA, 2004, p. 47). No relato da posseira Creuza, que foi ameaçada de despejo na localidade de Campo Grande, é notável a relevância do tempo de posse na terra:

– Cheguei para este sítio em 1922, juntamente com o meu marido. Aqui só encontramos mato. Passamos as maiores privações neste lugar e aqui perdemos 3 filhos em consequência da água que tomavam. Mas vivíamos calmamente até no ano passado, quando fomos intimados, os 32 posseiros, para comparecer à delegacia de polícia. Lá encontramos o Dito Velasco que se intitula dono das terras. Quase fomos espancados (...).⁴⁵

A mediação dos conflitos acabou por fazer Lyndolpho perceber que os argumentos – como a antiguidade da posse e o trabalho de desbravamento – eram considerados legítimos para os posseiros que lá viviam, mesmo que contrapostos ao direito legal de propriedade privada dos latifundiários (GRYNSZPAN, 1987, p. 66). “Fui ouvindo alguém mais desenvolvido, já defendendo, defendendo os trinta anos, demonstrando quantos anos estavam ali, dentro daquilo, porque o pai deu, porque o avô deu.” E continuou: “O pessoal manteve aquilo trabalhando corretamente, que não era uma propriedade pura e simplesmente sua, mas tinha plantação, produziam. Isso tudo era a efetivação da coisa.” (SILVA, 2004, p. 48). Efetivação do direito de propriedade da terra que era confirmado pela posse pacífica e pelo cultivo, elementos que deveriam ser valorizados em oposição ao absenteísmo dos proprietários legais.

“Eu fazia reunião⁴⁶ com os posseiros, andava no meio deles, com eles, organizando, ouvindo, ajudando a fazer determinada coisa que eles não sabiam fazer. Ser prático na vida deles, esse negócio todo foi muito positivo para esse tipo de tarefa.” (SILVA, 2004, p. 48). Mesmo que a mediação não fosse estritamente necessária para a mobilização destes posseiros, esta passagem confirma que a novidade trazida pelo militante comunista e alguns elementos “modernos” de ação política (como recorrer a alguma autoridade para defender os interesses dos posseiros ou organizá-los em associações civis) puderam conformar uma negociação rica entre aspectos da “cultura

⁴⁵ Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de setembro de 1954, nº 48, p. 3.

⁴⁶ Os locais que se construíram as relações entre os militantes citadinos e os lavradores se davam, primeiramente, em locais de sociabilidade informal, como botequins, armazéns, bares, festas de aniversário, etc. Era preciso obter a confiança dos camponeses primeiro, já que os relatos demonstravam que estes eram “tímidos” e “calados”. Leonardo Soares dos Santos (2005) disse que, de primeira, não era considerado produtivo se identificar como comunista, porque os lavradores pensavam que o comunismo queria extirpar toda e qualquer religião (sabendo que os lavradores eram bem religiosos). Se identificar como sindicalista era mais eficiente. Ver a trajetória de alguns militantes comunistas que atuaram no *sertão carioca*, a saber: Pedro Coutinho Filho, Heitor da Rocha Faria e Lyndolpho Silva, em: SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Niterói, 2005.

popular tradicional e rebelde” destes posseiros com outras matrizes de pensamento e ação (PEDROZA, 2003).

Segundo Manoela Pedroza (2003), a cada nova ameaça/pressão para que saíssem da terra, construía-se um processo único de aprendizado (tanto por parte do mediador quanto por parte do posseiro), no qual certa transformação das táticas tradicionais para meios modernos de ação eram perceptíveis, dentro do campo das possibilidades realizáveis em determinados locais, não sendo um processo unívoco/homogêneo em todo tempo/lugar. Neste sentido, Lyndolpho e os camponeses do *sertão carioca* construíram uma relação produzida na/pela luta, e a tarefa de mediação destes conflitos se configurou num verdadeiro aprendizado político, “porque tudo era novidade para todo mundo, era um aprender constante.” (SILVA, 2004, p. 78).

3) As primeiras críticas ao PCB

São duas políticas que se defrontam, num antagonismo que se torna dia a dia mais claro para todos, que não admite uma terceira posição e que obriga a todos, seja qual for sua posição social, sua crença religiosa ou opinião pública a se definir num ou noutro sentido. De um lado, o sr. Dutra, com a sua maioria parlamentar, com os latifundiários e grandes capitalistas que o apoiam, com os dirigentes de todos os partidos políticos das classes dominantes, que quer a guerra, a colonização, o terror e a fome para o povo. De outro, as grandes massas trabalhadoras, operários e camponeses, os intelectuais honestos que não se prostituem aos opressores estrangeiros ou a seus agentes no país, o funcionalismo pobre civil e militar, os estudantes, os pequenos comerciantes e industriais, a maioria esmagadora de nosso povo, enfim, que luta contra a miséria, que quer paz e liberdade, que luta pela independência da pátria do jugo imperialista.⁴⁷

Este trecho corresponde a uma passagem da linha política oficializada pelo PCB no ano de 1950, consagrada no chamado *Manifesto de Agosto*⁴⁸. Buscarei relacionar, nesta parte, a decisão deliberada pelo Partido com as ponderações de Lyndolpho Silva logo após a divulgação deste documento.

Como se percebe no trecho, a polarização seria bem clara: de um lado, o governo de “traição nacional do general Dutra” e os dirigentes dos demais partidos

⁴⁷ Trecho do Manifesto de Agosto de 1950. In: *Jornal Voz Operária*. Rio de Janeiro, 5 de Agosto de 1950, nº 63, pp. 1, 2, 6 e 7.

⁴⁸ É importante ressaltar que as teses corporificadas neste *Manifesto* de 1950 foram produtos das avaliações partidárias anteriores, datadas do ano de 1947 (decretação da ilegalidade do PCB) e de 1948, no chamado *Manifesto de Janeiro* de 1948, seguido pelo *Informe Sindical e de Massas da Comissão Executiva do Comitê Central do PCB* escrito por Maurício Grabois em maio de 1949. Ver: SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro, Editorial Boitempo, 2001, p. 68.

políticos, assim como a maioria dos parlamentares, que estariam coadunando interesses com “os imperialistas norte-americanos no caminho do crime, dos preparativos febris para a guerra” e que estariam fomentando uma verdadeira “colonização” do país e da economia nacional. De outro, as massas trabalhadoras rurais e citadinas, assim como outros setores preocupados com a independência da nação frente ao imperialismo ianque. Neste sentido, existiria um lado ou o outro, sem meios-termos.

Esta política sectária (e aqui não reproduzo estereótipos muito comuns nos discursos políticos marcadamente de esquerda, e sim entendendo o sectarismo como mero reflexo desta bipolarização) indicava que o arco de alianças que poderia ser tecido pelos militantes comunistas no seu trabalho de mediação dos conflitos era bastante limitado, assim como a procura por “apoio parlamentar” não era recomendada.

Além disso, a única ação viável e progressista seria a “revolucionária”. Nestes termos, o programa do partido previa a criação de uma “Frente Democrática de Libertação Nacional”, na qual o proletariado teria o papel dirigente e fundamental. A luta era direcionada para a derrubada do governo de “traição nacional” e sua substituição por um governo “democrático e popular”: nestes termos, a linha de ação defendida eram as greves, a criação de sindicatos paralelos e a crítica incisiva ao governo Dutra e a tradição histórica de associativismo corporativista (NEGRO & SILVA, 2003).

O papel do campesinato seria relegado a uma contribuição secundária, porém devendo o trabalhador do campo também “lutar contra a guerra imperialista, em defesa da paz e pela posse da terra”, mesmo que tal advento estivesse bastante além de sua realidade mais sensível.⁴⁹

Dito isso, voltemos ao relato de Lyndolpho Silva. Segundo ele, o *Manifesto de Agosto* de 1950 lançou aos militantes a tarefa de preparar efetivamente “a revolução, para a tomada do poder, para a luta armada”. Porém, continuou ele, “a massa não aceitava, essa que é a verdade, e também a prática de fazer isso com a massa não era tarefa fácil. Alguns estavam dedicados a isso, mas não conseguiram nada.” (SILVA, 2004, p. 44). Assim, “o que a prática estava ali indicando era o seguinte: não adianta ir só na ignorância, na violência, para defender as coisas (...) que podem ser resolvidas

⁴⁹ Todas as citações foram extraídas do Manifesto de Agosto de 1950. In: *Jornal Voz Operária*. Rio de Janeiro, 5 de Agosto de 1950, nº 63, pp. 1, 2, 6 e 7.

pela própria lei que existe ou pela autoridade que está obrigada a cumprir.” (SILVA, 2004, p. 49).

A lei, muitas das vezes, “dava mais confiança” para os trabalhadores: “o trabalhador sente-se mais seguro quando está dentro da lei. Isso naturalmente tem os seus fundamentos. Toda a pregação no interior é de respeito à lei.” Por este motivo, Lyndolpho Silva considerava um erro de avaliação do Partido que, majoritariamente, interpretava que toda luta (por direito de organização, em alguns casos) que se resumisse a conquistas legais era, na realidade, “fazer concessão ao patrão, às classes dominantes”. Tratar-se-ia, logo, no seu entendimento, de um desconhecimento da realidade por parte do PCB, dado que a orientação era “não respeitar um fato que até hoje é presente na vida rural, que é a legalidade das coisas.” (SILVA, 1994, pp. 67-88). Por isso, avaliava que

nossa posição não correspondia à posição do povo. Assim, nós tiramos dos nossos documentos a derrubada de Vargas e deixamos a derrubada do governo. Isso tentava corrigir o *Manifesto de Agosto*. Apoiamos o governo de Juscelino, mas nos nossos documentos continuava a derrubada do governo. Nós ajudamos a eleger um presidente da República e em nossos documentos continuava a luta pela derrubada do governo. Esse fato que o Ciavatta coloca é, efetivamente, a manifestação dessa contradição decorrente do nosso desconhecimento da realidade que não estávamos vivendo verdadeiramente (SILVA, 1994, pp. 67-88).

Tal declaração do militante nos expressa as dificuldades de se materializar a linha política do Partido na prática, já que preparar a massa para tomar o poder não encontrava respaldo na dinâmica da própria classe em construção, que “não respondia nada, porque tinha medo de perder o emprego” (SILVA, 2004, p. 44).

Por essa razão, o *Manifesto de Agosto* aí não chegou, não chegou nada disso. O que chegou foi a prática disso, a prática mesmo. Infelizmente, a única prática dessa coisa toda, a prática do partido que chegava era o meu empenho. Quer dizer, eu não tinha um puto tostão para andar uns 15, 20 quilômetros, e andava a pé. Mas para esse pessoal começar a tomar consciência da defesa do que é seu, isso é a vida; porque aí está outro aspecto do *Manifesto de Agosto*, onde o movimento sindical – e mesmo fora do movimento sindical, a vida, o militante que continuou –, o que ele encontrou foi exatamente as coisas da vida e não a vontade (SILVA, 2004, p. 49).

A partir deste trecho, podemos perceber que a vida do militante na base e até mesmo a falta de contribuição material do PCB inviabilizou, muitas das vezes, a concretização da vontade [do Partido], o que não quer dizer que a prática não contivesse um empenho [do militante] significativo. Por isso, a prática e a vida do militante acabaram por construir sua *experiência* histórica e seu espaço de *agência* no tempo e no

lugar em que militou, não sendo determinadas pela vontade partidária que buscaria guiá-la. Neste caso, Edward Palmer Thompson nos ajuda a entender que a *experiência* “surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem o pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo.” (THOMPSON, 1981, p. 16).

“Era se envolvendo com a vida prática dos trabalhadores rurais que os militantes do PCB iam ganhando experiências, através das lutas para garantir direitos desses trabalhadores (...)” (ASSIS, 2008, p. 33). Por este motivo, a disposição de agir sobre uma realidade complexa, na qual determinações objetivas dificultam a prática de mediar um conflito de terra, oferece a possibilidade de compreendermos como estas determinações se impõem ao militante e o pressionam de maneira que este ser social aja de acordo com sua consciência construída neste processo específico (WOOD, 2011, p. 76).

É por este motivo que Luiz Elias Sanches (2000) diz que a militância do PCB “tinha que se adaptar à linha política traçada pela direção partidária, mas esta também tinha de se abrir para as indicações nascidas da militância prática, sob pena de perda da representatividade do partido.” (SANCHES, 2000, p. 13).

4) Titubeações e contradições: a militância de Lyndolpho nos órgãos nacionais

Passado este período de tensão entre a prática de sua militância e as orientações programáticas do PCB, a direção do Partido lhe perguntou se ele estaria em condições de ser “desligado da produção”, isto é, se ele estaria disposto a sair de sua área de atuação (o *sertão carioca*). Ele “topou a parada” sendo, primeiramente, o dirigente do PCB em toda a região⁵⁰, e, depois, sendo designado para São Paulo (SILVA, 2004, p. 44), onde “resolveram [lhe] caracterizar para a atividade nacional” (SILVA, 2004, p. 50) já em 1953. Seu período de militância na base foi sucedido por uma atuação mais centralizada e Lyndolpho Silva seria um dos dirigentes da futura União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada em 1954.

⁵⁰ Segundo Leonardo Soares dos Santos: “Dos militantes comunistas que atuaram no Sertão Carioca, Lyndolpho Silva era o que talvez tivesse maior inserção junto à direção nacional do PCB.” (SANTOS, 2005, p. 146).

Lyndolpho participou de congressos e conferências nacionais e/ou internacionais e realizou um curso de formação sindical na Federação Sindical Mundial (FSM) em dezembro de 1953 e janeiro de 1954, em Budapeste, na Hungria. Lá, disse que estudou muita “teoria” e que não podia “contestar nada” (SILVA, 2004, p. 52). E argumentou:

Então, esse é o outro lado que eu tive no interior do partido: o que a direção fala, cumpra-se! Lá era bastante isso, só que não vai contestar o cara, não. Fui hospedado lá, muito bem tratado, estudava; perguntavam se tinha entendido. Qualquer dúvida que você tivesse a respeito da exposição, de uma frase, sei lá, qualquer coisa desse tipo, você perguntaria ao professor se era aquilo mesmo ou se era outra coisa. Mas contestar, jamais. Esses fatos predominavam no interior do PCB nesse tempo. Eu mesmo fiz o trabalho camponês e não havia nenhuma recomendação do partido que fizesse isso, que o negócio era construir o partido na fábrica. Eu dei sempre razão à direção para constituir o partido na prática. Desgraçada, muito desgraçadamente, era esse o nosso método de trabalho, que pode ser também que mude, mas eu não sou a favor de uma mudança de método pura e simplesmente; se não for assim como eu sei, simplesmente não faço. Sem a orientação da direção no trabalho nós vamos para a merda (SILVA, 2004, pp. 53-54).

À primeira vista, pode parecer contraditória esta alegação em relação à sua atuação no *sertão carioca*. Por outro lado, neste caso, a experiência de ascensão na militância⁵¹ e a própria oportunidade de viajar e realizar um curso no exterior marcou a sua lembrança, assim como o próprio Lyndolpho reconstruiu sua visão acerca da orientação partidária, interpretando agora a vontade da direção como sendo necessária.

Outro fator importante para sua ascensão foram as redes de sociabilidade que começariam a ser criadas entre a ULTAB e outras organizações internacionais mediadas pela figura de Lyndolpho Silva, seu “maior representante”. Segundo Gleyson Nunes de Assis:

Essa rede de sociabilidade⁵² da ULTAB e de Lyndolpho Silva como um dos membros principais da Instituição acarretou uma representatividade de luta social no Brasil e perante muitas organizações internacionais, como a UISTAFP [União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Floresta e Plantações], a FSM [Federação Sindical Mundial], a ONU [Organização das Nações Unidas] e outras. Assim, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e seu maior representante, Lyndolpho Silva, construíram um forte movimento aglutinador de forças no Brasil na busca de viabilizar a materialização de todas as transformações vitais para o país (ASSIS, 2008, p. 80).

⁵¹ A situação de ascendência na militância não se refletia na melhoria da qualidade de vida, já que, segundo Lyndolpho Silva, muitas das vezes, ele só tinha “um lugar para dormir” (SILVA, 2004, p. 71).

⁵² Estas parcerias foram bastante importantes no período posterior ao golpe de Estado de 1964 e o próprio Lyndolpho, quando se exilou no período da ditadura militar, “termina trabalhando, posteriormente, como secretário da UISTAFP, que estava ligada a FSM, na cidade de Praga na antiga Checoslováquia.” (ASSIS, 2008, p. 70).

Ao retornar ao Brasil, comentou sobre a construção da organização editorial do jornal *Terra Livre* e suas dificuldades de circulação (SILVA, 2004, pp. 58-59). Segundo ele, “o *Terra Livre* jogou na prática esse papel grandão e efetivamente deu uma ajuda enorme. Naturalmente, tinha uma parte no jornal ensinando a lei, a interpretação de documentos, como se faz um estatuto⁵³, como se faz uma ata, etc.” (SILVA, 2004, p. 59). Ele reforçou a importância desta linguagem didática e simples que politizava o trabalhador rural e que o ensinava a reivindicar seus direitos na/pela institucionalidade. Segundo Leonilde Medeiros, foi este o periódico comunista que cristalizou uma linguagem de classe e construiu a imagem de um “nós” entre os camponeses (MEDEIROS, 1995). O próprio Lyndolpho Silva possuiria sua própria coluna no jornal, intitulada “Conheça os seus direitos”, pois “em matéria de legislação eu era estudado” (SILVA, 2004, p. 78).

A partir das experiências trazidas pelos militantes que realizavam o trabalho político no campo, realizou-se a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo, em 1954, ocasião em que foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e que se aprovou a “Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”⁵⁴, que dava destaque à questão da reforma agrária (MEDEIROS, 2000, p. 218). A partir deste momento e desta conferência, a reforma agrária passou a ser um elemento articulador das diferentes lutas que se travavam no campo, socializando os diferentes significados de que ela era portadora (MEDEIROS, 1995; 2000).

A questão da reforma agrária passou a aparecer de maneira mais articulada nas linhas políticas gerais do PCB também a partir de 1954, quando se realizou o IV Congresso do PCB. Segundo Leonilde Sêrvolo de Medeiros, este evento, embora no que se refere à questão agrária basicamente ratificasse as teses do *Manifesto de Agosto* de 1950, “sinalizou algumas mudanças de rumo na ação no campo, referenciadas nas experiências colhidas e, a partir delas, no diagnóstico de ‘práticas sectárias’ que, segundo o documento, estavam sendo a marca da ação comunista.” (MEDEIROS, 2000, pp. 219-220). A tentativa do PCB era de sensibilizar a sociedade em geral, buscando o convencimento da maioria alegando que a reforma agrária, medida de justiça social,

⁵³ No jornal constavam vários esboços de documentos a fim de pedir o reconhecimento oficial por parte do Ministério do Trabalho para a construção de um sindicato rural. Ver, por exemplo: Jornal *Terra Livre*, 2ª quinzena de junho-1ª quinzena de julho de 1954, nº 44, p. 6.

⁵⁴ In: Jornal *Terra Livre*, 2ª quinzena de dezembro de 1954, nº 51, p. 4.

seria benéfica a todos, assim como desenvolveria a economia nacional e dinamizaria o mercado interno (MEDEIROS, 2000). A escolha “de um lado ou de outro” e a bipolarização característica da linha política do *Manifesto* de 1950 se tornariam, a partir de então, um pouco mais fluidas.

Percebe-se que a tímida reorientação programática do Partido só pode ser entendida a partir destas “experiências colhidas” pelos militantes que estavam na base: uma atividade consciente que foi produzida por determinações objetivas que se impuseram à militância destes seres históricos ativos que, mesmo que pressionados por estas condições, avaliaram sua situação material de vida e de sobrevivência e interpretaram a realidade a partir de uma lógica própria (WOOD, 2011, p. 76) não atada à vontade partidária.

A busca de apoio legal, potencializando os usos do Decreto-lei nº 7.038, assinado em 1944, no governo de Getúlio Vargas, que já garantia a organização sindical dos trabalhadores do campo, e a pressão extraparlamentar para que o Ministério do Trabalho reconhecesse os sindicatos rurais (e não negligenciasse o próprio direito de organização destes trabalhadores, “engavetando” os processos requeridos), foram algumas dessas mudanças vivenciadas e “experienciadas” na mediação dos conflitos de terra e que foram alternativas à lógica de ação revolucionária para a derrubada do governo⁵⁵. “Esse processo continuou a nos levar a ter uma posição, mas na prática, embaixo, na massa, você não encontraria efetivamente essa coisa, não era o momento senão de discutir as reivindicações imediatas desses trabalhadores” (SILVA, 2004, p. 66).

* * *

Nós tínhamos dirigentes, a exemplo do João Amazonas – esse povo mandava pra diabo –, você não podia discutir muito com eles. – Epa! É ordem e tem que cumprir, entendeu? E parece que ainda tem alguma coisa a esse respeito, mas felizmente o que se coloca agora é um tipo de orientação para os movimentos de luta de esquerda, de uma forma que parece permitir alguma discussão (SILVA, 2004, p. 66).

⁵⁵ Com o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954, esta orientação para a derrubada do governo também começou a ser posta à prova. Como relatou Lyndolpho Silva: “De repente, Vargas se mata, a massa vai para a rua protestar, e o Partido se dá conta de que já não mais podia constar de seus documentos e da sua orientação a palavra-de-ordem da *derrubada do Governo Vargas*, não só porque já não mais existia, mas também porque estava errado. Enquanto a gente pregava a derrubada do Governo Vargas, a massa queria defendê-lo.” Trechos da entrevista de Lyndolpho Silva concedida a Luiz Flávio de Carvalho Costa (1994).

A memória de Lyndolpho Silva sobre o momento da reverberação do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética⁵⁶, no ano de 1956, é bastante elucidativa. O militante fez referência à situação anterior a este Congresso vivenciada no Segundo Mundo: a estrutura burocrática (*Politburo*) característica dos partidos que compuseram a III Internacional Comunista, na qual os dirigentes e/ou secretários-gerais de cada partido, em sua seção nacional, eram figuras incontestáveis, “a exemplo do João Amazonas” (SILVA, 2004, p. 66). A imposição da obediência e da disciplina dentro da instituição eram consequências desta política.

No momento em que Nikita Krushev apresentou o relatório de crimes cometidos pelo Estado stalinista, Lyndolpho avaliou o reflexo que isto teve na “saída” em massa de diversos dirigentes comunistas do Partido e a situação de “imobilismo” e de esvaziamento da ULTAB. Não foi à toa que a produção e a circulação do jornal *Terra Livre* tenha sido irregular; as “tiragens” dos anos 1956, 1957, 1958 e 1959 foram bastante “afetadas”.

“A grande questão era de entendimento, de um melhor entendimento, considerando que o homem mais simples no interior do PCB era um homem que deveria cumprir tarefas sem muita discussão” (SILVA, 2004, p. 69), alegava Lyndolpho. Por outro lado, argumentou que nunca teve a ideia de se afastar do PCB por qualquer motivo que fosse e que não deixaria de “acreditar nos países socialistas”. Importava-se com o seguimento de seus estudos e leituras, sendo por isso “um conhecedor profundo da teoria e das tarefas” (SILVA, 2004, pp. 67-69).

Seu discurso começou a se tornar contraditório quando afirmou que: “Eu fiz isso durante toda a minha vida, então eu não era um elemento discordante. Era para cumprir, era para cumprir, estava convencido disso, que a direção tinha poderes para isso.” (SILVA, 2004, p. 66). Ora, sua atuação no *sertão carioca* ou (pelo menos) sua

⁵⁶ Este Congresso foi considerado um marco, visto que abriu espaço para a crise do culto à figura de Stalin, devido a publicação do relatório de crimes cometidos pelo Estado stalinista apresentado pelo então presidente Nikita Krushev. No Brasil, os impactos deste Congresso foram decisivos no que tange a destituição de diversos “camaradas” do *Presidium* do Comitê Central do Partido, assim como na busca por alternativas que procuravam superar as descrenças e a inércia partidária naquilo que tantas vezes tinha sido proposto em diversos debates: “agora se dizia necessário um clima favorável à divergência e à luta de opiniões, sem sanções estatutárias; livre circulação de ideias, liberdade de pesquisa; descentralização do trabalho, autonomia e espírito de iniciativa para as bases partidárias.” (SANTOS, 2007, p. 222). Para mais informações, ver: SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. I: O Impacto das Revoluções. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007, pp. 199- 228.

lembrança do que foi sua ação junto aos camponeses nesta região mostraram exatamente o contrário. E continuou de maneira “esclarecedora”: “Hoje não dá mais; sem consciência do que está fazendo, da razão do surgimento dessa consciência, você não avança.” (SILVA, 2004, p. 69). Se a consciência é fruto da vontade partidária ou de sua orientação, Lyndolpho acabou por esquecer-se da própria vida de que falou antes; vida esta que formulava a própria consciência do indivíduo e a defesa de seus direitos.

5) Atualizações da linha política do PCB e cristalização do discurso militante

A independência política do Brasil sofre sérias restrições em virtude da situação de dependência econômica. À medida que a nação se desenvolve, aguça-se o seu antagonismo com o imperialismo norte-americano. O desenvolvimento capitalista nacional exige cada vez mais; como seu instrumento, uma independência política completa, que se traduza numa política exterior independente e na proteção consequente do capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro.⁵⁷

Segundo alguns analistas⁵⁸, a *Declaração de Março* de 1958 foi uma verdadeira mudança de linha política, onde a análise de conjuntura seria bastante diferente depois de passados eventos tão marcantes deste período da experiência democrática brasileira (1945-1964), como a crise de agosto de 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas, e a crise de 1955, com a tentativa de impedimento de posse do presidente Juscelino Kubitschek.

Neste ínterim, busca-se avaliar algumas características cambiantes desta nova orientação política em relação ao *Manifesto de Agosto* e perceber como Lyndolpho Silva as “recepcionou” nos seus relatos de memória a partir do final da década de 1950 e inícios da década de 1960.

Segundo a direção do Partido Comunista do Brasil (PCB), a situação do país era positiva devido ao crescente processo de democratização e de extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas. O processo do desenvolvimento econômico do Brasil fez com que crescesse o número de proletários, assim como o seu peso específico no conjunto da população, e se fortalecesse uma burguesia interessada no

⁵⁷ Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil ou Declaração de Março de 1958. In: *Jornal Voz Operária*. Rio de Janeiro, 22 de março de 1958, nº 459, pp. 5, 6, 7 e 8.

⁵⁸ Ver: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES & ROYO, D (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2000; SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro, Editorial Boitempo, 2001. Segundo Medeiros, esta linha política veio a confirmar e oficializar os posicionamentos que antecipavam alterações na linha política do Partido que viriam a ser consolidadas na resolução de 1958.

desenvolvimento independente e progressista da economia do país: uma burguesia nacionalista.

Neste sentido, o PCB avaliava que a polarização continuava se dando entre duas esferas: de um lado, as forças interessadas em submeter o país aos interesses do imperialismo ianque (os “entreguistas”), e, de outro, as forças interessadas na independência econômica e política do Brasil contra os interesses deste imperialismo (“os nacionalistas”). Assim, o Partido, neste momento, autorizava a formação de um amplo leque de alianças com todas as forças nacionalistas contrárias à submissão ao imperialismo norte-americano, incluindo a burguesia nacionalista, os diversos partidos políticos (como o setor nacionalista da UDN, por exemplo), certos setores latifundiários que possuíssem contradições com este setor imperialista, e, até mesmo, de grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais em relação aos monopólios dos Estados Unidos. A construção dessa “Frente Única” nacionalista deveria ser comandada pelo proletariado, setor hegemônico desta Frente e garantidor de unidade e coesão da mesma.

A política “sectária” do *Manifesto* de 1950 seria abandonada por esta “nova política” consagrada na *Declaração* de 1958. Até mesmo o caráter da revolução brasileira seria modificado: “a revolução no Brasil não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacionalista e democrática”, não exigindo uma solução radical na etapa atual das coisas. “A possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países”, sendo que o Brasil não estaria isolado deste contexto segundo a tese desta *Declaração de Março*.⁵⁹

Segundo esta nova orientação política, o caminho pacífico para a revolução brasileira se efetivaria pela acumulação de reformas parciais. Reconhecer-se-iam as potencialidades das ações parlamentares e das reformas que se apoiariam na institucionalidade: as reivindicações mais imediatas das massas poderiam ser conquistadas por formas legais de luta e de organização, assim como por uma pressão pacífica das massas. A defesa de liberdades e direitos constitucionais (ações extraparlamentares) deveriam ser “combinadas” com as ações parlamentares e o voto

⁵⁹ Todas estas citações foram extraídas da Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil ou Declaração de Março de 1958. In: *Jornal Voz Operária*. Rio de Janeiro, 22 de março de 1958, nº 459, pp. 5, 6, 7 e 8.

teria um papel importante na escolha de políticos nacionalistas⁶⁰. Esta análise de conjuntura e de estratégias para alcançar a revolução democrático-burguesa para depois construir o socialismo no Brasil era, na verdade, influenciada pelo etapismo impulsionado pela URSS: primeiramente, dever-se-ia instaurar e fortalecer o capitalismo para que fossem criadas condições objetivas de superá-lo; de construir o socialismo *a posteriori*.

Estes “novos ventos” foram assim relatados por Lyndolpho Silva:

Acho que, nesse aspecto, geralmente o que eu sempre pensei, aquela educação que a gente sempre teve vem da direção e se deve cumprir, ela deve ter razão, deve saber das coisas para se fazer. E eu me apegava muito nisso. (...) A *Declaração de Março* de 1958 refletiu um novo momento político. Não adiantava você querer fazer uma coisa para a qual essa massa não tinha nível, tinha que chegar lá (SILVA, 2004, p. 83).

Além de reiterar o papel dirigente da direção, nota-se que Lyndolpho enxergou com “bons olhos” a *Declaração de Março* de 1958, reflexo deste “novo momento político” no qual a vontade se aproximava cada vez mais do nível da massa, pelo menos no seu entendimento.

Por outro lado, esta nova diretriz política também foi um momento de intenso debate interno acerca da ação no campo capitaneada pelo PCB. O militante afirmou que “da luta propriamente interna eu não tive participação, estava isolado, ninguém me chamava nessa hora, não. (...) conversava de modo geral com os outros companheiros por aí, mas uma direção oficial, uma participação oficial nisso eu não tive.” (SILVA, 2004, pp. 83-84). A alegação de Lyndolpho explicita que o mesmo se abstinha das discussões e dos debates internos que se travavam no Partido. A sua formação intelectual e o seu conhecimento das “teorias e das tarefas” não dialogavam com os debates partidários; Lyndolpho se preocupava muito mais com a disciplina dentro do Partido e através dela (e não do debate ou da discussão) construiu a sua identidade em relação à instituição.

Foi a partir da década de 1960 que a organização sindical no campo, com a contínua construção de sindicatos rurais em nível local e de federações em nível estadual, se acelerou. Estes precedentes foram importantes para a preparação e

⁶⁰ Ver, por exemplo, a campanha de Tenório Cavalcanti para governador apoiada por José Pureza da Silva e pelos lavradores fluminenses dos *sertões cariocas* e publicada na tiragem do Jornal *Terra Livre* “Camponeses fluminenses estão com Tenório para governador”. In: Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de agosto de 1962, nº 113, p. 10.

realização do Congresso Camponês, em Belo Horizonte, contando com a presença de diferentes setores da sociedade, em 1961. Foi neste momento político que a expressão *reforma agrária* tomou proporções maiores, mobilizando as diferentes forças sociais a fim de caracterizá-la e de se apropriar do seu significado (MEDEIROS, 1995). Lyndolpho Silva participou ativamente deste Congresso, como presidente da ULTAB. Em relação à reforma agrária, sua fala foi a seguinte:

A reforma agrária pela qual lutamos neste Congresso, e prosseguiremos lutando nas regiões onde vivemos e trabalhamos, tem por objetivos essenciais a completa erradicação do monopólio da propriedade do uso da terra exercido pelo latifúndio e o acesso mais fácil e imediato possível pelos que verdadeiramente desejam e necessitam trabalhá-la, tornando-a altamente produtiva e rendosa.⁶¹

A deliberação final deste Congresso acabou por acrescentar o termo “radical” à palavra de ordem. Agora, a reforma agrária seria conquistada “na lei ou na marra” (MEDEIROS, 1995; 2000). É importante salientar que a deliberação do Congresso atualizou as teses da *Declaração* de 1958, que defendia a conquista de reformas parciais mediante a pressão “pacífica” das massas operárias e camponesas. A competição política e a luta entre os grupos sociais para definir qual seria o sentido da reforma agrária acabou por alargar as propostas programáticas dos diversos representantes do campesinato⁶² (GRYNSZPAN, 1987).

A participação das Ligas Camponesas neste congresso foi de extrema importância. Foi a partir da pressão deste movimento social que o impulso incisivo pela questão da reforma agrária adquiriria, a partir de então, um estatuto de luta mais radicalizado sem o respaldo de instâncias parlamentares.

Mais uma vez, Lyndolpho se absteve da discussão. Ele comentou apenas que as resoluções do Congresso foram progressistas e o “material bem-feito” (SILVA, 2004, 91). Interessante o fato de que o militante a todo o momento buscava conciliar as posições políticas conflitantes do Congresso. Desta forma, não superdimensionou a vontade do PCB e considerou positiva a construção de uma conclusão conjunta a partir

⁶¹ Discurso de encerramento do presidente da ULTAB, Lyndolpho Silva, proferido em Belo Horizonte, no dia 17 de novembro de 1961. In: CUNHA, Paulo Ribeiro (org.). *O camponês e a história*. A construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004, pp. 181-183; *Jornal Novos Rumos*, Suplemento Especial, nº 8, 14/12/1961.

⁶² Mario Grynszpan (1987) analisou esta dinâmica para o caso da Baixada Fluminense e a luta de representação do campesinato naquela região na década de 1960. Porém, acredito que tal hipótese possa ser utilizada para o caso do Congresso Camponês de Belo Horizonte, no qual se buscava definir o caráter e o significado da *reforma agrária*.

das resoluções do Congresso, mesmo que a radicalidade tenha sido levantada majoritariamente pelas Ligas Camponesas de Francisco Julião e não pelo Partido do qual fazia parte. Pelo menos não *a priori*.

Segundo Leonilde Medeiros, o eixo de divergência que se tornou evidente era sobre o sentido da “revolução brasileira” e sobre o caráter da reforma agrária a ser implementada. Como vimos, de acordo com as teses do PCB, a reforma agrária seria uma etapa necessária de uma revolução democrático-burguesa e anti-imperialista, que seria alcançada através de medidas parciais, “passíveis de serem sustentadas por uma política de frente única.” “Discordando radicalmente dessa postura, para a direção das Ligas o ‘campesinato’ era, naquele momento, a principal força da ‘revolução brasileira’, cujo conteúdo era imediatamente socialista.” Por este motivo, não seria possível buscar aliança com a burguesia e “muito menos com setores latifundiários.” (MEDEIROS, 1989, p. 55).

Em 1962, foi até mesmo proposta a mudança de nome da instituição para Partido Comunista Brasileiro⁶³ para acelerar o processo de legalização do Partido. “Por essa altura, é claro que gostei do PCB registrado. Foi a única coisa que me interessou, porque efetivamente não participei desse congresso com muita profundidade.” (SILVA, 2004, p. 96). O racha no Partido e a construção do Partido Comunista do Brasil (PC do B, que manteve o nome original) foi mais um evento ao qual Lyndolpho assistiu sem muita discussão. Independentemente do que acontecesse, ele permanecia sempre, “já de antemão, com o pessoal que o Prestes estava representando.” (SILVA, 2004, p. 97).

A pressão do movimento sindical se fez mais forte, obrigando o Estado brasileiro a reconhecer legalmente as instituições, a ponto do Ministro do Trabalho e Previdência Social, João Pinheiro Neto, em 1962, assinar “no dia 20 do mês de novembro passado, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, no Rio de Janeiro, a portaria que regulamenta a sindicalização do trabalhador rural.”⁶⁴ Esta portaria previa a reunião dos trabalhadores rurais em quatro categorias, o que era benéfico para o movimento já “que aí atingia não só os assalariados, como a Lei nº 7.038 previa, mas todos os camponeses e posseiros.” (SILVA, 2004, p. 99).

⁶³ Como já se sabe, o nome Partido Comunista do Brasil era interpretado como se fosse uma mera seção da Internacional Comunista e não um Partido estritamente nacional. A mudança de nome para Partido Comunista Brasileiro, logo, contemplaria as intenções legalistas dos dirigentes da instituição.

⁶⁴ Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de dezembro de 1962, nº 117, p. 1.

A partir deste intenso trabalho de organização, que abrangia não só os assalariados e semi-assalariados agrícolas, mas também os posseiros e lavradores sem-terras, e a contínua corrida pela obtenção das “cartas sindicais” em todo o território nacional, Lyndolpho comentou a “pressa” que conduziu os comunistas a construírem a primeira confederação dos trabalhadores no campo: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada ainda no final do ano de 1963⁶⁵.

Ao ser nomeado presidente da CONTAG, Lyndolpho afirmou que: “Eu acho que a minha grande qualidade é ser empenhado de fato e também com uma formação teórica maior. Não dá para separar essas coisas todas. Isso tem sido a minha característica.” E para não “esquecer”, prosseguiu: “E tenho essa outra qualidade: é orientação do partido, vamos fazer, disciplinados.” (SILVA, 2004, p. 103).

Sua afirmação reforçou seu vínculo identitário com o PCB e, obviamente, a sua disciplina e obediência em relação ao mesmo. No momento do golpe civil-militar de 1964, Lyndolpho mais uma vez procurou aguardar a orientação da direção para poder prosseguir, sendo “um elemento inteiramente à disposição do partido.” (SILVA, 2004, p. 117). E agora as suas posições foram mais “esclarecidas” em suas memórias na época da ditadura militar:

Como aconteceu na questão do *Manifesto de Agosto*, eu achei que aquilo era um negócio ruim. Mas para mim, eu partia do fato seguinte: é a organização que o partido quer e vamos cumprir, porra. Quer dizer, essa mania eu sempre tive, ser disciplinado. E se o partido tomasse a posição de luta armada? Como acabei de dizer, se era ponto de discussão do PCB, pode discutir a questão. Mas o que ficar decidido dentro do partido, cumpre-se (SILVA, 2004, p. 129).

6) Lyndolpho Silva visto pelos “outros”

*Como você foi chegou à presidência da Contag? Alguém acreditou em mim.*⁶⁶

Dois trabalhos acadêmicos foram importantes no que tange a biografia de Lyndolpho Silva: o primeiro foi o de Luiz Elias Sanches (2000) e o segundo o de Gleyson Nunes de Assis (2008). O primeiro trabalho foi bastante importante para

⁶⁵ Relatório sobre a Fundação da CONTAG de novembro de 1965. In: CUNHA, Paulo Ribeiro (org.). *O camponês e a história. A construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004, pp. 185-270.

⁶⁶ Trecho da entrevista de Lyndolpho Silva concedida a Luiz Flávio de Carvalho Costa (1994).

problematizar um aspecto da minha abordagem: a rotina dos dirigentes executivos da ULTAB. Segundo Sanches, essa rotina:

era feita de viagens, especialmente ao interior paulista, viagens mais baratas, que as parcas finanças permitiam. Para outros estados, o custo, muitas vezes estava acima das possibilidades. Talvez esse seja um dos motivos para a atuação da ULTAB ser tão mais acentuada naquele estado. Muitas vezes viajam apenas com o dinheiro da ida, contando, para a volta, com a solidariedade da militância de seus locais de destino. Isso quando aquela militância tinha condições de ser solidária. Algumas vezes, suas viagens tinham como objetivo dar assistência a militantes do partido que desenvolvessem algum tipo de trabalho no campo, dirigindo ou participando de alguma luta específica (SANCHES, 2000, p. 99).

Isto é, mesmo que Lyndolpho tenha sido convocado para atuar nos órgãos superiores de representação do movimento camponês em escala nacional, o seu trabalho de base, *stricto sensu*, não foi totalmente abandonado. Os dirigentes da ULTAB viajavam para diversos estados a fim de auxiliar outros militantes no seu trabalho político e também participavam de lutas específicas junto com os camponeses. Estas viagens não contavam com grandes apoios logísticos por parte do PCB: as condições de vida e de militância, mesmo daqueles indivíduos que representavam nacionalmente o movimento social camponês, continuavam sendo bastante precárias.

Já o trabalho de Gleyson Nunes de Assis pretendeu contribuir para “o resgate de um dos protagonistas da mobilização dos trabalhadores rurais brasileiros, o líder Lyndolpho Silva” (ASSIS, 2008, p. 82). Ou seja, o autor procurou conferir visibilidade a um dos atores políticos que considerou ser um dos mais expressivos daquele período, “apesar de hoje a historiografia negligenciar tais fatos nos grandes manuais” (ASSIS, 2008, p. 38).

Considero que Gleyson Nunes de Assis (2008) interpretou o biografado como um verdadeiro “homem de partido”, nos dizeres de Marco Aurélio Santana (2001): aquele militante mais afeito às linhas políticas e às diretrizes partidárias.⁶⁷

Lyndolpho Silva como um ‘Homem de Partido’ executou de pronto a diretriz do PCB em relação ao funcionamento da ULTAB em São Paulo. Com isso, percebe-se que o trabalho era fundamental em sua vida, mesmo que isso se sobressaísse em relação às questões pessoais (ASSIS, 2008, p. 36).

⁶⁷ Curiosamente, Paulo Ribeiro da Cunha (2004), que organizou as entrevistas e publicou o livro de memórias de Lyndolpho Silva, pareceu concordar com esta interpretação de Gleyson Nunes de Assis (2008), quando disse que Lyndolpho, por mais que divergisse, polemizasse, fazendo críticas e autocríticas em sua trajetória política ao PCB, concebia que, para ele, “tarefa decidida, era tarefa a ser cumprida.” Embora fosse um militante intermediário que não compunha a cúpula partidária, ele nunca havia se abdicado do Partido, sendo, sobretudo, “um daqueles homens partidos” (CUNHA, 2004, p. 19).

Ora, na verdade, como se buscou desenvolver nesta pesquisa, a relação entre o militante e o seu Partido (com as suas diretrizes e orientações) foi fruto de um processo de construção de memória e não a real essência de uma pessoa que se identifica com o partido como se fosse algo “dado” e/ou inerte durante o processo histórico (POLLAK, 1992, p. 204). Obviamente, ele pode ser identificado enquanto um *homem de partido*, mas não *a priori*. O vínculo entre a teoria e a prática, como buscamos problematizar, foi interligado a partir da memória de sua experiência histórica de ascensão na militância (mesmo que não respaldada em melhorias nas condições objetivas de vida). Porém, Gleyson Assis acreditou que ele “sempre esteve em sintonia com a orientação do partido, que era a preparação para a tomada do poder, ou seja, a Revolução.” (ASSIS, 2008, p. 30). A leitura de Lyndolpho sobre a realidade enquanto ele militava no *sertão carioca* era bem diferente desta passagem, na qual a vida era valorizada em relação à vontade partidária. Voltemos mais uma vez às suas memórias (na entrevista concedida a Luiz Flávio de Carvalho Costa):

Todo esse trabalho realizado no campo já estava sob a influência dessa orientação do Partido. Mas a prática determinava outra coisa. Ou se entrava pela realidade que tínhamos à frente, ou então não se fazia nada (...). A vida mostrou que isso estava inteiramente errado. Você vê contradições na própria prática do Partido que aceitava essa orientação; na verdade, a prática conflitava-se com o que era a nossa teoria (SILVA, 1994, pp. 67-88).

Ao conferir visibilidade à história de vida e de militância de Lyndolpho Silva, Gleyson Assis (2008) analisou de maneira acrítica certas passagens e tendeu a reconhecê-lo como um *homem de partido*, mesmo que ele não tenha se entendido enquanto tal em todo o processo.

Não perceber o trabalho de *enquadramento* de sua memória individual e de “arrumação” dos eventos e das suas lembranças (POLLAK, 1989; 1992) pode ser limitador, pois os ditos num relato de memória se tornam dados. E o problema com os dados históricos é quando eles se tornam inquestionáveis; ou quando esta memória se “cristaliza” e se fortalece⁶⁸, porque mais reconhecida (TRAVERSO, 2012), e o papel crítico do historiador que analisa é dificultado por estas questões.

⁶⁸ É interessante pontuar que existe um *site* intitulado *Arquivo Lyndolpho Silva: Memória do Sindicalismo Rural Brasileiro* no endereço eletrônico <<http://r1.ufrj.br/cpda/als/>>. Claramente este endereço eletrônico é bastante produtivo no âmbito de pesquisas futuras (já que compreende uma coletânea de fontes escritas e visuais, privadas e públicas, concernentes à figura de Lyndolpho Silva), mas o fato de que ele existe para que a memória de Lyndolpho Silva não seja relegada ao esquecimento mostra, na verdade, um reconhecimento de sua representatividade frente a outros militantes que atuaram no mesmo período. Um

7) Conclusão

A trajetória de Lyndolpho Silva nos permitiu analisar a existência, na prática, do que se chamou os *dois PCs*: de um lado, as linhas políticas e as diretrizes gerais do Partido e, de outro, a prática da militância comunista em contato com a dinâmica social concreta do movimento da classe e suas reivindicações mais imediatas (SANTANA, 2001, p. 21).

Segundo Marco Aurélio Santana, “o problema era a desconexão entre as partes, agravadas pela extração dos militantes de base para os organismos superiores (...)”. (SANTANA, 2001, p. 136). Neste caso, a trajetória de Lyndolpho Silva parece ser bastante exemplificadora. A ascensão em sua militância política, iniciando o seu trabalho na base na região do *sertão carioca*, e, posteriormente, sendo direcionado aos órgãos superiores como a ULTAB, ao editorial do jornal *Terra Livre* e como presidente da futura CONTAG (sem abandonar totalmente aquele trabalho na base como dito anteriormente), foi também uma experiência de passagem entre estes *dois PCs*. Em suas memórias, pode-se perceber a valorização da vida e do esforço do militante quando realizou seu trabalho político na base, e também a valorização da vontade do Partido quando atuou na ULTAB e na CONTAG. Esta ressignificação e reconstrução da identidade em relação ao PCB (e as suas diretrizes) só podem ser entendidas à luz desta passagem entre o *PC das bases* e o *PC da direção*⁶⁹, vivenciada por Lyndolpho Silva.

As titubeações e as lacunas, difíceis de preencher, presentes nos depoimentos de Lyndolpho Silva, buscavam a todo o momento realçar e/ou atenuar este ou aquele ponto, combater esta ou aquela interpretação, utilizando o momento da entrevista como um espaço de crítica, mas também de prestação de contas com o passado da instituição, sempre a procura de construir a coerência de suas ações na sua trajetória. Tal processo

reconhecimento seguido da *força* de uma *memória* cultivada (TRAVERSO, 2012), agora em espaços eletrônicos.

⁶⁹ É importante salientar que não se trata aqui de dizer que Lyndolpho ocupou cargos no *Presidium* do Comitê Central do PCB. Como ele próprio diz na entrevista concedida a Luiz Flávio de Carvalho Costa (1994): “Eu era apenas membro dessa Seção do Trabalho de Campo. Escrevia no jornal *Terra Livre* e gozava de algum prestígio no movimento sindical rural. Eu estava atuando como diretor da Ultab em 1954 e fui levado para a sua direção, como primeiro-secretário. Em 1959 passei a ser o seu presidente, cargo que ocupei até o golpe. Gozava também de um certo prestígio no movimento sindical internacional, era membro de entidades sindicais internacionais, tudo isso fez com que achassem que eu deveria ser o indicado [a presidência da CONTAG]. Sinteticamente, essa é a história.” Isto é, quando digo experiência de passagem entre o *PC das bases* e o *PC das direções*, me refiro a extração deste militante do trabalho político no *sertão carioca* aos órgãos nacionais de representação de todo o movimento camponês no Brasil de maneira geral.

de *enquadramento* e de construção da memória individual (POLLAK, 1989; 1992) foi valorizado nesta análise, já que estes momentos relatados, identificando eventos bem detalhados e fatos que foram silenciados nas memórias, são fortes indícios de aparição do problema proposto nesta pesquisa.

Mais do que reconhecer o fosso no contato entre os *dois PCs*, naturalizando-o pura e simplesmente, a trajetória de vida e de militância de Lyndolpho Silva nos permitiu acompanhar esta passagem e a própria constituição da memória de um militante que construiu o vínculo entre a teoria e a prática a partir de sua *experiência histórica*.

Capítulo 3: Memórias de um militante apartidário (trajetória de vida e de militância nos relatos de Bráulio Rodrigues da Silva, 1923-1970)

1) Introdução

Neste terceiro capítulo, procurarei investigar a trajetória de Bráulio Rodrigues da Silva nos *sertões cariocas* e a sua militância de mediação dos conflitos de terra que se travaram naquele território. Ao longo da análise, poderemos perceber que algumas comparações podem ser feitas com a trajetória de José Pureza da Silva, discutida no capítulo 1, em relação às condições objetivas de vida e de trabalho político que foram vivenciadas por estes dois militantes.

O livro de memórias foi produzido pela pesquisadora Leonilde Sérvolo de Medeiros (2008) que conheceu Bráulio Rodrigues da Silva no início dos anos 1980, quando veio morar no Rio de Janeiro para se incorporar à equipe do então Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, hoje Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Por outro lado, foi só a partir do ano de 2004 que a cientista social se engajou numa iniciativa que visava recuperar a memória das lutas camponesas em alguns estados do país, “a começar por Bráulio Rodrigues, que, prontamente, aceitou o convite para dar seu depoimento e ajudou a encontrar outros antigos companheiros seus.” (MEDEIROS, 2008, p. 8). O processo de entrevista foi bastante profícuo, visto que suas memórias também a auxiliaram na “complementação de informações que não estavam claras, como locais e datas”, por exemplo (MEDEIROS, 2008, p. 9). Mas reconheceu que “na fala de Bráulio Rodrigues há situações relatadas com detalhe, outras de forma sintética, outras ainda silenciadas.” (MEDEIROS, 2008, p. 11).

Sua *memória individual* construiu-se, logo, a partir de um trabalho especializado de *enquadramento da memória* que permitiu que o indivíduo definisse seu lugar social e suas relações com os outros, através de um lento trabalho de reconstrução de si mesmo. Por outro lado, com os instrumentos da história oral que foram mobilizados para produzir a fonte escrita redigida no livro de memórias biográficas de Bráulio Rodrigues (2008), foi possível identificar os limites deste trabalho de enquadramento.

Por este motivo é que a memória individual resulta da gestão de um “equilíbrio precário”, de um sem-número de contradições e de tensões (POLLAK, 1989, p. 13; 1992). Neste sentido, “tanto no nível individual como no nível do grupo, tudo se passa como se a coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintivos de uma memória crível e de um sentido de identidade assegurados” (POLLAK, 1989, p. 13).

Trazendo para o caso da problemática desta pesquisa, poderemos também averiguar como se construiu a identidade do indivíduo em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e como a memória da sua militância se refletiu na constituição desta mesma identidade. A hipótese que busco comprovar neste capítulo é a de que a situação de clandestinidade e de perseguição política vivenciada por Bráulio Rodrigues reforçou a sua memória de “ingresso informal” no Partido Comunista do Brasil (PCB), o que comprometeu sua identidade em relação ao mesmo. A repressão que sofreu, principalmente na época da ditadura militar, alimentou esta necessidade de afastamento do Partido, refletida em suas lembranças do passado. Por isso, o recorte temporal deste capítulo teve que ser “estendido” por conta do modo como foram relatadas suas vivências.

Primeiramente, busca-se elucidar seus primeiros contatos com o PCB e a suposta “informalidade” do ingresso nesta instituição. Logo após, procura-se discutir sua militância na região dos *sertões cariocas*, analisando as lutas pela terra que ocorreram na década de 1950, assim como o trabalho de organização que ali se travou. Na década de 1960, privilegiam-se as lembranças do Congresso de Belo Horizonte e o ano do “racha” do Partido, momento no qual se desfilou da instituição. Finalmente, discutem-se suas lembranças na época da ditadura militar e a repressão física e psicológica que sofreu.

2) O militante “sem ficha”

Bráulio Rodrigues da Silva, filho de Petronilho Rodrigues da Silva e Maria Adelina da Silva, nasceu em 15 de setembro de 1923, na cidade de Januária, no norte de Minas Gerais, se estabelecendo posteriormente em Belo Horizonte, local que ficou

residindo durante algum tempo⁷⁰. Começou a se interessar pelas lutas sem “ninguém lhe puxar o ouvido”, isto é, sem ter incentivos (RODRIGUES, 2008, pp. 13-15).

Alfabetizou-se no Instituto Pestalozzi e conseguiu seu diploma de quarta série. Por outro lado, mesmo tendo conseguido estudar, tinha que trabalhar na “rua” durante a maior parte de sua infância e adolescência, pois suas condições de vida eram bastante precárias. Trabalhou como ajudante de sapateiro, como ajudante de médico e vendia jornais também. “Foi assim que eu montei minha vida.” (RODRIGUES, 2008, p. 14). A instabilidade no que tange a empregabilidade e a moradia também foram fatores constantes e frequentes na vida deste militante.

Assim como no caso de Lyndolpho Silva, Bráulio reconheceu que foi a partir do período da redemocratização do Brasil, nos anos de 1945 e 1946, que se iniciaria a sua vida “na política”, assistindo todo aquele “movimento pela libertação do Brasil, contra a ditadura de Vargas, pela anistia de Luiz Carlos Prestes e dos demais membros do Partido Comunista”, participando de algumas greves na cidade (RODRIGUES, 2008, p. 15).

Segundo ele, ingressou na Juventude Comunista na década de 1940, mas alegou que não havia “feito ficha”. É interessante pontuar que esta lembrança do “ingresso informal” no movimento comunista e o “fato de não ter tido ficha” no Partido irão se repetir ao longo de seu relato, mesmo recordando que próximo às eleições de dezembro de 1945 e princípios de 1946 (momento em que o PCB se encontrava legalizado), já havia se filiado ao Partido (RODRIGUES, 2008, p. 15).

Por outro lado, na documentação policial do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) do Estado do Rio consta que Bráulio Rodrigues da Silva “em 1952 [foi] registrado no PCB conforme a ficha de recrutamento Luiz Carlos Prestes” na época em que militava na célula Garcia Lerca, no Comitê Municipal de Barra Mansa, distrital de Volta Redonda⁷¹. Mesmo que comprovada a sua filiação por meio destas “fichas” e sua situação de militante orgânico do Partido, há que se compreender a importância e o significado de seu discurso, visto que “revela um trabalho psicológico do indivíduo que

⁷⁰ In: APERJ. *Prontuário* GB nº 43.477, p. 1.

⁷¹ Departamento de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1979, página de busca nº 145/78-JSPDN: “Em 1952, registrado no PCB conforme ficha de recrutamento Luiz Carlos Prestes. Pertenceu ao Comitê Municipal de Barra Mansa – distrital de Volta Redonda – célula Garcia Lerca.” In: APERJ. *Prontuário* RJ nº 22.147. No anexo, ao final desta monografia, reproduzo as fotos que tirei das “fichas” de filiação de Bráulio Rodrigues da Silva.

tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.” (POLLAK, 1989, p. 12).

O papel da “direção estadual” e/ou da “direção nacional” do Partido era sempre presente no que tange à orientação dos jovens, sendo as palestras fundamentais para o trabalho político de Bráulio Rodrigues. A orientação para a luta era pela derrubada do governo de Getúlio Vargas, visto que ainda se encontravam em plena “ditadura”. “Faziam umas palestras muito boas. Muito sectárias, é verdade, mas boas no que se refere aos temas que eram tratados. Mas era muito fechado, o sujeito tinha que andar mais ou menos de acordo com as orientações do Partido.” (RODRIGUES, 2008, p. 15).

Bráulio recordou até mesmo de alguns conselhos de conduta que eram recomendados, a saber: como avaliar “com quem se estava conversando”, o conteúdo de uma conversa com uma pessoa que não era comunista, como proceder na participação de determinadas reuniões que os militantes assistiam “fora do Partido”, usar a palavra para outros seguirem as orientações do Partido, além de ter que cumprir tarefas (como “preparar e fazer uma agitação com o uso de certas palavras”) e fazer pichações, por exemplo.

“Era a linha do Partido que, naquela época, ainda era clandestino. Como eu não era fichado, possivelmente isso ajudou em alguma coisa. Mesmo que eu falasse, viam que eu não era fichado.” (RODRIGUES, 2008, p. 16). Ou seja, mais uma vez apareceu nos seus relatos a construção de uma memória de “ingresso e militância informais” no Partido Comunista do Brasil (PCB), usados como justificativa para que a sua prática não respaldasse as orientações da instituição.

Foi na segunda metade da década de 1940 que Bráulio Rodrigues se dirigiu ao Estado do Rio de Janeiro, primeiramente para a região de Volta Redonda e, posteriormente, para os *sertões cariocas*. Foi lá que teve o contato com o movimento de luta pela terra impulsionado pelos lavradores fluminenses, abandonando o trabalho político na cidade que realizava no setor de construção civil (RODRIGUES, 2008, pp. 17-19).

3) As lutas pela terra na década de 1950

Ao se dirigir para o Rio de Janeiro, Bráulio procurou se estabelecer na região com o devido cuidado, para não ser perseguido pelos policiais e pelos jagunços armados no campo. Sua militância foi também de caráter *experimental*, assim como aquela que caracterizou as ações de José Pureza da Silva; porém, secundária e não especificamente conduzida por sua liderança (já que não queria ser reconhecido enquanto um líder camponês).

Neste ínterim, procura-se examinar como se construiu sua prática de mediação dos conflitos de terra tendo em vista esta condição de clandestinidade, mas que também era *experimental* na medida do possível, pois atuava em conjunto e em diálogo constante com os trabalhadores rurais e camponeses da região, levando em conta também como foram sentidas e manipuladas as pressões determinantes da estrutura dominante desta sociedade pelo militante em seu trabalho político.

De alguma forma ou de outra, “é necessário incorporar à análise social o papel consciente e ativo dos seres históricos, que são ao mesmo tempo ‘sujeito’ e ‘objeto’, agentes e forças materiais nos processos objetivos.” (WOOD, 2011, p. 86). Por este motivo, novamente o conceito de *experiência histórica* de Thompson (1981) é mobilizado.

a) Pedra Lisa

Na região de Pedra Lisa, município de Nova Iguaçu, Bráulio Rodrigues da Silva conheceu Zé Matias⁷², um cidadão que estava arregimentando os camponeses para distribuir terras pela região. Ao procurá-lo para ver se conseguia um pedaço de terra, Zé Matias alegou que a ocupação estava lotada, mas se ele frequentasse o lugar, conseguiria algum “pedacinho de terra” com o passar do tempo. Foi frequentando as reuniões, “mas não quis nenhuma especificação de liderança. Ia só para assistir. Entrei quase como clandestino, não a serviço do Partido, mas por minha livre e espontânea vontade, porque saí de Volta Redonda sendo perseguido pela polícia.” (RODRIGUES, 2008, p. 19).

⁷² Nas memórias de Bráulio, o militante se referiu a ele como Zé Matias, mas, na realidade, não se recordou se o seu nome era Zé Matias ou Zé Teodoro (RODRIGUES, 2008, p. 19). Segundo Grynszpan, “um dos criadores da Sociedade (de Pedra Lisa) foi José Teodoro, conhecido como José Matias que, mais tarde, seria assassinado por grileiros.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 101).

Bráulio admitiu que o seu papel seria secundário e não dependente dos ditames do Partido. Como a perseguição em Nova Iguaçu era grande, propôs-se a ajudar, “fazendo uma coisa, fazendo outra, mas não como liderança.” Para ele, as lideranças “eram outras pessoas, bem capacitadas na época, como o Zé Matias” (RODRIGUES, 2008, p. 19). Eximir-se-ia assim do papel de porta-voz e de líder camponês e construiria sua militância a partir do âmbito das suas possibilidades, mesmo que na clandestinidade (O'DWYER, 1988, p. 36).

Por outro lado, lembrou-se de alguns ensinamentos do PCB que lhe ofereceram auxílios: “foi uma das coisas que o Partido me ensinou: examinar primeiro, botar um pé, ver se está firme, depois botar o outro e ir devagarzinho. Isso eu aprendi no Partido e até hoje eu tenho este sistema.” (RODRIGUES, 2008, p. 19).

Sua ligação com os comunistas não era nula, visto que distribuía o jornal *Terra Livre* em Pedra Lisa, que noticiava algumas lutas que ocorriam na região. O jornal não falava muito do PCB, “mas era um órgão do Partido”, segundo Bráulio (RODRIGUES, 2008, p. 20).

Logo quando começou a “ter certa liderança ali” foi novamente preso. Segundo o prontuário policial do DOPS, Bráulio Rodrigues foi preso no dia 1º de maio de 1950 e liberado depois de 8 dias. Segundo consta, foi detido e apresentado ao Setor de polícia de Queimados por conduzir faixas alusivas às comemorações do dia 1º de maio, tendo feito pichamentos, distribuição de boletins e colagens de cartazes. Teve, inclusive, “um problema de pulmão, por ter sofrido muita pancada... mas muita mesmo, não estou de brincadeira, não... Cheguei a escarrar sangue.” (RODRIGUES, 2008, pp. 20-21). Sua memória condiz com as arbitrariedades e com a violência política específica vivenciada no campo neste período (MEDEIROS, 1996), tendo que declarar que não mais frequentava as reuniões do ex-Partido para poder ser liberado da prisão preventiva, mesmo reconhecendo “ter sido Militante Comunista do extinto PCB”.⁷³

“Em Pedra Lisa só tinha posseiro” e muita mata, pois os proprietários da área (os chamados irmãos Guinle) “largaram aquilo de lado” e as pessoas de Nova Iguaçu

⁷³ No relatório de polícia consta que “em 1.05.50 foi detido e apresentado a esse Setor, procedente de Queimados, por conduzir faixas alusivas às comemorações do dia 1º de maio, pichamentos, distribuição de boletins e colagens de cartazes, declarando ainda, ter sido Militante Comunista do extinto PCB, não frequentando mais as reuniões do ex-Partido, tendo sido posto em liberdade em 8.5.50” (Superintendência Executiva do DOPS, nº 2930, de 21.3.67.). In: APERJ. *Prontuário* nº GB 43.477.

começaram a ocupar as fazendas para “tirar lenha para fazer carvão e vender”. Era justamente Zé Matias que arregimentava essas pessoas e distribuía adequadamente as terras, “sem interferência de nenhum partido político, sem interferência de ninguém.” (RODRIGUES, 2008, pp. 21-22).

O problema apareceu quando começaram os atritos com aqueles indivíduos interessados na expulsão das pessoas que lá viviam, os chamados grileiros. A forma de resistência encontrada foram as ocupações de terra que “se garantiam pela nossa força, a força de nós todos, juntos, com facão, com espingarda, com carabina, não sei o que mais. Não tinha nada de apoio por trás, cada um fazia o seu próprio sustento” (RODRIGUES, 2008, p. 25).

Zé Matias se dirigiu ao Palácio do Catete para dialogar com o presidente Marechal Dutra e, segundo contou Bráulio, conseguiu uma ordem no papel, sem decreto, nem nada, com as seguintes palavras: “Autorizo os trabalhadores de Pedra Lisa a trabalhar na sua lavoura desde que não façam desmatamento e nem carvão, apenas para produzir alimentos, alimentação tirada da lavoura.” (RODRIGUES, 2008, p. 22).

Pelo que parece, a ordem do presidente escrita neste papel “criou um ódio muito grande em Nova Iguaçu contra o Zé Matias e os posseiros da região.” Uma estratégia que legitimou as ações dos posseiros advinda de um mero documento supostamente escrito pelo presidente da República. Com a confiança desta situação, muitas pessoas vieram de diversos lugares do Rio de Janeiro para se estabelecerem ali (RODRIGUES, 2008, pp. 22-23).

“Estão todos eles lá, morando. Têm neto, bisneto. Eu inclusive sou padrinho de batizado de uma dessas meninas que foi para lá novinha, com 2, 3 anos. Hoje já é casada, cheia de filhos.” (RODRIGUES, 2008, pp. 22-23). Estas relações de compadrio, citadas por Bráulio, foram exemplos da construção de laços e redes de solidariedade que reforçaram o vínculo horizontal destes posseiros entre si no momento de uma ocupação de terra (GRYNSZPAN, 1987, p. 85).

Segundo Bráulio, os posseiros começaram a se inscrever na sede da associação e já se reservavam lotes para morar e lotes para trabalhar na terra, não precisando o sujeito morar na “roça”, longe de seu local de trabalho. A distribuição de terras era feita de maneira equitativa, com a devida medição e definição destes lotes. Uma comissão

era encarregada desta tarefa: “não podia escolher, era tudo do mesmo tamanho: mais ou menos uns três hectares para cada um, mais ou menos isso, de dois a três hectares até cinco alqueires, dependendo de ter morro.”⁷⁴ (RODRIGUES, 2008, p. 23).

Toda e qualquer dificuldade com o problema de divisão das terras era para ser discutida na associação, como recomendava o líder Zé Matias, o que demonstrava a autonomização destes espaços e a autonomia destes posseiros na discussão de seus problemas (O'DYWER, 1988; PEDROZA, 2003). Nas áreas que sobravam terras, se cadastravam as pessoas que não tinham ainda conseguido seus referidos lotes.

Os despejos, assim como relatados por José Pureza, também estavam presentes nas memórias de Bráulio Rodrigues. “Quando a gente era despejado, saía e voltava no outro dia. Os despejos eram feitos pelos que se diziam que eram donos.” Surpreendeu-lhe a disposição das pessoas evangélicas, que “deixavam a Bíblia de lado” e participavam das lutas pela permanência na terra. Embora “fossem crentes, eram lutadores, todos eles.”⁷⁵ (RODRIGUES, 2008, pp. 24-25).

Esta seria sua “verdadeira escola”: “cada lugar tinha um sistema de organização e que a gente respeitava. Não é porque em Pedra Lisa foi feito assim que em outro lugar tem que ser feito igual. Nada disso: a gente tem que ver as condições de cada local.” (RODRIGUES, 2008, p. 24).

Assim como José Pureza da Silva, as características daquela militância *experimental*, que dialogava com as vivências e as expectativas da classe em formação, também foram encontradas nos relatos de Bráulio Rodrigues da Silva, quem sabe por ter compartilhado condições objetivas e subjetivas semelhantes às que vimos no primeiro capítulo. A reunião de pessoas em formações de classe, neste caso, “depende tanto de sua [do ser social] consciência de uma experiência e de interesses comuns quanto de sua disposição de agir sobre eles.” (WOOD, 2011, p. 85).

⁷⁴ No Jornal *Terra Livre*, Eliseu Batista do Carmo, da localidade de Xerém, no Estado do Rio de Janeiro, disse que se os filhos forem menores de idade, três (3) alqueires já seriam o suficiente para que a família se subsistisse. Mas se todos trabalhassem na família, seriam necessários oito (8) alqueires de terra. Ver: Jornal *Terra Livre*, 1ª quinzena de março de 1955, nº 53, p. 1.

⁷⁵ Thompson, em contraposição a ideia de Marx que interpretava a religião como uma ideologia, falseamento da realidade, e que era o verdadeiro “ópio” do povo, analisou a importância do papel do metodismo e da religião na formação da classe operária inglesa, objeto de preocupação em sua obra. No meu caso, a religião protestante não foi um empecilho para a luta e muito menos um elemento desarticulador da identidade de classe camponesa em formação, como nos expressa Bráulio Rodrigues na passagem acima. Ver: THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Volume I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Com a criação do Plano Agrário, capitaneado pelo Executivo estadual, foi criada uma subdelegacia na região, fato com que encerrou suas recordações sobre a região de Pedra Lisa. “E a gente com cuidado para não bater de frente, porque estava trazendo benefícios. A gente não vai, sectariamente, bater de frente com uma coisa que todo mundo está vendo que está trazendo benefício.” (RODRIGUES, 2008, p. 26). Neste sentido, a análise da conjuntura foi “esperar” e tirar todo o proveito deste diálogo com o Executivo estadual mediante as propostas do Plano Agrário (PPAA).

b) Fazenda São Pedro

Segundo Bráulio, a fazenda era propriedade de Francisco Vilela Junqueira, mineiro de Leopoldina, que comprou também outra fazenda, de nome Duquese, “do tempo do Império, que veio passando de família em família.” Havia comprado 250 alqueires e se apropriou de outros cem alqueires que não tinham dono. O dito proprietário buscava expandir mais ainda suas posses com a intenção de trazer gado de Minas, promovendo uma ação de despejo arbitrária contra as pessoas que viviam na fazenda Duquese ou que trabalhavam por conta própria (RODRIGUES, 2008, pp. 27-28).

Com o auxílio dos trabalhadores de Petrópolis, realizaram uma ação na justiça para pressionar o juiz responsável. Este não concordou com as demandas dos trabalhadores e reiterou que a posse era de Francisco Vilela Junqueira. “Ele fez um despejo bárbaro”, destacou Bráulio. O retorno na Justiça não produziu efeitos satisfatórios (RODRIGUES, 2008, p. 28).

No segundo despejo, os trabalhadores se prepararam e resistiram o quanto puderam. “O despejo não chegou a ser feito porque nós barramos a entrada da polícia. Eles tomaram providência, mas nós também: fomos até o governador, que era o Roberto Silveira.” Mais de 400 pessoas ocuparam o palácio do governo, com a ajuda da vizinhança do Ingá que levava alimentos para que a ocupação pudesse ser garantida, “porque a gente não podia sair de lá.” (RODRIGUES, 2008, p. 29). As condições da ocupação eram bastante precárias:

Quando eles trancaram o banheiro para ninguém usar (era muita gente), decidimos: ‘Então agora a gente faz tudo no chão!’. Era adulto, criança cagando, mijando, tudo no chão. Fizemos uma ‘bagunça organizada’, como diz o ditado, no Palácio do Ingá. Aí, o Roberto Silveira acordou mais ou menos às 6 horas, 6 e pouco, com a cara fechada: ‘Nós avisamos ao senhor

que a gente vinha para cá, o senhor não quis nos atender, passamos a noite toda aqui, passando fome.’ Depois ele pediu desculpas e assinou a desapropriação da fazenda (RODRIGUES, 2008, p. 29).

A atualização dos métodos de luta, pressionando não mais o poder Judiciário que coadunava interesses com a grilagem e com os proprietários de terra, mas sim pressionando o poder Executivo com a garantia de desapropriação das terras em litígio (GRYNSZPAN, 1987, p. 193), já apontada nas memórias de José Pureza, foi aqui também elucidada.

O interessante a ser ressaltado foi o caráter espontâneo do próprio movimento que resolveu realizar a ocupação e a precariedade das condições contornadas pelas alianças construídas na luta. A desapropriação das terras da fazenda só pode ser entendida levando-se em conta estas considerações.

c) A ocupação do Imbé

Nas memórias de Bráulio Rodrigues da Silva sobre o movimento que ocorreu no Imbé, ocupação que ganhou grande destaque nas tiragens dos jornais e na imprensa no geral, foi valorizada a militância de José Pureza da Silva, companheiro de Bráulio, na região dos *sertões cariocas*. Em suas próprias palavras: “o trabalho lá era muito sacrificado. Zé Pureza! Honra seja feita!” (RODRIGUES, 2008, p. 30).

Por outro lado, Bráulio apontou que “o Pureza tinha apoio logístico, teve muita coisa do Partido Comunista por trás, no Imbé.” (RODRIGUES, 2008, p. 30). Bráulio fez questão de destacar o auxílio do PCB no trabalho político realizado por Pureza, mesmo que este não tenha relatado este suposto “apoio logístico” em suas memórias. O que parece foi que Bráulio buscava identificar Pureza como um militante orgânico do Partido, diferentemente do seu caso.

d) Santa Alice

Segundo Bráulio Rodrigues, as terras de Santa Alice eram propriedade do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). Zé Bento, subdelegado da região de Itaguaí, nomeado por um político da região para “tomar conta” daquele território, perseguia os posseiros que lá viviam. “As pessoas do Coletivo sabiam do nosso movimento em Pedra Lisa e foram lá pedir o apoio da gente.” Por este motivo, foi

criada uma comissão dos posseiros que viviam naquele território (RODRIGUES, 2008, p. 31).

Com o apoio do Zé Bento, um proprietário se intitulou dono daquelas terras. “Um dia ele chegou lá dando tiro à vontade (...). Distribuímos o pessoal na entrada, um aqui, outro lá. Quando a polícia chegou, não morreu ninguém, graças a Deus, mas houve muito tiroteio.” (RODRIGUES, 2008, p. 32). O litígio não terminou por aí: “Reunimos a comissão, botamos o pessoal dentro do caminhão e fomos para o Palácio das Laranjeiras, onde tivemos um encontro com o presidente João Goulart e com o governador do estado.” (RODRIGUES, 2008, p. 33). O conflito se solucionou e o “pessoal chegou com uma festa, fizeram uma festa lá em Santa Alice, convidaram o João Goulart para ir, mas ele não foi (...). A partir daí houve tranquilidade, hoje estão lá tranquilos, não têm mais problemas.” (RODRIGUES, 2008, pp. 33-34).

Segundo o *Levantamento Histórico dos Conflitos de Terra no Estado do Rio de Janeiro (1950-1990)*, o decreto nº 51.906 de origem federal declarava estas terras de interesse social para fins de desapropriação, porém, ao final da década de 60, a ação expropriatória ainda não se havia concluído. Somente em 1989, um trecho de 271 hectares da Fazenda Santa Alice obteria a imissão na sua posse (GRYNSZPAN, 1990, pp. 44-45).

e) Magé

Em Magé, um despejo foi anunciado em 1962. Bráulio Rodrigues da Silva apenas contou que foi tirada a decisão do movimento de pressionar o juiz num bairro de Niterói, em sua própria residência. Narrou que “ele recebeu a gente bem, prometeu e realmente cumpriu um pedaço lá. Mas nós passamos lá quase a noite toda (...). Fomos ‘no peito’. Não era comum fazer isso. Era considerado um desrespeito.” (RODRIGUES, 2008, p. 35).

* * *

Seus relatos foram bastante característicos daquela militância *experimental* descrita no capítulo 1, independentemente da pretensão de Bráulio não ser reconhecido como uma liderança camponesa. E como José Pureza nos expressou, não existiu e jamais houve um líder que seja insubstituível, mas “só chega a líder quem tem muito

serviço prestado ao povo. A massa faz o líder na luta, na tempera.” (PUREZA, 1982, p. 93). Pelo que parece, segundo estas considerações, Bráulio poderia ter conseguido, ou melhor, conquistado, esta denominação, por ter sido “formado” líder na experiência prática da mediação dos conflitos de terra em que se envolveu.

4) O Trabalho de Organização: as associações e a FALERJ

Como pudemos explorar no capítulo 1, o trabalho de organização levado a cabo por José Pureza da Silva e por Bráulio Rodrigues, que também atuava nos *sertões cariocas*, era realizado para construir associações de lavradores nas áreas de litígio. Estas associações começaram a crescer e com elas a necessidade de construir uma só entidade para que as lutas “fossem mais bem dirigidas” no Estado do Rio de Janeiro.

“Zé Pureza” propôs a criação de uma federação que arregimentasse todas as outras associações que afluíam pelo estado. “A partir daí, nós fizemos contatos e discutimos como é que seria feita a diretoria da FALERJ. Fui convidado para ser secretário. O Manoel Ferreira ficou como tesoureiro e o José Pureza como presidente.” (RODRIGUES, 2008, pp. 35-36). Quando foi facilitada a sindicalização rural a partir do ano de 1962, “nós aproveitamos para transformar as associações em sindicatos.” (RODRIGUES, 2008, p. 36).

A federação “governista” (FLERJ), criada em 1960, buscava disputar a representação dos camponeses que lutavam pelas terras na região. Uma questão importante foi a verificada nas memórias de José Pureza da Silva e comprovada por Mário Grynszpan que nos contou que “o próprio Bráulio Rodrigues, que seria um importante elemento dentro da estrutura da FALERJ, foi, a princípio, o 1º tesoureiro da FLERJ⁷⁶.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 242). Segundo Pureza,

o tesoureiro da ‘Federação fantasma’ era Bráulio que, no entanto, nunca viu um tostão da sua organização. Quem controlava toda a contabilidade era Aldo Leite, executor do ‘Plano Agrário’. Combinei com Bráulio que iria ao Congresso com muitos camponeses. Ele havia verificado que a ‘Federação’ apoiada pelo ‘Plano Agrário’ era de cúpula, e por isso decidi romper. O primeiro ponto de discussão foi exatamente a prestação de contas. Bráulio denunciou que o controle efetivo das verbas não era feito pela diretoria, mas pelo executor do ‘Plano Agrário’. Em vista disso, as ‘Associações’ separadas da FALERJ resolveram filiar-se [à FALERJ], terminando assim a breve existência da ‘Federação fantasma’ (PUREZA, 1982, p. 39).

⁷⁶ Registro da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro. Registro nº 5.785, Livro A-1 de Pessoas Jurídicas, número de ordem 183. Cartório do 12º Ofício de Niterói.

Bráulio, em nenhum momento da sua lembrança, expressou que foi um dos organizadores da FLERJ, mesmo que durante um curto período de tempo e mesmo que criticando a sua estrutura interna e financeira. Decidiu “apagá-la” das suas memórias, quem sabe para manter a coerência política de sua trajetória e silenciar participações constrangedoras que pudessem comprometer a credibilidade de sua militância enquanto comunista (POLLAK, 1989; 1992).

Somente disse que “formaram uma outra federação e ficaram, então, duas federações. Só que a nossa era mais antiga. Fomos para a Supra e demos entrada no pedido de reconhecimento.” O presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto, alegou o seguinte quando a FLERJ, do governo, foi também pedir a oficialização de sua entidade: “Olha, infelizmente não posso proibir vocês de fazer o trabalho, mas registrar vocês aqui na SUPRA não posso, porque essa federação (a FALERJ) deu entrada e eles formaram no ano tal e vocês estão formando agora.” (RODRIGUES, 2008, p. 37).

Esta legitimidade marcada pelo tempo de criação da FALERJ também foi acionada quando alguns dirigentes da FLERJ tentaram convencer os lavradores para se filiarem às associações “governistas” e abandonarem sua relação com a FALERJ. Segundo Bráulio, eles respondiam assim: “‘Não, eu estou nessa luta há tantos anos, porque eu vou me filiar a vocês? Eu vou me filiar lá na Pedra Lisa. Vou acompanhar o ritmo de Pedra Lisa!’”, e eles realmente acompanharam.” (RODRIGUES, 2008, p. 37).

* * *

No Congresso Camponês, realizado em Belo Horizonte, em 1961, Bráulio reconheceu a existência de uma divergência de opiniões entre “o pessoal da Liga”, “o pessoal da ULTAB” e “os do Rio Grande do Sul que faziam parte do Master”. Mas explicou que, “apesar de tudo, não houve conflitos.” (RODRIGUES, 2008, pp. 38-39). Esta memória apaziguadora também foi perceptível nos relatos de Lyndolpho Silva, analisados no capítulo 2.

Segundo ele, “o estado do Rio era o que gritava mais forte: ‘Reforma agrária, na lei ou na marra!’ (...) Não sei como essa palavra surgiu, mas quem mais falava éramos nós.” (RODRIGUES, 2008, p. 39). Quem sabe a pressão do movimento dos camponeses e dos militantes que experienciavam essa dinâmica de classe em formação na região dos *sertões cariocas* estivessem muito aquém das discussões políticas que se travavam no

PCB. Por este motivo, foram os próprios movimentos concretos que acabaram por abraçar a causa de uma reforma agrária feita “na lei ou na marra”. O caso do Rio de Janeiro e o “barril de pólvora” prestes a explodir, como nos lembrou Mario Grynspan (1987), foi, quem sabe, um dos casos mais representativos e expressivos deste contexto histórico que assistia a uma profunda radicalização e politização da questão agrária.

5) Relação com o PCB

Em seu prontuário, aparece no relatório policial do DOPS que em 1957, Bráulio Rodrigues da Silva, enviado pelo Comitê Estadual do PCB, para agitar os meios operários de Petrópolis, “atualmente está sendo posto ‘a margem’ pelos dirigentes, por ter trabalhado contra a chapa comunista nas eleições do Sindicato dos Têxtis Petropolitanos e se ter recusado a autocrítica”⁷⁷. Pelo que parece, Bráulio Rodrigues da Silva já havia se desentendido com alguns companheiros do Partido, não aceitando algumas orientações e, inclusive, negando o apoio à chapa comunista no Sindicato dos Têxtis. Não há documentação suficiente para compreender os motivos que o levaram a não apoiar esta chapa, por outro lado, tal evento demonstra como a sua prática, muitas das vezes, não era respaldada pelas diretrizes partidárias.

De qualquer forma, algumas condições objetivas de precariedade vivenciadas na militância de Bráulio Rodrigues da Silva foram bastante semelhantes daquelas discutidas no capítulo 1, quando analisei a trajetória de José Pureza da Silva.

O Partido Comunista dava uma ajuda de custo quando era para viajar. Eles não davam passagem. A não ser que eu dissesse: ‘Olha, vim para cá, mas tive que pedir dinheiro emprestado para vir, senão não vinha’. Aí davam o dinheirinho da passagem. Mas salário, não! Eu, por exemplo, nunca ganhei salário do Partido. Sobrevivia trabalhando e atuando. Nunca deixei de trabalhar... (RODRIGUES, 2008, p. 40).

Embora possamos estabelecer algumas comparações entre as experiências e as memórias destes dois militantes, a lembrança de Bráulio Rodrigues destoou da narrativa de Pureza quando expôs sua percepção sobre a relação que ele tinha com o Partido justamente no ano de 1962, quando ocorreu a divisão da instituição; o que enriquece a análise, pois descreveu o contexto que o levou a romper com o “Partidão”, se afastando

⁷⁷ Departamento de Ordem Política e Social (DOPS): Parte de Serviço, Petrópolis, 3 de junho de 1957. In: APERJ. *Prontuário* RJ nº 22.147. Pelo que consta, em uma nota expedida pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Bráulio também foi “chamado à atenção” pelo PSB de Petrópolis por ter feito campanha eleitoral para indivíduos que não eram militantes deste partido, mesmo já tendo sido advertido antes. In: APERJ. *Prontuário* RJ nº 22.147.

cada vez mais do mesmo (diferente de Pureza, o que limita as minhas propostas de discussão, pois não sabemos se ele rompeu ou continuou filiado ao Partido).

Eu saí do partido na época do ‘racha’, porque tanto em um grupo havia excelentes companheiros, como também no outro... Eu falei na reunião do Partido: ‘Vou pedir demissão porque eu não vou ficar neste grupo para malhar o outro, não vou ficar naquele para malhar este. Que coerência é a nossa?’ Entreguei uma carta pedindo o meu afastamento do Partido por essa questão. Eu queria amadurecer primeiro para saber depois que destino tomaria. E não tomei destino nenhum, porque todos os dois me usavam para trabalho, tanto o ‘Partidão’ como o PCdoB. Por exemplo, se eu podia participar de alguma reunião com eles, ia fazer reunião com um, ia com outro, só não queria tarefas. Eu disse: ‘Tarefas eu não vou aceitar, mas estou aqui para cooperar, ajudar, mas não fazer tarefa, tanto de um lado quanto do outro’ (RODRIGUES, 2008, p. 41).

A priori, poderíamos terminar a discussão por aqui, porque com a desfiliação e o afastamento do Partido ficaria clara a desconstrução da identidade em relação à instituição e que a sua prática não necessariamente precisaria ser respaldada pelas orientações do PCB. Porém, proponho uma extensão do recorte temporal neste capítulo, adentrando nas décadas de 1960-1970 no período da ditadura militar, para melhor sustentar minha hipótese lançada na introdução.

6) A ditadura e a repressão

Com o golpe civil-militar de 1964 e com a desarticulação do regime político no Brasil devido à saída do presidente João Goulart do país, Bráulio contou que foram os grileiros, os jagunços e todos os capangas que trabalhavam para os latifundiários que começaram a procurar os militantes e os lavradores em luta para “fazer justiça com as mãos deles em cima de nós, principalmente em mim e nos demais companheiros que estão aqui na direção.” Nesta situação de perseguição política, não era a polícia que fazia o trabalho, mas “eram justamente essas pessoas de que eu falei, ligadas a grileiros, que aproveitaram o momento para dizer que estavam fazendo isso em nome dos que estavam dando o golpe no país.” (RODRIGUES, 2008, p. 43).

Por mais que se reconheça que estes episódios foram arbitrários e violentos, não devemos esquecer que a situação de violência no campo é uma constante histórica. Segundo Leonilde Sérvo de Medeiros (1996), a dimensão da violência política no campo é marcante, principalmente no que concerne ao processo organizativo dos trabalhadores rurais. “A violência no campo indica a existência de uma face da sociedade incapaz de reconhecer direitos e negociar interesses, visto que nega o outro.”

A incapacidade de constituir espaços de diálogo e de negociação transparece as próprias fragilidades do sistema democrático brasileiro: “a alternativa tem sido eliminar o outro, tentando, assim, destruir até mesmo fisicamente, as possibilidades de oposição.” (MEDEIROS, 1996, p. 13).

Bráulio acabou sendo preso no Dops de Niterói, afirmando que a única tortura que sofreu foi física: “mas não tapa. Só levei choque.” (RODRIGUES, 2008, p. 45). Foi exatamente neste momento de suas lembranças que alegou o seguinte:

Eu não era do Partido, eu não tinha cargo no Partido, nunca tive cargo no Partido. Fui para o Partido, mas não tinha ficha no Partido. Membro do Partido eu não era, nunca fui. Nunca tive ficha no Partido, nem aqui nem em Minas, em lugar nenhum, mas era comunista. Fazia tarefa para o Partido, fazia as tarefas que o Partido me dava (RODRIGUES, 2008, p. 47).

Segundo o seu interrogatório no Dops de 12 de janeiro de 1965, na cidade de Niterói, “o depoente [alegou que] estava mal visto pelo Partido, que fizera divulgar uma circular em que dizia que o declarante fora preso em mil novecentos e cinquenta, por ter sido o delator de seus demais colegas detidos no mesmo dia”⁷⁸. Se tal afirmação for verdadeira, se torna compreensível as suas intenções de se afastar do PCB, principalmente no período da ditadura militar.

Por outro lado, o conteúdo da fonte policial e a natureza da informação provida de uma instituição de repressão são extremamente duvidosos e pouco confiáveis. Segundo consta “por estar [Bráulio] afastado do Partido, elementos que a ele pertenciam incumbiram a Manoel Justino a tarefa de promover a desmoralização do declarante, atacando-o severamente nas assembleias, como um aventureiro e oportunista”⁷⁹.

Manoel Justino de Souza, na verdade, foi eleito para o cargo de presidente da Comissão do Plano Agrário, indicado pelo seu amigo Padre Carvalho (representante da Igreja Católica e um dos mediadores do movimento camponês, que disputava os espaços representativos contra os comunistas). Mesmo tendo sido preso no dia 8 de março 1965 (e liberado no mesmo dia), este agente, na verdade, prestou várias declarações no Dops contra diversos interlocutores, “perseguindo”, inclusive, a figura

⁷⁸ Interrogatório de 12 de fevereiro de 1965 (página 2), na cidade de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, nos estabelecimentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). In: APERJ. *Prontuário RJ* nº 22.147.

⁷⁹ *Op. cit.*

de Bráulio Rodrigues da Silva. Acusou-o de ser secretário da FALERJ, além de ser candidato a vereador pelos comunistas e comandar algumas “invasões” de terra⁸⁰.

Por este motivo, Bráulio Rodrigues da Silva declarou ao Dops que estava sofrendo perseguição “por parte de Manoel Justino, José Alves Pinheiro e Luiz Fernando de Tal, nas regiões de Engenheiro Pedreira e Pedra Lisa”⁸¹. Tais indivíduos estariam “alarmando a população” alegando que Bráulio realizava “reuniões secretas” na Fazenda Pedra Lisa e que estaria comandando uma invasão de terra em Cangote de Porco (Município de Nova Iguaçu). Em contraposição a esta acusação, Bráulio diz só ter sido informado da ocupação, não participando efetivamente da mesma⁸².

Tal evento é bastante esclarecedor. Independente das questões ligadas a interesses pessoais e conflitos motivados por questões da vida privada e íntima, tratam-se de *estratégias* que os indivíduos realizam para reconstituir um espaço dos possíveis, nos dizeres de Jacques Revel (1998, p. 26). Bráulio Rodrigues da Silva buscava a todo o momento manipular a situação e agir no seu tempo presente de acordo com as condições dadas, proferindo discursos “apartidários” e omitindo situações (no Dops) que comprometeriam a sua “sobrevivência” em tempos de ditadura. Tais recursos próprios possibilitariam a construção de uma racionalidade, mesmo que “limitada”, que daria conta do indivíduo traçar uma determinada trajetória diferente daquela a que se esperava (no nosso caso, a prisão ou a tortura que poderia sofrer novamente).

Muitas vezes, compreender a possibilidade de uma pluralidade de destinos particulares, em função dos recursos próprios que cada ser social possui em determinados contextos, e analisar as *estratégias* de pessoas comuns que buscavam continuar sobrevivendo a qualquer custo, reintroduzindo noções como a de *fracasso*, *incerteza* e de *racionalidade* limitada, podem ser produtivas para o pesquisador que procura entender o contexto social em que viveram determinados indivíduos imersos dentro de uma teia de relações sociais complexas (LEVI, 2000; REVEL, 1998).

Estas *estratégias*, racionalizadas e realizadas no passado, possuem seu reflexo também nas memórias individuais sobre o evento. Como pudemos notar na lembrança

⁸⁰ In: APERJ. *Prontuário* RJ nº 22.917, gav. 279.

⁸¹ Interrogatório de 12 de fevereiro de 1965 (página 2), na cidade de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, nos estabelecimentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). In: APERJ. *Prontuário* RJ nº 22.147.

⁸² *Op. cit.*

citada acima, novamente percebe-se a cristalização de uma memória de “ingresso informal” no PCB, o que legitimaria sua constatação de que “nunca foi do Partido”. Como afirmei anteriormente, Bráulio tinha feito a “ficha” e, inclusive, alegou ter sido “filiado”. De qualquer forma, decidiu “apagar” este documento de sua lembrança, assim como o ato de “fichar-se”.

Outra questão interessante: segundo ele, “O Pureza era do Partido. Era militante há muito tempo.” (RODRIGUES, 2008, p. 47). Irônico seria se o próprio Pureza estivesse escutado/lido esta frase que foi lembrada por Bráulio no momento de tortura e da prisão que sofreu. Mas reconhecer o outro militante como orgânico desta instituição só nos ajuda a notar o quanto Bráulio queria se distanciar do Partido, independente das percepções que o próprio José Pureza tinha em relação à “política partidária”, que eram, senão as mesmas, praticamente semelhantes e constitutivas de uma identidade bastante afastada, indireta e autônoma em relação ao PCB.

* * *

Dos três militantes que analisamos nesta pesquisa, somente Bráulio Rodrigues da Silva continua vivo! Logo após as prisões e a tortura física que sofreu, o militante “retomou” as lutas e, inclusive, se filiou ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o partido da oposição consentida à ditadura militar (RODRIGUES, 2008, p. 51). É interessante como os seus discursos apartidários durante a ditadura militar fizeram “efeito”: na década de 1980, até mesmo a polícia política o reconheceu apenas como sendo um agitador e não mais militante comunista⁸³.

Foi candidato a vereador pelo MDB na época da redemocratização do Brasil. Engajou-se nos movimentos de mobilização impulsionados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), capitaneada pela Igreja Católica, e no Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAD)⁸⁴. Participou também da construção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e da Secretária de Assuntos Fundiários, auxiliando os trabalhadores do campo em toda e qualquer luta por terra na década de

⁸³ Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), 29 de novembro de 1982. Setor: Infiltração nos Órgãos de Comunicação Social. In: APERJ. *Confidencial* nº 28, p. 208.

⁸⁴ Segundo o relatório policial de 1979, o Movimento das Associações dos Bairros (MAB) de Nova Iguaçu foi criado e liderado por Bráulio Rodrigues da Silva, que buscava arrecadar fundos por meio de festas, etc. (p. 5). Participou também do II Congresso de Associações de Moradores de Nova Iguaçu, com a finalidade de transformar o Movimento de Amigos de Bairros (MAB) em Federação do Movimento de Amigos de Bairros de Nova Iguaçu (FEMAB) (p. 21). In: APERJ. *Prontuário* GB nº 43.477.

1980. A partir daí, veio morar em Magé, por onde continua, com sua família, a se importar pela “causa do trabalhador rural”. Segundo ele, até agora, “estamos conseguindo desenvolver um bom trabalho!” (RODRIGUES, 2008, p. 72).

7) Conclusão

Em suma, a título de comparação, são notórias as semelhanças entre a trajetória de Bráulio Rodrigues da Silva e de José Pureza da Silva no que concerne às condições objetivas de vida e de militância na base, marcadas pela precariedade e pela falta de auxílio “logístico” do Partido Comunista do Brasil (PCB) em relação aos seus militantes. Estas condições propiciaram um contato mais intenso e dinâmico com os anseios da classe camponesa em formação, visto que os militantes não eram “intelectuais de gabinete”, mas sim mediadores que conheciam a realidade cotidiana destes lavradores que lutavam pela terra nos *sertões cariocas*.

Devido a estas considerações, pudemos perceber como a prática destes militantes era autônoma em relação às orientações partidárias e como isso acabou por comprometer sua relação de identidade frente à instituição. A proposta teórica de entender estas condições e de compreendê-las à luz de uma militância caracterizada por ser *experimental* nos forneceu as chaves interpretativas que guiaram esta pesquisa.

Contudo, embora estas comparações tenham sido proveitosas para entendermos a prática e a relação de identidade com o Partido nos relatos destes dois indivíduos, alguns elementos foram significativos para sofisticarmos o entendimento da militância de Bráulio Rodrigues: a situação de clandestinidade, a repressão política e a tortura física que sofreu. Por mais que estes fatores tenham sido identificados também na trajetória de Pureza, no caso de Bráulio foi justamente a situação irregular e clandestina que forneceu as bases para a construção de uma memória de militância “informal” no PCB, o que legitimaria sua autonomia na mediação dos conflitos e ofereceria uma estratégia para se livrar da perseguição e, quando não possível, da repressão política que sofreu. Outra estratégia de Bráulio Rodrigues que pudemos perceber foi a de identificar em José Pureza uma relação mais direta e orgânica com o Partido, mesmo que este militante, em seus próprios relatos, não tenha construído uma identidade “forte” com a instituição.

Em suas memórias da ditadura militar, o militante avaliou que “nunca foi do Partido” e que isso seria confirmado pelo fato de “não ter tido ficha”. Independente das contradições e dos “não-ditos” que ficaram explícitos em seu relato, é interessante avaliar como a repressão e o “medo” da tortura foram elementos decisivos para desconstruir toda uma relação identitária com uma instituição e como ele identificou no “outro” aquilo que ele mesmo desconstruiu para si.

Segundo Pollak, “assim como as razões de um tal silêncio são compreensíveis no caso de antigos nazistas ou dos milhões de simpatizantes do regime, elas são difíceis de deslindar no caso das vítimas” (POLLAK, 1989, p. 6). A memória de um evento traumático é sempre acompanhada com estas dificuldades inerentes ao ato de falar/enunciar. O primeiro entrave é a possibilidade de “encontrar uma escuta” ou a culpa de um indivíduo por ter sobrevivido aos campos de concentração nazistas, como no caso estudado por Pollak (1989), por exemplo, onde vários de seus familiares e amigos foram mortos. Neste caso, “algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança ‘comprometedora’, preferem, elas também, guardar silêncio” (POLLAK, 1989, p. 6). Por este motivo, estes indivíduos preferem construir uma memória *enquadrada* a partir de um cuidadoso trabalho de “arrumação” do passado relatado, trabalho este no qual se tornam aparentes processos de seleção, exclusão e silenciamento de alguns fatos/eventos pretéritos (POLLAK, 1989; 1992).

No caso de Bráulio Rodrigues da Silva, a título de conclusão, pudemos perceber que a necessidade de se “afastar” do Partido durante o período da ditadura militar acabou por se refletir nas suas memórias do pretérito, diluindo este “afastamento” em sua trajetória pessoal e de militância, o que comprometeu suas relações identitárias com o Partido Comunista do Brasil (PCB).

Considerações finais

Nas reuniões preparativas do Partido, o pessoal falava para os da Ultab uma frase que mostrava a linha de entendimento do que era o assunto camponês: ‘a reunião hoje está cheirando capim.’ Referiam-se a um preconceito que tinham contra os camponeses, porque o sangue puro era o dos trabalhadores assalariados urbanos, nós éramos os do segundo plano. O nível teórico dos dirigentes do Partido era muito elevado. Entre eles havia advogado, bancário (...), médicos, professores, jornalistas, dentistas, engenheiros. O nosso nível, no entanto, era muito baixo (...). O pessoal menos instruído não aguentava muito a discussão. A gente era tratado como praticistas, pois não citávamos ninguém, Lenin, Marx, Stalin (...). Essa prática de exclusão eu vi e vivi por todo lado, no Partido (SANTOS, 1999, pp. 46-47).

Fui expulso do partido em setembro de 1957. Os trabalhadores queriam ir para um lado e o partido para outro (...). Um dirigente me criticou dizendo que eu queria fazer coisas paliativas, como aplicação de leis trabalhistas. Eu expliquei que tínhamos discutido essa questão com os camponeses e que nós havíamos concordado que o importante era a luta pela aplicação das leis trabalhistas. Disse-lhes também para ele mesmo distribuir o material de derrubada do governo, porque eu iria distribuir os boletins para garantir os salários. Dessa forma eu estava em sintonia com os trabalhadores rurais. O sindicato era dos trabalhadores e não do partido (...). Eu cheguei ao ponto de não ter mais condições de obedecer ao partido (...) (CIAVATTA, 1995, pp. 96-97).

Tratam-se de passagens valiosas extraídas de relatos de memórias de dois militantes comunistas que atuaram na mesma época que os indivíduos analisados nesta monografia: o primeiro é o de José Rodrigues dos Santos, liderança sindical que atuou na região do norte do estado do Paraná; o segundo é de Nazareno Ciavatta, sindicalista da região de Ribeirão Preto, em São Paulo. Embora estes militantes não tenham atuado nos *sertões cariocas* e, muito menos, conhecido José Pureza da Silva, Lyndolpho Silva e Bráulio Rodrigues da Silva, o objetivo de trazer estas citações para finalizar esta pesquisa se justifica no sentido de compartilhar vivências e memórias que se construíram de maneira semelhante: todas elas apresentam alguma margem de crítica em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB).

No caso de José Rodrigues dos Santos, as identidades que se construíram no interior do Partido dialogam com a tese dos *dois PCs* trabalhada por Marco Aurélio Santana (2001): de um lado, os “praticistas” e, de outro, os chamados “teóricos”; respectivamente o PC das bases e o PC da cúpula partidária. Segundo o militante comunista, “o partido tinha crescido uma enormidade na região, tinha apoio na cidade, mas sua força vinha principalmente da zona rural, e todo esse trabalho não era dos intelectuais: era nosso, era de um militante praxista.” (SANTOS, 1999, p. 58).

Em muitos casos, como vimos nos capítulos anteriores, os militantes comunistas não materializavam na prática as orientações do Partido: o trabalho político de organização e de mediação das lutas pela terra era construído no interior de espaços autonomizados de deliberação e de discussão locais, onde o militante contornava o problema fundiário e tentava solucioná-lo junto com os próprios camponeses (O'DWYER, 1988).

O caso de Nazareno Ciavatta é um tanto exemplificativo: discordou do dirigente do Partido e decidiu não distribuir “o material” de derrubada do governo para os trabalhadores, mas sim os boletins para garantia de salários. O “abuso” da autonomia reivindicada acabou reverberando na sua própria expulsão do PCB, como contou no relato acima.

É claro que é importante salientar que se tratam de *memórias*, isto é, de construções históricas individuais que singularizam a história, na medida em que a memória é “profundamente subjetiva, seletiva, muitas vezes desrespeitadora da cronologia, indiferente às reconstruções de conjunto e às racionalidades globais. A sua percepção do passado não pode ser senão irredutivelmente singular.” (TRAVERSO, 2012, p. 26).

Por outro lado, a partir da análise das *experiências* destes seres sociais que moldaram determinada consciência em virtude de uma “resposta mental e emocional (...) a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15), consegue-se tornar inteligível a construção de uma determinada *identidade* por parte destes militantes em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB).

No capítulo 1, por exemplo, vimos que a autonomia construída por José Pureza da Silva foi dificultada pelos “não-ditos” e por imprecisões no seu relato. Contudo, mesmo que o militante tenha elaborado este trabalho de arrumação de sua memória influenciado pelos interesses do presente (POLLAK, 1989; 1992), nota-se como aquela militância *experimental* exerceu pressões sobre a sua consciência social, propondo novas questões e significados próprios que, em contato com a *cultura tradicional e rebelde* dos posseiros fluminenses que lutavam para permanecer na terra, ofereceram-lhe aprendizados que só o trabalho na “base” lhe proporcionaria (THOMPSON, 1981; 1998; PEDROZA, 2003).

Já no capítulo 2, analisamos um processo de “enquadramento da memória” (individual) diferente (POLLAK, 1989; 1992). Lyndolpho Silva sofreu “experiências” quando atuou na região do *sertão carioca* que o fizeram mudar de percepção acerca das orientações partidárias: os valores foram vividos e surgiram dentro do mesmo vínculo com a vida material e com as relações materiais em que estas novas ideias foram originadas (THOMPSON, 1981, p. 194). A falta de apoio logístico do Partido e as difíceis condições de militância na base, em contato com os códigos culturais dos lavradores cariocas, o fizeram defender “exatamente as coisas da vida e não a vontade [partidária].” (SILVA, 2004, p. 49).

Mas, no decorrer de seu relato, o militante começou a titubear, ora defendendo as orientações, ora defendendo as práticas sem respaldo teórico. A hipótese que se lançou foi que a ascensão vivenciada na sua militância (deslocando-se do PC das bases em direção ao PC dos órgãos superiores) comprometeu seu discurso anterior, o que fez-lo defender, a qualquer custo, a unidade do Partido e o respeito frente as suas orientações programáticas.

No capítulo 3, nota-se um processo de construção de identidade semelhante ao de José Pureza da Silva, no qual aquela militância *experimental* foi característica de sua trajetória como um todo, assumindo uma posição afastada ou, quem sabe, quase “desligada” do Partido. Entretanto, um elemento pôde ser singularizado: a repressão e o trauma da tortura política, vivenciada sem recortes claros entre períodos de ditadura e de democracia (CATELA, 2008, p. 179), foram determinantes para que Bráulio Rodrigues da Silva argumentasse que nunca foi do Partido por conta de um “ingresso informal” não oficializado pela assinatura de uma “ficha” (mesmo dizendo que anteriormente havia se filiado ao PCB) e que, na verdade, “o Pureza era do Partido, sendo militante há muito tempo.” (RODRIGUES, 2008, p. 47). Não basta desconstruir para si a identidade em relação à instituição, mas a sua estratégia é reconhecer no “outro” aquilo que ele próprio não reivindicava: sua filiação ideológico-partidária.

* * *

“Então me veio à cabeça escrever a história que o povo sabe, mas não conta.”⁸⁵

⁸⁵ TONELLA, Celene; VILLALOBOS, Jorge Ulisses Guerra; DIAS, Reginaldo. *As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos: as lutas dos trabalhadores rurais do Paraná*. Maringá: EDUEM, 1999, p. 102.

A título de conclusão, entende-se que estas *experiências* foram determinantes para a compreensão da vida destes militantes comunistas acessadas nesta pesquisa indiretamente através de suas memórias do passado, quando atuaram em defesa dos trabalhadores rurais e dos posseiros que lutavam para permanecerem nas terras. Ellen Wood (2011) expressou, de maneira instigante, a carga teórica e o sentido de responsabilidade social de todo investigador que mobiliza e se apropria, de maneira sempre criativa, do conceito de *experiência histórica* proposto por Thompson. Segundo ela:

O conceito de ‘experiência’, portanto, informa que as ‘estruturas objetivas’ geram efeitos sobre a vida das pessoas; é por isso que, por exemplo, temos classes e não apenas relações de produção. É tarefa do historiador e do sociólogo explorar o que essas ‘estruturas’ fazem à vida das pessoas, como o fazem e como as pessoas reagem – ou, como Thompson poderia ter dito, como as pressões determinantes dos processos estruturados são sentidas e manipuladas pelas pessoas. O peso da mensagem teórica contida no conceito de ‘experiência’ é, entre outras coisas, que a operação das pressões determinantes é uma questão histórica, portanto empírica e imediata. Não pode haver ruptura entre o teórico e o empírico, e o historiador Thompson assume sem hesitação a tarefa imposta pelo teórico Thompson (WOOD, 2011, p. 90).

Este conceito, quando mobilizado, nos permite entender como as estruturas não determinam totalmente a vida das pessoas e como elas podem, inclusive, ter a possibilidade de reagir às situações de exploração, construindo outras possibilidades de trajetórias que não aquelas já pré-determinadas por um “teorismo” vazio e essencialmente estruturalista. Se apropriar do conceito de *experiência histórica* é também assumir a tarefa de entender a história de indivíduos que não seriam considerados pelos “imensos ares superiores de condescendência da posteridade” (THOMPSON, 1987, p. 13).

Além destas experiências, as memórias também foram objeto de preocupação no âmbito desta pesquisa histórica. Estas memórias complexificam o trabalho do investigador, na medida em que não oferecem exatamente “o que realmente aconteceu”, dado que são construções re-presentificáveis passíveis de transformação a todo o momento num contínuo dinamismo entre experiência do passado, vivência do presente e expectativa de futuro.

Neste sentido, “ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.” Por

este motivo, é sempre necessário diferenciar a história da memória, entendendo a história como “a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (...) uma representação do passado” e a memória como “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (...) que se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, cenas, censura ou projeções.” Enquanto que a história só conhece o relativo, a memória é um absoluto que se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto (NORA, 1984, p. 9, grifos meus).

A preocupação com a identidade nesta monografia se deve muito a esta complexidade que foi perceptível no processo da pesquisa. Não foi o meu interesse, neste caso, utilizar o livro de memórias biográficas ou coletar fontes orais de militantes que ainda vivem nos dias de hoje para “tapar lacunas” e instrumentalizar o uso das fontes para meramente enumerar os fatos históricos que não foram divulgados nos jornais da época. Meu interesse foi justamente reconhecer a importância da construção das memórias e entender a lacuna como um indício do problema proposto: aquilo que muitas das vezes o militante “não diz” ou prefere esquecer (inconsciente ou deliberadamente).

Nestes termos, “além de buscar o convencimento das massas, o PCB sofria na busca do convencimento e controle de sua própria militância”, pois, como vimos, a *identidade* não é a real essência de uma instituição, já que não é algo “dado” e/ou congelado, mas fruto de um processo de construção/desconstrução. Por isso, é que Santana conclui dizendo que: “mais do que meros pronunciamentos e orientações gerais, um partido é também o momento de efetivação deles.” (SANTANA, 2001, p. 58). O problema é quando os quadros ligados às bases camponesas eram “relegados ao segundo plano (...) não sendo bem ouvidos” (SANTOS, 1999, p. 102). E aí, nem mesmo os praticistas se reconhecem mais enquanto pecebistas.

* * *

Fontes consultadas

1. Arquivos

- **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**

APERJ. *Confidencial*: nº 28.

APERJ. *Prontuário*: GB nº 43.477.

APERJ. *Prontuário*: RJ nº 22.147.

APERJ. *Prontuário*: RJ nº 22.917, gav. 279.

- **Cartório do 12º Ofício de Niterói**

Registro da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro. Registro nº 5.785, Livro A-1 de Pessoas Jurídicas, número de ordem 183. Cartório do 12º Ofício de Niterói.

2. Filmes

SILVA, Josefa Paulino da. *Josefa*: uma mulher na luta camponesa. Rio de Janeiro. Direção: Roberto Maxwell e Luiz Cláudio Lima, (22 min.), 2002.

3. Fontes impressas

- **Entrevistas**

SILVA, Lyndolpho. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964. São Paulo, Instituto Cultural Roberto Morena: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2, junho de 1994, pp. 67-88. Entrevista concedida a Luiz Flávio de Carvalho Costa.

- **Livros**

CUNHA, Paulo Ribeiro (org.). *O camponês e a história*. A construção da Ulatb e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. *Nazareno Ciavatta*: uma liderança no sindicalismo rural. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RODRIGUES, Bráulio. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Seropédica: Edur UFRRJ, 2008.

TONELLA, Celene; VILLALOBOS, Jorge Ulisses Guerra; DIAS, Reginaldo. *As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos: as lutas dos trabalhadores rurais do Paraná*. Maringá: EDUEM, 1999.

- **Outros**

Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil ou Declaração de Março de 1958.

Manifesto de Agosto de 1950.

Relatório sobre a Fundação da CONTAG de novembro de 1965.

4. Fontes manuscritas

PRESTES, Luiz Carlos. *Carta aos comunistas*. Rio de Janeiro, 1980.

Ficha/Carteira de filiação ao Partido Comunista do Brasil (PCB).

Ficha de Recrutamento *Luiz Carlos Prestes*.

5. Fontes Periódicas

Jornal A Classe Operária.

Jornal A Voz Operária.

Jornal Terra Livre.

Jornal Novos Rumos.

6. Sites

Arquivo Lyndolpho Silva: Memória do Sindicalismo Rural Brasileiro. Endereço eletrônico. Acesso em 17/11/2015: < <http://r1.ufrrj.br/cpda/als/>>.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito de experiência: um diálogo mais que necessário. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 5, n. 10, julho-dezembro de 2013, pp. 53-70.

ARAÚJO, Frederico. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara (1950-1964)*. Rio de Janeiro. CPDA/UFRJ. Dissertação de mestrado, 1982.

ARAÚJO, Maria Paula. A questão camponesa na teoria marxista clássica. In: CHEVITARESE, André (Org.). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

ASSIS, Gleyson Nunes de. *Em tempo de democracia: a liderança de Lyndolpho Silva*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnb, 2001.

BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 183-191.

_____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. Une classe objet. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 17-18, novembre, 1977. La paysannerie, une classe objet, pp. 2-5. Tradução livre de Felipe Aguiar Damasceno.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. *Os trabalhadores rurais e a sindicalização: uma prática*. Rio de Janeiro, 1983. (mimeo).

CALDAS, Alberto Lins. Transcrição em história oral. *Revista do Núcleo de Estudos Em História Oral*, São Paulo, v. 01, n.01, p. 71-80, 1999.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Bóris (Coord.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*, v.3, t. III. São Paulo: DIFEL, 1981, pp. 121-224.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André (Org.). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CATELA, Ludmila da Silva. Violencia política y dictadura em Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas. In: FICO, Carlos e outros (Orgs.). *Dictadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 179-199.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. 1ª edição. Coimbra: Quarteto, 2001.

COLETTI, Claudinei. *A Estrutura Sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Unicamp, 1998.

CORREIA, Elisa F.; MACEDO, Marcelo Hernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2007, vol. 15 nº 2, pp. 368-392. ISSN 1413-0580.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1981.

FALEIROS, M. *Percurso e percalços do PCB no campo (1922-1964)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1989.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. *O Grande Irmão: Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Universidade de Brasília, 1989.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul; PALMEIRA, Moacir. Transformação agrária. In: SACHS, I.; WILHEIM, J., (et al). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GEIGER, Pedro Pinchas; SCHAEFFER, Regina S. *Nota sobre a evolução econômica da Baixada Fluminense*. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Myriam G. C. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

GRYSNZPAN, Mario (Coord.). *Levantamento Histórico dos Conflitos de Terra no Estado do Rio de Janeiro (1950-1990)*. Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1990.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

_____. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Paper no Workshop Agricultura e Meio Rural do Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, UFF, UFRJ, APIPSA, GT Conflitos no Campo, 1996.

_____. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo: Fulgor, 1963.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. Os camponeses e a política. *Ensaio de Opinião*. Rio de Janeiro, 8, 1978, pp. 42-56.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Cadernos do Povo Brasileiro, 1), 1962.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 167-182.

LINHARES, Maria Yedda. Possibilidades da história comparada no Brasil: a história agrária como uma experiência de pesquisa. In: CHEVITARESE, André (Org.). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MAYBURY-LEWIS, Alan Biorn. *The Politics Of The Possible: the growth and political development of the Brazilian Rural Workers' Trade Union Movement (1964-1985)*. Ph.D. diss., Columbia University, 1991.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFCL/USP, 1983.

_____. Dimensões políticas da violência no campo. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, pp. 126-141.

_____. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP, Campinas, 1995.

_____. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. IN: MORAES & ROYO, D (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2000.

_____. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, André (Org.). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

MELLO, Jorge. *Movimentos de ocupação de terras na Baixada Fluminense: notas sobre o processo de representação política*. Paper no Workshop Agricultura e Meio Rural no Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, UFF, UFRJ, APIPSA, GT Conflitos no Campo, 1996.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1982.

MORAES, Quartim de; FILHO, Daniel Aarão Reis (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. I: O Impacto das Revoluções. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, pp. 155-194.

NEVES, Delma Pessanha. *Do Imbé, novos horizontes: processo de construção de um assentamento rural*. Niterói: Intertexto, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Traduzido do francês por Yara Aun Khoury. In: *Les lieux de mémoire*. I La République, Paris, Gallimard, 1984. Acesso em 06/04/15: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>.

NOVAES, Regina Reyes. Três mulheres de luta: notas sobre campesinato e Reforma Agrária no Brasil. In: CHEVITARESE, André (Org.). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. (Tese de doutorado). PPG Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. *Diferenciação social e participação política do campesinato: primeiras questões*. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ (mimeo), 1975.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. *Debates CPDA*, Rio de Janeiro, n. 1, 1997.

PEDROZA, Manoela. De grão em grão: organização e mediação das lutas de lavradores na Baixada Fluminense (1950-1968). *Dimensões*: Revista de História da UFES, Vitória, n. 16, pp. 99-130, 2004.

_____. Especificidades das táticas da luta pela terra dos posseiros dos sertões cariocas (1950-68). *Estudos*: Revista da Universidade Católica de Goiás, Goiânia: vol. 30, pp. 2689-2706, 2003.

_____. Lavradores radicais: táticas da luta nos sertões cariocas (1950-68). *Trajeto*s: Revista de História UFC, Fortaleza: vol. 2, pp. 113-126, 2003.

_____. Outro olhar sobre a urbanização, expropriação e ação política nos sertões cariocas (Rio de Janeiro, 1950-68). *Tempos Históricos*: vol. 16, pp. 247-273, 2012.

_____. Sanear, despejar, resistir: Revisitando o debate sobre a luta pela terra nos sertões cariocas e Baixada Fluminense nas décadas de 1940 e 1950. *Ruris* (Campinas), v. 4, pp. 105-138, 2012.

_____. Táticas camponesas da luta pela terra nos sertões cariocas (1950-68): um exemplo de práticas da cultura popular rebelde. *Métis*: história e cultura, Caxias do Sul, RS: vol. 2, pp. 249-274, 2003.

_____. *Terra de resistência*: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2003.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. *O trabalho da memória*: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro: Revista *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

_____. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. Edição de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Revista *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 15-38.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. O PCB na luta com os trabalhadores rurais e urbanos de Magé. In: CORTE, Andréa Telo da (Org.). *Novos Capítulos de História Fluminense*. 1ª edição. Niterói: FUNARJ, 2014, pp. 229-258.

SANCHES, Luiz Elias. *Lyndolpho Silva: biografia de uma militância*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Documentação Agrária (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2000.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Niterói, 2005.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. I: O Impacto das Revoluções. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007, pp. 199-228.

_____. *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-64)*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: APPH – CLIO, 2014.

STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Volume I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Org.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editora Critica, 1979.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAVERSO, Enzo. *O passado: modos de usar*. Lisboa, Edições Unipop, 2012.

VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

Anexo

Doc. I

Recrutamento LUIZ CARLOS PRESTES

Partido Comunista do Brasil

Nome: Braulio Rodrigues da Silva

Onde mora: Rua 62 casa 24

Onde trabalha: Cooperativa de Consumo

Proponente: João Batista de Azevedo

O PARTIDO COMUNISTA É O PARTIDO DA CLASSE OPERARIA E DO POVO

Fonte: Ficha de Recrutamento Luiz Carlos Prestes (frente). In: APERJ. Prontuário RJ nº 22.147.

Nome Braulio Rodrigues da Silva

Nome de pai Petronilho Rodrigues da Silva

Nome da Mãe Maria Adelina

Idade 22 anos. Data de Nascimento 15 de Setembro de 1930

Estado Minas G. Município Januária Cidade Januária

Estado Civil Solteiro Vencimentos mensais Cr\$ 900,00

Filhos Maiores de 18 anos _____ Filhos Menores de 18 anos _____

Residência Rua 62 - 24 Telefone _____

Local de Trabalho _____ Telefone _____

Profissão Comerciante Sindicato _____

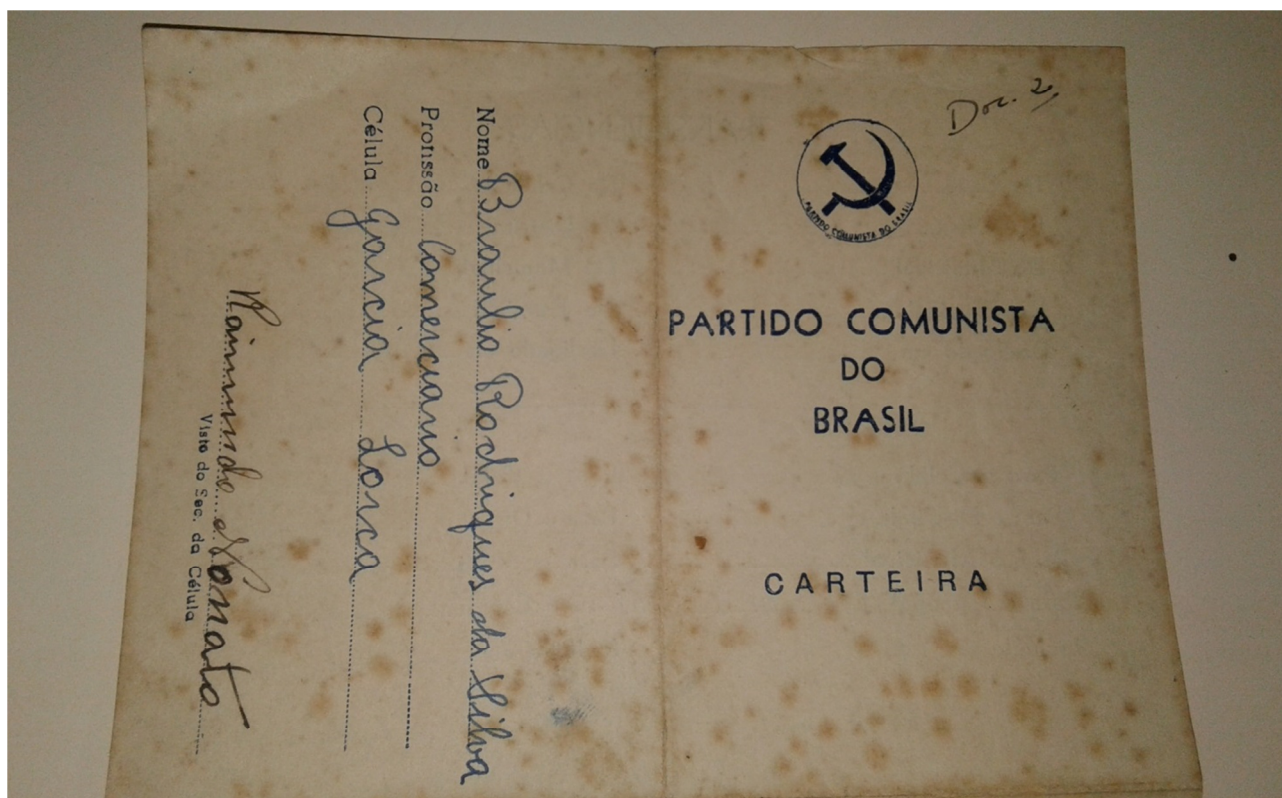
Número da Carteira ou título _____

Local de Votação _____

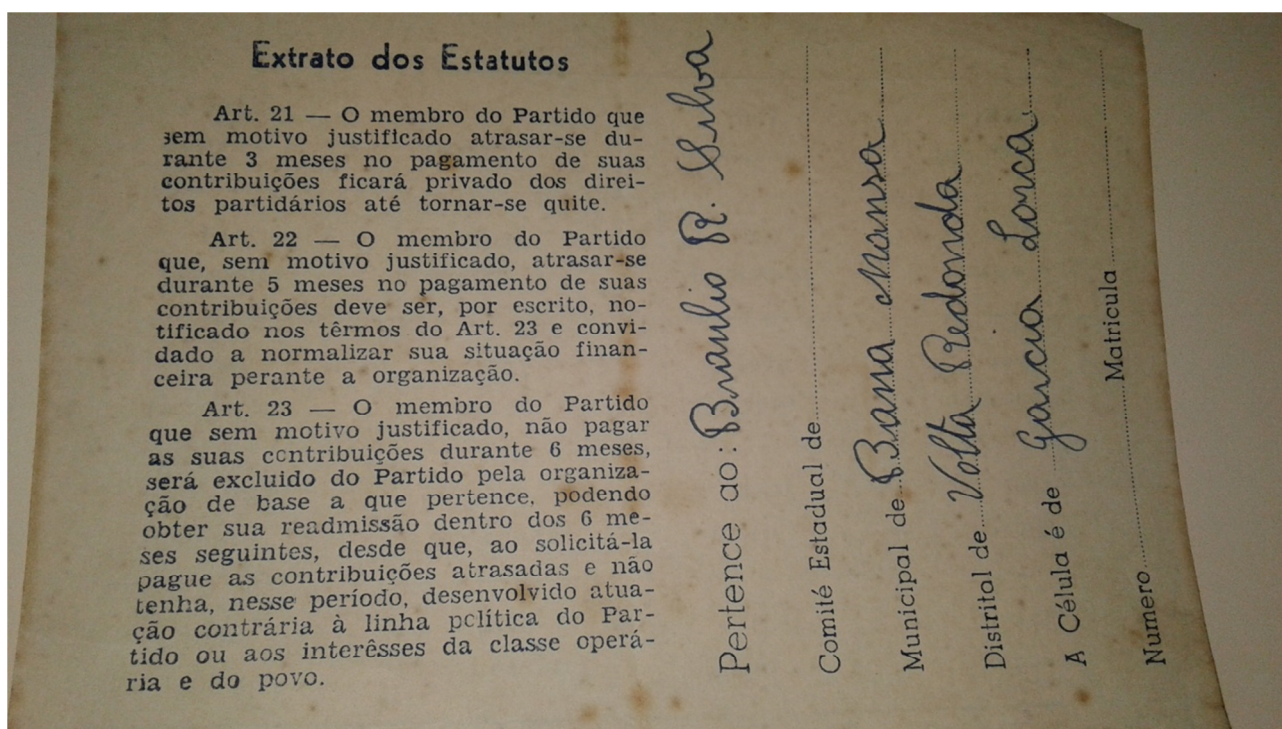
Braulio Rodrigues da Silva
Assinatura do Membro do Partido:

Assinatura do Secretario: _____

Fonte: Ficha de Recrutamento Luiz Carlos Prestes (verso). In: APERJ. Prontuário RJ nº 22.147.



Fonte: Ficha/Carteira de filiação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) (frente). In: APERJ. *Prontuário* RJ nº 22.147.



Fonte: Ficha/Carteira de filiação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) (verso). In: APERJ. *Prontuário* RJ nº 22.147.

TRANSFERENCIAS :

Da Celula.....	Da Celula.....
Do Distrital.....	Do Distrital.....
Do Municipal.....	Do Municipal.....
Do Estadual.....	Do Estadual.....
Desligado em/...../.....	Desligado em/...../.....

Visto Sec. Pol. origem

Visto Sec. Pol. origem

Para a Celula.....	Para a Celula.....
Para o Distrital.....	Para o Distrital.....
Para o Municipal.....	Para o Municipal.....
Para o Estadual.....	Para o Estadual.....
Incluido em/...../.....	Incluido em/...../.....

Visto Sec. Pol. destino

Visto Sec. Pol. destino

Vencimentos 900,00

Contribuições 8,00

Agosto 1946	Setembro 1946	Junho 1947	Julho 1947
Outubro 1946	Novembro 1946	Agosto 1947	Setembro 1947
Dezembro 1946	Janeiro 1947	Outubro 1947	Novembro 1947
Fevereiro 1947	Março 1947	Dezembro 1947	Janeiro 1948
Abril 1947	Maio 1947	Fevereiro 1948	Março 1948

Fonte: Ficha/Carteira de filiação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) (interior). In: APERJ. *Prontuário* RJ nº 22.147.

